**Universidade de São Paulo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo – São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**

Tese de Doutorado

As obras escolares do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE):
A educação em novas formas

Angélica Irene da Costa
NUSP 3146266

Orientador: **Prof. Dr. Miguel Antônio Buzzar**

fevereiro 2015

ANGÉLICA IRENE DA COSTA

As obras escolares do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE):
A educação em novas formas

Tese apresentada no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de
Doutora em Arquitetura

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Professor Doutor Miguel Antônio Buzzar

São Carlos, fevereiro de 2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

da Costa, Angélica Irene
D837a As obras escolares do Plano de Ação do Governo do
Estado (PAGE): A educação em novas formas / Angélica
Irene da Costa; orientador Miguel Antônio Buzzar. São
Carlos, 2014.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em
Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo --
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo, 2014.

1. análise. 2. arquitetura moderna. 3. crítica. 4.
ensino. 5. pedagogia. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Arquiteta e Urbanista **Angélica Irene da Costa**

Título da tese: **"As obras escolares do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE): a educação em novas formas"**.

Data da defesa: **05/12/2014**

Comissão Julgadora:

Resultado:

Prof. Dr. **Miguel Antonio Buzzar (Orientador)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

APROVADA

Prof. Dr. **Francisco Sales Trajano Filho**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

APROVADA

Prof. Dr. **Paulo Yassuhide Fujioka**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

APROVADA

Prof. Dr. **Lucio Gomes Machado**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP)

APROVADA

Profa. Dra. **Cristina Maria Perissinotto Baron**
(Universidade Estadual Paulista - UNESP)

APROVADA

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Prof. Dr. **Márcio Minto Fabrício**

A meus pais, por simplesmente serem quem são.

AGRADECIMENTOS

Quando penso em cada pessoa que me acompanhou durante todos, ou mesmo apenas alguns, passos dessa caminhada, me reservo o direito de dizer que sou uma pessoa de sorte. A elas, meus sinceros agradecimentos. E a algumas, em especial:

Ao meu orientador Miguel Antônio Buzzar, pelo companheirismo durante esses quase 10 anos de trabalho. Graças à sua ajuda, seus conselhos, seus ensinamentos e, sobretudo, sua paciência, existe hoje uma grande diferença entre a Angélica da graduação e essa, que aqui apresenta esse doutorado. E por isso serei eternamente grata.

Aos professores Lucio Gomes Machado e Francisco Sales Trajano Filho, pelos valiosos comentários na banca de qualificação.

Aos funcionários do IAU-USP pela ajuda, quase sempre beirando o socorro, toda a vez que necessária.

Aos companheiros do Grupo Arquitec e de tantas pesquisas com as quais estive envolvida durante todos esses anos. Por dividir comigo as risadas, as conquistas, os receios, os pequenos desesperos. Aline, Ana Rosa, Camila, Carol, e a outra Carol, Dora, Fernanda, Gabriel, Iara, Juliana, Maísa, Marta, Naiane, Tânia, Tereza. A vocês, sucesso e felicidade.

Aos amigos que de longe, de perto, na virtualidade e na presença, só me desejaram o bem. A vocês, digo que desejo todo o bem também. À Mariana, cuja coincidência da data é apenas um sinal da ligação da vida.

À Juliana, sugada sem escolha para o olho do furacão.

E, finalmente, aos meus pais e irmã.

RESUMO

A tese em questão se propõe a analisar e debater as obras escolares pertencentes ao Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE) da gestão Carvalho Pinto que consistiu em, resumidamente, um plano desenvolvimentista com ações coordenadas para todas as secretarias do Estado que visava conciliar o desenvolvimento industrial com o interior agrário através da construção de equipamentos públicos e a implantação de infraestrutura em todo o Estado de São Paulo. Conjunto de obras tais que deixaram sua marca na arquitetura nacional pela busca de novas linguagens que atendessem às inquietações sociais e dimensões políticas que informavam a produção de seus autores.

Entretanto, no que diz respeito ao viés dos edifícios escolares, a importância dessas construções se torna algo muito maior. Ao longo do estudo e análise da história da implantação desse tipo de edifício no país, percebe-se que seus projetos sempre foram guiados por alguma espécie de norma, ideologia ou discussão pedagógica acerca do espaço que a escola deveria possuir. Podem ser citadas, como exemplo, as pesquisas educacionais e sanitárias que guiaram as construções escolares do início da era republicana ou ainda as proposições de Anísio Teixeira e sua Escola Nova que marcaram as discussões pedagógicas na implantação do Convênio Escolar na década de 1940.

No Plano de Ação, no entanto, como mostra esta tese, não houve exatamente uma base educacional na qual se apoiaram os arquitetos. O que parece ter ocorrido foi, do ponto de vista desses profissionais (ou pelo menos uma parcela significativa), uma concepção que vinculava a experiência que um edifício moderno propiciava, ou deveria propiciar, a um espaço ideal da educação. Isso, alimentados pelo ideário moderno, que assentava no edifício um caráter pedagógico em si mesmo. Desta forma, esses arquitetos terminam por ignorar pedagogias pré-estabelecidas, em prol de um ensinamento maior, advindo da experiência arquitetônica, responsável por ensinar aos homens noções gerais sobre sociedade e comunidade. Note-se que não há uma oposição a qualquer método de ensino, há uma noção, não formulada, de comunhão entre ensino, um bom ensino, e o projeto arquitetônico comprometido com uma visão de renovação social.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna. Ensino. Análise.

ABSTRACT

The thesis purports to analyze and discuss the school buildings belonging to the Plan of Action of The Government of the State of São Paulo (PAGE) from Carvalho Pinto's management, which consisted, basically, in a developmental plan with coordinated actions for all departments of the Government, which aimed to conciliate the industrial development with the "agrarian inland" through the construction of public equipments and the deployment of infrastructure throughout the State of São Paulo. This set of works has left its mark in national architecture for the search of new languages that met social concerns and political dimensions that informed the production of their architects.

However, in regard of the bias of school buildings, the importance of these buildings becomes much bigger. Throughout the study and analysis of the history of the implementation of this type of building in the country, it is noticed that its projects have always been guided by some sort of standard, ideology or pedagogical discussion about the space that the school should have. It may be cited, as an example, the educational and sanitary research that guided the school buildings from the early Republican era or the propositions of Anísio Teixeira and his New School Movement (Movimento Escola Nova) that marked the pedagogical discussions on implementation of the School Agreement (Convênio Escolar) in the 1940s.

In the Plan of Action, however, as shown in this thesis, there was not an educational basis in which the architects relied on. What seems to have happened, from the point of view of these professionals (or at least a significant portion), was a concept that linked the experience that a modern building propitiated, or should provide, to an ideal space for education. This, powered by modern ideas, is what gave the building a pedagogical character in itself. Thus, these architects end up ignoring pre-established pedagogies in favor of a greater teaching, arising from the architectural experience, accounted for teaching general notions about society and community. Note that there is no opposition to any teaching method, there is a notion, unformulated, of a communion between teaching, a good teaching, and an architectural design committed to a vision of social renewal.

Keywords: Modern Architecture. Education. Analysis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Formação como hipótese.....	2
1.2 Objetivos.....	3
1.3 Metodologia.....	3
2. SOCIEDADE E CURRÍCULO.....	4
2.1 Currículo e Arquitetura.....	10
3. OS IDEÁRIOS MODERNOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ARQUITETURA ESCOLAR.....	12
3.1 Alguns exemplos.....	19
4. OS EDIFÍCIOS ESCOLARES NA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA.....	30
4.1 O Movimento Escola Nova.....	38
4.2 O Convênio Escolar.....	43
4.3 A Experiência de Brasília.....	50
5. AS ESCOLAS DO PLANO DE AÇÃO DO ESTADO.....	53
5.1 A contribuição de Artigas.....	53
5.2 O Plano de Ação.....	62
5.2.1 O Plano de Ação e as Demandas de Obras Escolares.....	67
5.2.2. As reações ao Plano de Ação.....	81
6. TRABALHO DE CAMPO.....	93
6.1 Pesquisas correlatas.....	93
6.1.1 Critérios para a escolha das cidades/ escolas visitadas.....	95
6.1.2 Metodologia da pesquisa in loco.....	95
6.2 Araçatuba.....	96
6.3 Araraquara.....	107
6.4 Araras.....	111
6.5 Barretos.....	114
6.6 Bocaina.....	120
6.7 Guarujá.....	122
6.8 Piracicaba.....	129

6.9	Porto Ferreira.....	132
6.10	Rio Claro.....	135
6.11	Santa Rosa do Viterbo.....	144
6.12	Santos.....	146
6.13	São Carlos.....	154
7.	CONCLUSÃO – UMA DIDÁTICA DA ARQUITETURA.....	168
	REFERÊNCIAS.....	178

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura moderna no Brasil, além de ter seu desenvolvimento atrelado às mudanças e necessidades surgidas em todo o mundo após a Primeira Guerra Mundial, também teve parte de sua formação associada ao projeto de afirmação de uma identidade nacional. Esse projeto no âmbito da arquitetura moderna desenvolveu-se a partir da década de 1930 (ainda que nas artes plásticas e na literatura isso possa ser reconhecido nos anos 1920) e conheceu seu apogeu na década de 1950 e em boa parte dos anos 1960, chegando a constituir um sistema que envolvia várias dimensões e elementos da produção, veiculação e recepção de arte, arquitetura e cultura de forma geral. Sistema esse que estaria em pleno acordo com a formação, ou fortalecimento do estado-nação brasileiro e sua aceitação pela população em geral.

Na década de 1950 e no início dos anos 1960, a formação de uma cultura nacional e o consequente fortalecimento da identidade nacional aparecia como o contraponto ideológico para as políticas desenvolvimentistas que tinham como meta a modernização do país e de sua economia. Modernismo cultural e modernização da economia formavam um binômio substantivo do qual a arquitetura moderna se nutria ao mesmo tempo em que auxiliava a construir. Uma vez imersa nesse sentimento de pertencimento e de nacionalidade, essa população se tornaria, ou poderia se interpretar com partícipe do progresso desenvolvimentista que permitiria a entrada do país na nova ordem mundial pós segunda-guerra. A Arquitetura Moderna Brasileira é, portanto, tratando-se de uma definição resumida, um dos elementos que contribuiu para essa afirmação da nação, já em pleno século XX.

O Estado buscava a transposição do país de uma sociedade arcaica e de base rural para outra, mais moderna, tecnológica e urbana valendo-se do sentimento de nacionalidade, no qual o modernismo e suas vanguardas, desde os anos 1920, estavam empenhados¹.

Convém citar que essas vanguardas, no Brasil, estavam comprometidas com uma reinterpretação do primitivo e com a realização de uma aliança deste com o moderno. Isso, pois acreditavam que a criação da nacionalidade brasileira estava intimamente ligada com o resgate de sua raiz cultural colonial, época considerada pelos modernistas como morada da gênese da cultura brasileira. Na verdade, essa consideração por si só já foi uma invenção, pois incorporava em si a afirmação de que o Brasil era uma nação centenária. Na arquitetura, a análise feita das obras construídas no período colonial forjou uma espécie de

¹ Para estas questões ver BUZZAR, M. A. (2007). **Difusão da Arquitetura Moderna Brasileira o caso do Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (1959-1963)**. In: VII Seminário DOCOMOMO BRASIL, 2007, Porto Alegre, RS. Anais do VII Seminário DOCOMOMO BRASIL, 2007, Porto Alegre.

correlação entre elas e as obras modernas, no referente à economia de meios e as formas simples e puras. Assim, a adoção de uma linguagem moderna não iria contra a chamada identidade da cultura nacional, pois essa mesma linguagem estaria entranhada na arquitetura brasileira desde sua “origem”.

Indo além da discussão sobre a formação da cultura nacional, alguns arquitetos brasileiros, na época, já se encontravam envolvidos em outros questionamentos, que versavam sobre o papel que caberia a essa arquitetura moderna nas transformações sociais e políticas pelas quais passava o Brasil. Esses arquitetos, então, passaram a utilizar os espaços e as linguagens contidos em seus projetos como um canal de comunicação à sociedade sobre suas ideias a respeito dos caminhos pelos quais deveria seguir a mesma. E para esses profissionais, assim como para grande parte da intelectualidade brasileira, o esforço fundamental moderno, como forma de ir contra o caráter monumental da cultura vigente, deveria se concentrar na educação (MARTINS, 1987).

É exatamente neste ponto que se situa a importância dos projetos executados pelo Plano de Ação do Estado de São Paulo (PAGE), criado na gestão do Governador Carvalho Pinto no final da década de 1950 e início dos anos 1960. O Plano de Ação, cujo objetivo inicial se constituía em construir equipamentos públicos de diversas funções por todo Estado, levando o progresso para o interior e alterando, assim, o perfil econômico do território paulista, terminou por alcançar muito mais que isso: construiu um conjunto de obras cujas realizações político-sociais reverberaram por toda a arquitetura e sociedade brasileiras. Esses projetos repensaram os espaços públicos como até então eram conhecidos, passando a valorizar a acessibilidade do usuário aos serviços em detrimento da hierarquia institucional, dominante nesse tipo de edificação.

Já em relação às escolas, tema central desse trabalho, a transformação social causada pelas obras do PAGE foi muito maior, isso em virtude da própria importância e significado que esse edifício público possui historicamente.

1.1. Formação como Hipótese

Dessa forma, através do raciocínio construído ao longo do trabalho, essa tese procura demonstrar que os arquitetos envolvidos na construção de escolas do plano de ação, de certa forma, ignoraram quaisquer currículos e pedagogias pré-estabelecidos em seus projetos. Diz-se de certa forma porque eles acreditavam sim em uma pedagogia, uma que depositava no próprio edifício a responsabilidade de formar cidadãos, de ensinar aos usuários (estudantes e funcionários em geral) noções progressistas, vale dizer, de

concepção democrática sobre sociedade e comunidade, uma pedagogia atinente ao moderno.

1.2. Objetivos

Os objetivos da tese foram analisar e debater as obras escolares pertencentes ao Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE) sob o viés pedagógico acerca do espaço que a escola deveria possuir. Além disso, o trabalho buscou levantar e analisar as diversas reações ao contexto político, social e cultural do Brasil entre os anos de duração do PAGE, aprofundando o olhar no referente ao Estado de São Paulo, levando em consideração as fontes historiográficas e primárias mais relevantes. A tese também se debruçou em levantar e analisar criticamente a produção escolar do Plano de Ação, com visitas à obras e entrevistas aos envolvidos (arquitetos e usuários).

1.3. Metodologia

A metodologia do trabalho estruturou-se a partir dos seguintes procedimentos organizados em fases:

FASE 1 – Complementação da bibliografia inicial e sua revisão

I – levantamento nos mais diversos centros de documentação da historiografia do contexto social, político e cultural das décadas de 1950 e 1960, em especial referentes ao Estado de São Paulo.

II – levantamento da historiografia existente referente aos arquitetos participantes do Plano de Ação.

III – levantamento da historiografia existente referente à pedagogia na construção de prédios escolares.

FASE 2 – Pesquisa de campo (parte I)

I – levantamento e análise dos projetos e obras escolares pertencentes ao Plano de Ação através da bibliografia coletada, peças gráficas, fotos, visitas ao local e entrevistas aos usuários.

FASE 3 – Início das discussões sobre a validade das experiências didáticas

I – análise das obras levantadas do PAGE pelo viés da intenção de seus autores, através de entrevistas ou da bibliografia anteriormente levantada.

FASE 4 – Cruzamento e sistematização dos dados obtidos

I – cruzamento e sistematização dos dados obtidos tendo em vista a conceituação dos temas abordados e a tese a ser defendida.

Dessa forma, o trabalho pretendeu guiar-se pelo estudo dos textos teóricos, pela pesquisa bibliográfica e documental, pela pesquisa empírica e análise das obras construídas e de seus respectivos projetos de arquitetura relativos às obras escolares do Plano de Ação. Além disso, procurou tomar depoimentos de pessoas relacionadas à produção dessas escolas, assim como aqueles que vivenciam esses espaços cotidianamente.

Os principais arquivos e bibliotecas levantados foram: Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Biblioteca da Faculdade de Educação, Arquivos da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS) e Arquivos do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp).

Desse modo a reflexão teórica pela prática efetiva da pesquisa procurou ser estimulada, contribuindo assim com a base documental existente sobre a arquitetura do período e consequentemente com um melhor conhecimento da historiografia da arquitetura brasileira.

2. SOCIEDADE E CURRÍCULO

Vários estudiosos da educação estão certos em dizer que a elaboração de um currículo escolar nada mais é do que uma produção histórica, de nenhuma maneira isso ocorrendo de forma accidental.² O currículo reflete os valores, comportamentos e conhecimentos que a sociedade da época com a qual ele está associado deseja, de forma intencional, transmitir e incutir na vida dos homens.

² Muitos dos autores citados nesse texto corroboram essa afirmação, como VEIGA, Ilma P. A. (1991). Escola, Currículo e Ensino. In: CARDOSO, Maria H. F.; VEIGA, Ilma P. A. (orgs) (1991). **Escola Fundamental: currículo e ensino**. Campinas: Papius; SANFELICE, José L. (2008). A história da educação e o currículo escolar. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008 e ALBUQUERQUE, H. M. de P. (2008). Escola e Currículo - A Discussão Necessária. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008.

Mas o que é o currículo? De acordo com Ilma Passos Alencastro Veiga, o currículo pode ser concebido como “o conjunto de atividades da escola que afetam, direta e indiretamente, o processo de transmissão-assimilação e produção do conhecimento”³. Além disso, a autora afirma que sua concepção é um ato coletivo, não só no sentido de ser produto da reflexão de várias pessoas, mas também como sendo resultado de um embate de conhecimentos: o sistematizado, aquele consequente das intenções da sociedade e o já pertencente ao próprio aluno, esse resultado da sua realidade vivida, formas de sobrevivência, relações de convivência e etc.

A forma como a associação currículo/ sociedade se traduziu em exemplos ao longo dos anos no Brasil é diversa. Pode-se começar pelos jesuítas, no período colonial, que, com a intenção de formar cristãos na América recém-descoberta e de também educar a elite nascente se utilizaram do documento conhecido como Ratio Studiorum. O Ratio foi um texto formulado pelos jesuítas que, após vários anteprojetos e versões teve sua forma definitiva promulgada em 1599, tendo a intenção de ser uma base educacional e administrativa para todos os Colégios da Ordem Jesuítica dispostos pelo mundo, desde a Europa até o Novo Continente. Esse documento era formado por um conjunto de 30 regras que versavam sobre as responsabilidades e hierarquia na administração dos Colégios, além da metodologia e conteúdo do ensino a ser dado. Com relação aos ensinamentos, um dos principais era a gramática, devido aos interesses dos jesuítas na formação de bons oradores, com pleno domínio da retórica de forma a se expressar de forma correta. Já a filosofia, outro dos principais interesses educacionais dos jesuítas, era baseada nos pensamentos de Aristóteles e São Tomás de Aquino. Além disso, o documento proibia expressamente a citação de qualquer outro autor contrário ao cristianismo, deixando os professores com pouca autonomia no ensinar.

Esses ensinamentos, além de outros não citados aqui (como a teologia, obviamente outro interesse dos padres) eram aplicados com disciplina militar. Mas convém ressaltar que, aqui no Brasil, devido à sua realidade muito diferente da europeia, várias concessões foram feitas ao documento. O interesse local dos jesuítas era aplicar a catequese junto da educação formal aos indígenas. Para isso, então, eles tiveram que aprender a linguagem dos nativos e tomar outras atitudes de aproximação, como adaptar as histórias da crença local às histórias bíblicas. Além disso, o ensino jesuítico praticado no Brasil teve um viés, do que hoje poderia ser denominado, profissionalizante, já que era interesse dos colonizadores

³ VEIGA, Ilma P. A. (1991). Escola, Currículo e Ensino. In: CARDOSO, Maria H. F.; VEIGA, Ilma P. A. (orgs) (1991). **Escola Fundamental: currículo e ensino**. Campinas: Papirus, pag. 82.

prover o território de uma infraestrutura até então inexistente, com a construção de igrejas, colégios e aldeias e mão de obra para tanto.⁴

Porém, em 1755, o terremoto que arrasou a cidade de Lisboa, fez com que o Marquês de Pombal, nomeado primeiro-ministro pelo rei Dom José I, adquirisse maiores poderes para reconstruir a capital do país e a sua própria economia, então à beira da falência. Dessa forma, era importante que, entre outras ações, se recuperasse o monopólio da comercialização de várias espécies de plantas das colônias, naquele momento pertencente aos jesuítas. Assim, Pombal acusou os religiosos de conspirar contra o Estado, para justificar sua expulsão de Portugal e de seus domínios em 1759, além de confiscar seus bens. Como consequência, o ministro também reformulou o ensino aplicado nas escolas da Ordem e fundou outras, com seus currículos renovados (tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa, por exemplo). Isso porque, seu objetivo em relação ao território já era outro e ia além de formar cristãos: o Marquês procurava formar nobres defensores e servidores do Estado, dessa maneira fortalecendo-o⁵.

Apesar disso, resquícios da estrutura jesuíta permaneceram por muito tempo entranhado no ensino brasileiro, chegando a, séculos depois, ainda serem encontrados (FERNANDES, 1991). Foi na década de 1930 que esse ensino, voltado ainda às elites e de formação clássica começou a sofrer suas mais profundas modificações. Nessa época, a burguesia em ascensão passou a requerer a formação de uma mão-de-obra mais especializada, o que alteraria também a realidade e a função esperada da escola: de formadora dos filhos da elite ela passou a formadora do exército de reserva da indústria nascente do país, além de produtora de tecnologia e ciência. Essa sociedade competitiva começou a vender a ideologia de sociedade como um todo que só conheceria o progresso se cada homem se esforçasse a melhorar individualmente. A escola, então, passou a assumir, também, essa ideologia. Nesse sentido, nota-se que o Estado passou a ter um papel estratégico nas mudanças sociais que as novas camadas dirigentes preconizavam: o de superar a influência da Igreja Católica na sociedade e preparar os homens para serem passivos e disciplinados em relação às determinações do novo modo de produção nascente. Para isso, então, a educação deveria ter um papel fundamental. Segundo Sanfelice (2008), inclusive, foi nesse contexto que toma corpo os princípios da laicidade e da escola única e gratuita para todos.

Todas essas alterações na estrutura da sociedade e que passaram a influenciar o ensino foram se transformando em discussões e propostas que terminaram convergindo na aprovação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4.024/61 (FERNANDES, 1991). E é

⁴ BORTOLOTTI, Karen F. da S. (2003). O Ratio Studiorum e a missão no Brasil. **Revista História Hoje**, São Paulo, n. 2, 2003.

⁵ SANFELICE, José L. (2008). A história da educação e o currículo escolar. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008.

nessa década, de 1960, que esse processo começou a se acelerar devido à necessidade de expansão do capital, levando a transformações nas forças produtivas. A reestruturação do capital do período trouxe consigo conceitos como eficiência e produtividade, inclusive ao Estado, que foi levado a enxugar seus gastos sob o pretexto de se tornar mais funcional. No sistema educacional brasileiro essas mudanças se refletiram em outras de cunho não só administrativo, mas curricular também, com disciplinas mais voltadas ao conhecimento científico.

Na prática, isso significou uma alteração significativa na rotina escolar. Segundo Bueno, Pincinato e Santos (2008), entre o final do século XIX e início do XX, a preocupação principal das escolas era a manutenção das normas para uma boa organização escolar. Assim, o papel de fiscalizador recaía ao inspetor escolar, figura que gozava de muito respeito devido ao seu saber acumulado. Dessa forma, cabia a ele também a função de orientador pedagógico, controlando as práticas docentes. Já em 1960, com as reformas educacionais (principalmente aferidas no Estado de São Paulo) a preocupação com o currículo ganhou um status muito maior. Surgiu, então, a figura do orientador pedagógico que seria responsável pela viabilização do currículo, oferecendo soluções para as situações pedagógicas surgidas no dia-a-dia. Outra consequência que essa transformação da sociedade trouxe para o sistema de ensino brasileiro foi a abolição dos exames de admissão para as series finais do Ensino Fundamental, ou ginásio. A demanda para a criação de um exército de reserva preparado tecnicamente para as indústrias, ou para o mundo que a industrialização conformava, fez com que essa “democratização” do ensino fosse necessária. Entretanto, os professores e o próprio sistema não se encontravam capacitados para o aumento da demanda e para a mudança de “clientela” (agora vinda das classes mais baixas), o que ocasionou uma massificação que contribuiu significativamente para a queda de qualidade dos currículos⁶. Além de todas essas mudanças no modelo de ensino clássico praticado no Brasil no começo do século XX a década de 1960 também trouxe outras, essas influenciadas pelo Golpe Militar de 1964. O governo ditatorial provocou profundas mudanças na legislação escolar, resultando na Reforma Universitária de 1968 (Lei 5540/68) e na Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (5692/71), tonando obrigatórios, entre outros, os currículos de profissionalização compulsória (SANFELICE, 2008).

É importante assinalar também que, nesse período, em 1956, é assinado em Minas Gerais (mas implantado em todo o país) entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos o

⁶ ALBUQUERQUE, H. M. de P. (2008). Escola e Currículo - A Discussão Necessária. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008. O autor é mais incisivo em relação a queda da qualidade do ensino em função do aumento quantitativo, aqui sem pretender negar essa questão, aponta-se o seu reflexo em outras questões, como o rebaixamento salarial dos professores, levando-os a um aumento da jornada que nada contribuiu para a qualidade do ensino.

Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), que pretendia, entre outros, implementar cursos de capacitação de professores e demais envolvidos no ensino elementar no país. Dentre seus 8 departamentos, um era exclusivamente dedicado a ensinar como planejar e desenvolver currículos, dando a eles uma maciça influência de cunho tecnicista⁷.

E é nesse período de contradições e transição que têm lugar as obras escolares do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto e, pedagogicamente, é também desse momento histórico (e, portanto, portador e reflexo de todas as contradições da sociedade da época) a formulação do Manifesto dos Educadores da Escola Nova, ambos os fatos tratados em um tempo mais oportuno no presente trabalho.

E em anos mais recentes? Nesse sentido, a influência do modo de produção vigente na educação praticada nas escolas pelo país é sentida de várias formas. Segundo Mara Regina Martins Jacomeli (2008), a atual globalização da sociedade capitalista exige um modelo de ensino homogêneo, principalmente entre os países do ocidente, onde embates ideológicos e a discussão de diferenças socioeconômicas não são mais desejados. Assim, a forma que a educação deve tomar, principalmente nos países de economia periférica, passa a ser delineada (senão decidida) em grandes Conferências comandadas por agências internacionais como a UNESCO, o Banco Mundial e o FMI⁸. Internamente nesses países, apesar dos discursos pregando a igualdade, os currículos ainda separam as escolas “para pobres” (de ensino voltado para, resumidamente, o treinamento para o mercado de trabalho, com currículos abstratos, acrílicos e alheios à realidade do aluno) das escolas das elites (de currículos abrangentes e calcados em bases históricas). Assim, o sistema de ensino organiza a sociedade conforme suas exigências sem precisar recorrer a qualquer outro tipo de coerção. Apesar disso, a escola nos países periféricos ainda goza de bastante prestígio. Isso devido à “[...] idéia salvacionista da sociedade por meio da escola. Em todos os momentos de crise do capitalismo, o discurso de transformação da escola como forma de mudar os homens e, conseqüentemente, a sociedade foi acionada, revivendo o mito da escola redentora e salvadora da humanidade” (JACOMELI, 2008, pg. 3)

Especialmente, as determinantes da sociedade se manifestam nas escolas de forma bastante clara, porque ela também é um lugar político, que reflete a divisão do mundo “lá fora”. Basta buscar a forma como o ambiente escolar se mostra nas lembranças de cada um: um espaço hierarquizado, de diferentes graus de permeabilidade, que pode ser acessado e utilizado dependendo do poder possuído ou da autorização obtida (a sala do

⁷ BUENO, B. O.; PINCINATO, D. A. V.; SANTOS, M. M. B. (2008). Currículo e Histórias de Vida. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008.

⁸ JACOMELI, M. R. M. (2008). Políticas para o Currículo Escolar: Significados e Implicações para a Escola. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008.

diretor e dos professores, a sala de aula, a cozinha e etc). Além disso, lembrando Michel Foucault e sua definição de sociedade disciplinar, o edifício escolar também incute em sua materialidade valores como disciplina e ordem, se tornando um dos tantos dispositivos usados pelo Estado para “adestrar” os homens das sociedades modernas. Estado esse que, se armando de tecnologias de poder centradas principalmente no corpo, como sua distribuição e separação (a fim de facilitar a vigilância) e seu treinamento, buscava aumentar a força útil do trabalho. Nesse sentido, a instituição escolar, assim como os quartéis e as prisões tiveram um papel fundamental⁹.

Contudo, segundo Frago e Escolano (2001), que fizeram uma profunda investigação a respeito das escolas espanholas mas cujas conclusões podem ser aplicadas em muitas instituições brasileiras, grande parte das escolas se mantém funcionais (salvo pequenas reformas pontuais) por décadas, conseguindo se adaptar às mudanças pedagógicas ao longo do tempo. A última grande e incisiva mudança pela qual passou o programa da arquitetura escolar comum foram as alterações causadas pelos pressupostos higienistas no início do século passado, que passou, entre outros, a regulamentar a altura mínima dos tetos, as dimensões das salas e as condições de ventilação natural dos ambientes.

A localização da escola na cidade também foi tema de debate de várias correntes arquitetônicas. Enquanto que para os higienistas ela deveria ocupar um lugar aberto ao ar e ao sol, impedindo o aparecimento dos “miasmas”, para os utópicos toda a cidade, através da perfeição e do equilíbrio, teria em si mesma um programa pedagógico, em uma clara influência de Plutarco que definia que o melhor educador seria a cidade e não a escola¹⁰. Já o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), de 1933, recomendou localizar as escolas próximas das unidades de habitação situadas entre as grandes vias de circulação (de certa forma, aproximando a organização espacial da cidade moderna, das definições de unidade de vizinhança de Clarence Perry e Clarence Stern). Outros modernos, ainda, defendiam a localização dos edifícios escolares, apesar de afastados das vias públicas, em posições centrais, sendo símbolo e influência a toda a sociedade.

Também sobre símbolos, e ainda segundo Frago e Escolano (2008), não só os elementos componentes do edifício escolar como sua localização, volume e linguagem arquitetônica expressam um sistema de valores e intenções: a escola incorpora em si, também, diversos objetos com o objetivo de transmitir discursos e guiarem condutas, sejam religiosas ou de cunho nacionalista. Nesse sentido se enquadram as bandeiras no pátio, os quadros com as figuras dos governantes da nação e as figuras religiosas (como as cruzes) das escolas do

⁹ FOUCAULT, M (1999). **Em defesa da sociedade: curso no collège de France (1975 – 1976)**. São Paulo: Martins Fontes.

¹⁰ FRAGO, V. A.; ESCOLANO, A. (2001). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: RJ DP&A.

século XIX. Até mesmo os relógios se tornam responsáveis por internalizar na criança em formação noções de ordem e regularidade. Nas palavras do autor:

Em resumo, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. (FRAGO E ESCOLANO, 2001, pg 45)

Estas considerações inscrevem o edifício escolar no processo de aprendizado de forma análoga àquela concebida pelo pensamento arquitetônico moderno, neste sentido, vale verificar aspectos de sua transformação ao longo dos anos.

2.1. Currículo e Arquitetura

O espaço escolar como conhecido atualmente foi resultado de uma construção histórica e social ao longo dos séculos. Da ocupação inicial em casas, salões paroquiais, entre outros (ou seja, um espaço indiferenciado) a escola foi se emancipando ao mesmo tempo que a sociedade experimentava mudanças com relação à vida em família e à sexualidade. Nesse sentido, convém lembrar que, antes dessa referida emancipação, talvez nem existisse o lugar denominado escola. Isso porque o espaço, como pura construção, só ganha o status de lugar através da memória (individual ou coletiva), que acrescenta significados a esse espaço. Novamente nas palavras de Frago e Escolano:

Em outras palavras, a instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam ou se realizam num lugar específico. E, com isso, quer-se dizer num lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim. (FRAGO E ESCOLANO, 2001, pg 69)

Nesse sentido, e baseado nas ideias do político francês Georges Mesmin, o autor completa que o arquiteto também é um educador, já que os espaços, que não são neutros, farão parte da memória cognitiva do sujeito por toda a sua vida.

Nessa “emancipação” primeira já citada do edifício escolar, foram sendo agregados com o tempo espaços como bibliotecas e pátios, diferenciando-se as salas conforme o grau de instrução e gênero do aluno até a incorporação dos preceitos higienistas no século XIX. Depois, então, com o surgimento das chamadas pedagogias ativas em meados da década de 1950 na Europa, da qual faz parte o Construtivismo inspirado nas ideias de Jean Piaget, inseriu-se o princípio de que o sujeito seria o responsável por organizar o próprio conhecimento, através da interação com as pessoas e, principalmente com o meio, através de estímulos, ganhando o espaço escolar um novo sentido e importância. Contudo, essa visão pedagógica entra em claro conflito com as funções de vigilância e controle, citadas anteriormente: enquanto que a primeira sugere um edifício amplo e permeável, a segunda exige uma forma retilínea e fragmentada para facilitar o controle. Essa dicotomia esteve presente em toda a história da construção escolar.

Outra alteração importante ocorrida ao longo das décadas foi a mudança da ideia que a escola deveria transmitir a sociedade e os rebatimentos que isso trouxe ao edifício: os edifícios grandiosos, de fachadas ornamentadas que impunham respeito do século XIX foram sendo gradativamente substituídos por outros de aparência muito mais contida, simplificados e sólidos pois, além das questões orçamentárias que passaram a limitar o uso (e o preço) dos terrenos no século XX, surgiram outras visões que desaconselhavam o contraste violento entre o meio familiar do aluno e o meio escolar, de forma que, em um ambiente menos requintado, esse se sentisse muito mais à vontade e disposto ao aprendizado (FRAGO,2008).

Mas não só o exterior do edifício escolar sofreu alterações ao longo dos anos conforme as mudanças da sociedade. Internamente, pela mudança da disposição dos ambientes, é possível ver o grau de importância dada a determinadas funções em cada época. A sala do diretor, por exemplo, de próxima às salas de aulas e salas dos professores (quando sua função era muito mais a de vigiar e até mesmo intervir no andamento das aulas) passou a ocupar o lugar mais conhecido nos dias atuais: ao lado das secretarias e de acesso próximo à entrada no edifício, refletindo o papel de administrador e representante da escola na comunidade de seu ocupante. As salas de aula, outro exemplo, também foram gradativamente diminuindo sua dimensão, conforme as turmas passaram a ser separadas por séries (antes, crianças de várias idades e graus de instrução tinham aulas em uma mesma sala, tendo o professor ajuda de vários monitores).

Através da exposição feita ao longo desse capítulo procurou-se demonstrar como o espaço físico da escola, seja ele interno (a disposição e dimensão das salas de aulas e dos demais ambientes dentro do projeto) ou externo (a configuração das fachadas, por exemplo) foi se modificando ao longo dos séculos de acordo com as exigências pedagógicas de cada era.

Entretanto, sabe-se também que esse padrão sofreu uma aguda ruptura no período moderno. Alimentados pelo ideário da época, que deposita no edifício em si um caráter pedagógico responsável por ensinar aos homens noções sobre sociedade e comunidade, esses arquitetos terminaram por ignorar currículos e pedagogias pré-estabelecidas, em prol de um ensinamento maior. E é esse conceito que o trabalho irá procurar demonstrar adiante, através da exposição de seus próximos capítulos.

3. OS IDEÁRIOS MODERNOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ARQUITETURA ESCOLAR

O presente capítulo da tese tem por objetivo analisar de que forma a produção do edifício escolar foi pensada na Arquitetura Moderna. Arquitetura essa cuja concepção procurava ser didática em sua forma e conteúdo qualquer que fosse sua função, fosse para formar os novos homens e ensiná-los a viver em um novo mundo moderno que se enunciava, seja para transmitir um outro conceito político identificado com as transformações e que também as alimentaria.

Segundo Bruno Zevi (1996), uma obra arquitetônica, inserida em um contexto histórico e artístico, deve ser analisada levando-se em conta os seguintes pressupostos: sociais (como a situação econômica e as relações de classe da época), intelectuais (como aspirações do autor da obra e suas crenças religiosas), técnicos (como o estágio da indústria da construção na época e a organização da mão de obra no canteiro) e, por último, figurativos e estéticos (como o vocabulário ou as concepções de arte da época). Assim, segundo o autor, a situação que se colocou à arquitetura moderna frente a esses pressupostos passou a exigir não mais temas monumentais, mas sim soluções para problemas urbanos como o de moradia para as famílias de classe média e operárias, articulando para tanto novas técnicas como a do aço e do concreto armado que, bem exploradas, foram capazes de materializar intuições artísticas e funcionais como a planta livre e as grandes paredes de vidro. Mas mais do que isso, o que o mundo moderno passou a exigir da arquitetura agora iluminada pelo progresso científico foi um maior compromisso e responsabilidade social, através de uma atividade artística que estivesse intrinsecamente ligada à civilização e seu desenvolvimento como sociedade. Ou seja, além de um prazer estético, a obra de arquitetura “da nova era” deveria proporcionar também uma integração do homem com o espaço, o seu reconhecimento como complemento e não só expectador dos ambientes urbanos e arquitetônicos.

Reiterando, ainda segundo Zevi (1996), essa nova era, esse mundo contemporâneo, que ajudou a formar uma “história moderna da arquitetura” foi guiada pelos seguintes fatores:

[...] pelo direcionamento coletivista do pensamento social, pelo nascimento, pela evolução da psicologia científica, pela trágica constatação extraída da experiência de duas guerras de que a própria existência material dos documentos relativos à edificação da nossa cultura arquitetônica depende da solução dos nossos problemas atuais, da moderna crítica figurativa, dos esforços integradores do pensamento filosófico e da identificação, adquirida na teoria quando não nos fatos, entre cultura e sistema de vida; e, sobretudo, pela arquitetura moderna que, aprofundando os problemas espaciais, indica aos historiadores e aos críticos o segredo e a realidade da arquitetura. (ZEVI, 1996, pág.217)

Entretanto, segundo Manfredo Tafuri (1979), a forma que a arquitetura moderna encontrou para lidar com essa nova sociedade que se apresentava foi recomeçar do início, em uma atitude, nas palavras do historiador, “anti-histórica”. Segundo ele, a um objeto desprovido de história só é possível viver no presente que, com suas características transitórias, destina esse mesmo objeto, desde a sua origem, a uma vida efêmera. Dessa forma, se torna possível a construção de uma nova história. Nas palavras de Tafuri:

O que surgir extinguirá o seu passado: as novas funções da arte, do design, da arquitetura, anulam a historicidade dos processos artísticos, revolucionam os seus significados, comprometem os seus valores, envolvem-nos numa dinâmica de contínua construção do mundo. É isso o que liga as vanguardas arquitetônicas ao pensamento de Dörner, de Benjamin, de Brecht: a história não condiciona a atuação, mas antes será esta que transformará as funções daquela. (TAFURI, 1979, pág.79)

Assim, segundo o historiador, dessa renúncia à história e, portanto, da falta de análises fundamentadas da mesma, veio a consequência de encerrar, pelos arquitetos, os problemas da sociedade dentro da própria disciplina. As vanguardas arquitetônicas surgidas desse contexto se mostraram universais (para alguns totalitárias), pretendendo, através da sua revolução linguística, construir um novo contexto e realizar uma outra revolução, dessa vez social e moral. Ou seja, Tafuri via a arquitetura, dessa vez nas palavras de Josep Maria Montaner, como “instrumento ideológico”. (MONTANER, 2007)

O próprio Montaner também se manifestou sobre o assunto. Para ele, os arquitetos pertencentes às vanguardas modernas se posicionaram afastados da história, engajados

em uma arquitetura interessada em moralizar e educar. Em suas palavras, esses profissionais se encontravam:

[...] esplendidamente isolados de tudo o que lhes precedeu como se fossem heróis míticos que enfrentavam o inimigo da decadência do academicismo – e se legitimavam os valores de uma nova moralidade, com seus efeitos pedagógicos, regeneradores e higienistas. (MONTANER, 2007, pág.35)

Nesse sentido, a palavra “pedagógico” ganha um significado crucial. Isso porque, a intenção dos arquitetos modernos de moralizar a sociedade através da revolução de sua própria linguagem nada mais seria do que o intento de utilizar o edifício (e, portanto, suas formas, seus fluxos de uso e seus agenciamentos espaciais, seus materiais, em síntese a qualidade de conjunto do projeto) como educador do homem, uma maneira de prepará-lo para se concertar nesse novo mundo moderno. O arquiteto holandês Hendrik Berlage, por exemplo, afirmava que “o nível geral de uma cultura só poderia elevar-se através da produção de objetos de alta qualidade projetados com esmero” (FRAMPTON, 1997), sendo objeto, nesse contexto, o objeto arquitetônico e/ou urbano e a cultura, expressão humana por excelência.

Assim, a escola e sua espacialidade, tema desse trabalho, alcança um novo patamar de importância por já ser, programaticamente, em sua essência, um edifício destinado à educação e à transmissão de cultura. Dessa forma, se torna uma questão primordial no trabalho investigar as linhas cruzadas entre os arquitetos da vanguarda moderna à arquitetura em geral e esse tipo de edifício em especial. Antes de ser um panorama

completo, o que se seguirá será um breve apanhado de características, propostas e projetos de alguns arquitetos expoentes do movimento moderno ao longo das décadas.

Sobre isso, Nikolaus Pevsner (1980) ainda complementa que os edifícios modernos, além de possuir esse caráter pedagógico, são produtos de “tentativas para satisfazer a ânsia dos arquitetos por uma expressão individual, a ânsia do público pelo extraordinário e pelo fantástico e por uma fuga da realidade para um mundo fictício.” (PEVSNER, 1980). Já Mies van der Rohe, apesar de afirmar que a arquitetura era “a vontade da época traduzida para o espaço”¹¹ declarava também que essa vontade deveria ser “refinada pelo espírito”, com certeza através de cada um dos produtores desse espaço. Dessa forma, se torna ainda mais importante a análise sobre como cada arquiteto lidou com os problemas colocados pelo modernismo e de forma ampla pela modernidade respeitando suas individualidades.

¹¹ FRAMPTON, Kenneth (1997). **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, pag. 282.

Kenneth Frampton também tratou o assunto da arquitetura como transformadora e educadora da sociedade. Ao longo do seu livro *História Crítica da Arquitetura Moderna*, o historiador foi elencando e analisando arquitetos nos quais é possível notar características em suas reflexões e obras que apontam nessa direção.

Louis Sullivan via-se como o “criador solitário da cultura do novo mundo” e suas obras como “emanações de uma força vital eterna”. (FRAMPTON, 1997). Para o arquiteto, seus projetos eram manifestações da natureza, já que o veículo de manifestação dessa na arte seria a estrutura e a ornamentação. O melhor exemplo disso seria a cornija de seu Guaranty Building, onde a forma ornamental, que cresce na superfície dos pilares e se ramifica circundando as janelas ganha a metáfora do germe, que vive para procurar a expressão da sua forma (figura 1). Nesse sentido, a máxima de Sullivan, “a forma segue a função”, explica-se porque o pressuposto do edifício é ser uma força da natureza. Além disso, para o arquiteto, essa forma poderosa só poderia evoluir em um local pleno de democracia, portanto, na América.

Essas ideias de Sullivan eram compartilhadas por seu mais famoso discípulo, Frank Lloyd Wright. Além disso, para Wright, era função da obra arquitetônica “insuflar a alma”, através da criação de um ambiente total que afetasse toda a sociedade. Esses ambientes também se apresentavam impregnados com sua visão de uma nova vida, visão essa que reverenciava o sagrado, através do respeito quase obsessivo do espaço da família (a casa), do trabalho e do lar da assembleia religiosa. Um aspecto que exemplifica o desejo da criação de uma obra total é o fato de Wright ter desenhado todo o mobiliário do edifício de escritórios Larkin Building em Buffalo, New York, de 1904 (e de ter ficado decepcionado por não lhe ser permitido desenhar os aparelhos de telefone). Já no mesmo edifício se encontra um exemplo da tentativa do arquiteto de utilizar suas obras para transmitir e educar seus

usuários sobre sua visão de vida de culto ao sagrado: uma cascata, na entrada do prédio, com uma inscrição em relevo que dizia “o trabalho honesto não necessita de amo, a simples justiça não necessita de escravos.” (FRAMPTON, 1997). Além disso, a fachada monumental que referencia o prédio a um templo é um outro ponto de ligação com o sagrado (figura 2).

Ao analisar Frank Lloyd Wright e sua intenção de projetar todo o mobiliário do Larkin Building em Buffalo, é impossível não estabelecer conexões com o pensamento de Henry Van de Velde. Sobre esse designer e teórico belga a historiografia da arquitetura imprime a ele como característica mais assimilada o fato de projetar (ou procurar projetar) absolutamente tudo das obras com a qual se comprometia, desde o edifício em si até os chinelos com os quais os donos da casa deveriam caminhar pela mesma. No entanto, o arquiteto acreditava na reforma da sociedade pelo design do ambiente e não pelo seu programa. Isso porque acreditava na validade dos conceitos de feio e bonito e também que a feiura era a responsável por corromper a mente e o coração dos homens. Ele confiava, então, que transformando a casa, célula base da vida do homem, concentrando-se no design de todos os seus aspectos ele seria capaz de, gradualmente, transformar toda a sociedade (FRAMPTON, 1997).

Na formação da arquitetura moderna, o francês Tony Garnier, criado entre o movimento operário e ligado à causa socialista, foi outro profissional que procurou educar a sociedade através de suas obras. O arquiteto via na cidade a missão de civilizadora da sociedade, e procurou demonstrar isso em seu projeto da Cidade Industrial para 35000 habitantes, de 1904. No zoneamento e organização do projeto havia uma organização socialista, pois a cidade não possuía muros ou propriedade privada. Além disso, também não possuía

quartéis, igrejas ou delegacias de polícia. Valorizava a organização, o trabalho e a educação, com a localização de escolas de diferentes graus de ensino integradas aos bairros residenciais, enquanto que as instituições de ensino técnico se encontravam mais próximas da área industrial. Os diferentes setores da cidade (industrial, residencial e administrativo), aliás, eram organizados em um plano linear, cujos espaços vazios eram todos providos de parques (figura 3). Segundo Pevsner (1980), essa cidade era também um manifesto de Garnier contra o academicismo e à arquitetura “falsa”. O arquiteto acreditava na beleza da verdade que, segundo ele, era conseguida com os resultados de cálculos “feitos para satisfazer necessidades” (PEVSNER, 1980). É daí então que vem o extremo esmero e avanço técnico dos projetos dos edifícios da Cidade Industrial, alguns com balanços e marquises tão impressionantes que sugerem um conhecimento das possibilidades do concreto armado incomum para a época (figura 4).

<p>Figura 3: Cidade Industrial - plano linear Fonte: Arquitetônico. Disponível em: <http://www.arquitetonico.ufsc.br/cidade-e-utopia-%E2%80%93-novos-modelos-sociais-e-espaciais> Acesso em: out. 2012.</p>	<p>Figura 4: Cidade Industrial - marquise Fonte: Arquitetônico. Disponível em: <http://www.arquitetonico.ufsc.br/cidade-e-utopia-%E2%80%93-novos-modelos-sociais-e-espaciais> Acesso em: out. 2012.</p>

As ideias socialistas utópicas de Garnier para planos urbanos terminaram influenciando uma das figuras centrais do modernismo, o arquiteto franco-suíço Le Corbusier, principalmente depois de um encontro ocorrido entre os dois no ano de 1907 na cidade de Lyon. Além disso, uma visita ao convento dos cartuxos em Ema, na Toscana, ocorrida no mesmo ano, trouxe a Corbusier o modelo de comuna que influenciaria futuramente seus mais importantes projetos hipotéticos de cidades. Para ele, o modelo de organização da comunidade visto no convento era benéfico porque, ao mesmo tempo que conduzia a um

silêncio e solidão (e, portanto, reflexão) proporcionava um contato diário entre os homens (e, assim, uma maior troca de ideias e produtividade no trabalho) (FRAMPTON 1997).

Essas ideias se mostraram claras no projeto da Ville Radieuse de 1930, uma cidade sem classes, cujas zonas eram divididas em faixas paralelas que poderiam, assim, se expandir independentemente uma das outras, sem a presença de hierarquia (figura 5). Essas faixas eram divididas pelos seguintes usos: cidades-satélites destinadas à educação, zonas de transporte, comercial, de hotéis e embaixadas, residencial, indústria leve, indústria pesada, armazéns e zona verde. Além disso, todas as estruturas da cidade eram erguidas sob pilotis, deixando o solo, assim, como um parque no qual o pedestre pudesse circular como quisesse (figura 6).

Figura 5: Ville Radieuse – implantação
Fonte: FRAMPTON, Kenneth (1997). **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes. .

Figura 6: Ville Radieuse - esboço de Le Corbusier
Fonte: SOMEONE HAS BUILT IT BEFORE. Disponível em: < <http://archidialog.com/> > Acesso em: out. 2012.

Entretanto, nenhuma consideração sobre a dimensão pedagógico da arquitetura pode ser analisada sem que seja lembrada a formulação da vanguarda construtivista soviética, a do condensador social, cuja concepção previa para a arquitetura a capacidade de influenciar o comportamento social. Através dos condensadores sociais seria possível influenciar os homens a adquirirem uma nova percepção a favor de uma vida socialmente equitativa ou igualitária.¹²

Os exemplos de como os arquitetos modernos se utilizaram de suas obras como meios educadores da sociedade ou organizaram seus projetos nesse sentido não se esgotam, e

¹² Para os Condensadores Sociais ver Koop, A. A reconstrução do modo de vida na URSS. Dos anos vinte aos anos trinta, p. 74-97, in: **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**.

nesse texto foi tratado apenas de uma pequena parte. Entretanto, se torna interessante agora para o trabalho que o foco seja direcionado para alguns profissionais que se dedicaram ao projeto e construção de edifícios escolares no período moderno. Novamente, o texto não pretende dar um panorama completo, mas sim apontar algumas soluções pertinentes ao desenvolvimento da tese.

3.1. Alguns exemplos

O movimento ABC deve muito de sua criação a El Lissitzky e a suas atividades anteriores ao surgimento do grupo. Em 1921, ele chega a Berlim, vindo da então Rússia Soviética (e enviado pelo governo), com o propósito de, mais do que propagandar a arte de seu país em território estrangeiro, promover os aspectos positivos do comunismo frente ao resto do mundo. Após sua passagem por vários países europeus e do contato com diversos arquitetos, a publicidade criada em torno da arte construtivista surtiu seus efeitos: muitas revistas ao longo do continente, em países como Polônia e Hungria, se propuseram a discutir e divulgar a arte trazida por Lissitzky. Entretanto, nenhuma delas se debruçou sobre o problema da arquitetura. Foi por sentir essa falha que veio o primeiro desejo do arquiteto em criar um veículo divulgador da arquitetura russa, o que mais tarde viria a ser a revista em torno da qual se aglutinou os arquitetos do grupo ABC.

Não cabe ao escopo desse texto contar a forma com que cada membro do ABC se juntou ao grupo, mas é importante conhecer, para as intenções do trabalho, as posições políticas desses artistas. De Basel, na Suíça, vieram os comunistas radicais, como Hans Schmidt, Hannes Meyer, Hans Wittwer, Paul Artaria e Emil Roth. Já de Zurique veio a linha mais moderada do grupo, pertencentes a famílias proeminentes suíças como Werner Moser, Rudolf Steiger e Max Ernst Haefeli. Apesar de alguns conflitos, essa diferente visão política entre os membros do grupo também trouxe discussões que enriqueceram sua arquitetura. Já em 1922, Lissitzky conheceu e cultivou uma estreita relação com o arquiteto holandês Mart Stam, que viria a se tornar um dos membros mais proeminentes do grupo.

Assim, em 1924, a revista do ABC teve seu primeiro número e os ideais desses arquitetos como um grupo passaram a ser conhecidos e divulgados. Para eles, a arquitetura deveria se dedicar à construção de edifícios relevantes para a sociedade cujas estruturas deveriam ser leves e fluidas, essas conseguidas através de cálculos precisos e aplicação de métodos científicos. Ou seja, eles se proclamavam funcionalistas, mas antimonumentais e se propunham o compromisso de uma abordagem objetiva, assim servindo apenas a mais latente necessidade coletiva (FRAMPTON, 1997). Segundo Frampton, os membros mais

extremados do grupo buscavam com tanto afincos essa objetividade que abdicavam das particularidades do contexto (histórico ou social) da obra.

A importância de Mart Stam ao ABC se mostra, em relação ao escopo desse trabalho, em duas obras que influenciaram espacialmente não só os projetos escolares do grupo como os de várias outras funções: a St. Werdel's Boys' Grammar School na Alemanha, de 1924 e a Thun Boys' Grammar School na Suíça, de 1925. Nelas, as funções como salas de aulas, pátios de recreação e circulações são dispostas em pavilhões separados, de forma que as diferentes funções em diferentes volumes fazem o edifício ser lido como uma composição dessas funções. Esses pavilhões separados são ligados e interpenetrados por elementos em ângulo reto, como corredores e rampas.

Essas características podem ser claramente lidas na Petersschule for Girls em Basel, de Hannes Meyer e Hans Wittwer, de 1926. No entanto, os diferentes pavilhões que abrigam as diferentes funcionalidades nesse projeto não são separados por qualquer tipo de vedação. Aqui, as funções de circulação e de estar são destacadas na medida que levadas para fora do edifício, assim como o ginásio, que se transforma em uma extensão do prédio na forma de uma plataforma suspensa (figura 7). Assim, apenas as funções que requerem algum tipo de privacidade, como as salas de aula e as áreas administrativas permanecem dentro do prédio. Pode-se identificar também nesse projeto um objeto que segue a lógica da montagem industrial, através de seus elementos de funções independentes (como o ginásio, o bloco principal e as circulações) que depois são montados juntos em um único programa

Figura 7: Petersschule for Girls – plantas, cortes e perspectiva
Fonte: SIMA, Ingberman (1994). **ABC Internacional Constructivist Architecture, 1922-1939**. Cambridge, Mass: MIT Press.

Figura 8: Petersschule for Girls - perspectiva
Fonte: SIMA, Ingberman (1994). **ABC Internacional Constructivist Architecture, 1922-1939**. Cambridge, Mass: MIT Press.

funcional (figura 8).

Outro exemplo de escola paradigmática do movimento moderno é o Grupo Escolar da cidade de Villejuif, na França, ou Escola Primária Karl Marx, do arquiteto francês André Lurçat.

No começo da década de 1930 Lurçat já era conhecido por suas habitações que trabalhavam o conceito de moradia mínima, estudando através dos móveis (sendo eles fixos ou não) uma maneira de ocupar de forma racional ambientes de tamanhos diminutos. Um exemplo é a Cité du Werkbund, um conjunto de 4 moradias individuais geminadas de aparência austera, cujas escadas salientes à fachada, de formas cilíndricas, davam movimento ao edifício.

Essa forma de explorar a tecnologia construtiva da época era uma constante nos trabalhos do arquiteto. Essa arquitetura de aparência naval (JOLY, 1995) também pôde ser encontrada no concurso para o museu de Nancy, de 1931, que o arquiteto fez em parceria com Albert Michautô. O projeto se baseava na justaposição do antigo museu, o Hotel de la Comédie com um edifício novo, cuja fachada rasgada por vidros horizontais estreitos adquiria uma aparência quase industrial. Além disso, o projeto possui um sistema de iluminação natural composto por um jogo inteligente de dois vidros, que refletem a luz vinda do exterior e deixam passar apenas 74% dessa iluminação para o interior do prédio.

Lurçat, em suas obras, sempre manifestou o desejo de, através da arquitetura, provocar um renascimento da civilização moderna. Esse desejo foi acentuado pela crise mundial provocada pela queda da bolsa de valores de Nova Iorque de 24 de outubro de 1929, que causou, entre outras consequências, a falência de muitos bancos austríacos logo nos dias seguintes e consequente crise financeira e industrial de grandes proporções na Alemanha e em toda a Europa Central, resultando em um número grande de desempregados que permaneceu em alta nos anos seguintes. Essa crise também atingiu a França, ainda que tardiamente, tendo suas reflexões no campo da arquitetura. Grandes grupos financeiros deixaram de encomendar suas obras, o que fez com que o índice de produção da construção civil caísse em Paris em mais da metade, de 1929 a 1934. Para os arquitetos de linguagem moderna o problema era ainda maior, vendo essa crise se estender até meados de 1945. (JOLY, 1995)

Mas a crise também era política. Resumidamente, o endurecimento dos conflitos sociais levou à ascensão de sistemas autoritários, como o nazismo, provocando, na Alemanha, entre outros, o cerceamento das liberdades artísticas individuais, tendo como exemplos o fechamento definitivo da Bauhaus em 1933 e os exílios de Walter Gropius e Mies van der Rohe em 1934 e 1937, respectivamente. A estética passou a ser, ela também, um palco das

lutas pelo poder. Movimentos diversos começaram a refletir certa decepção a respeito da era da máquina, nessa crise que colocava em dúvida o sistema capitalista. A cultura em suas diversas formas (inclusive na arquitetura) passou a ser vista como uma maneira de mudar o mundo.

Não existe nenhuma ligação de André Lurçat a algum partido político específico ao longo de sua carreira. O que ele fez foi demonstrar várias vezes, em forma de declarações, certo mal-estar social em relação à falta de habitações dignas na Europa. Contudo, ele possuía vários amigos entre a esquerda da época (o que não deixa de revelar uma inclinação política, mesmo que genérica), parte de uma intelectualidade que via a URSS como modelo a ser seguido, acreditando na revolução proletária ou, simplesmente, em uma transformação social mais profunda. (JOLY, 1995)

Ao ganhar o concurso para a Escola Primária para a prefeitura comunista da cidade francesa de Villejuif em 1930, Lurçat viu aí uma oportunidade de aliar a prática a sua teoria de uma arquitetura responsável por mudar a sociedade, ao atingir com a mesma um público socialmente mais amplo. Isso na medida em que a obra não era uma solicitação de uma empresa privada ou ainda do Estado convencional.

No edital do concurso a prefeitura não reproduziu nenhum novo ou revolucionário programa pedagógico para a época como, por exemplo, a “escola ativa” de Freinet, educador que era uma importante referência do período na França. Entretanto, o sindicato dos professores da cidade foi muito consultado pelo arquiteto durante a confecção do projeto. O resultado foi uma escola onde os princípios de higiene e limpeza saltam aos olhos: a água está presente em vários ambientes. A secagem das mãos, por exemplo, é feita através de dispositivos de ar quente para evitar, assim, o uso de toalhas. As grandes janelas voltadas para o sul, assim como a presença de solários no telhado, demonstram a preocupação do arquiteto para que as crianças mantivessem um contato prolongado com o sol. Essa escola, contudo, apresentou um padrão razoavelmente convencional em sua organização espacial: o bloco de salas de aulas se encontra separado das demais áreas, como o pátio e demais serviços localizados no piso térreo. Além disso, o projeto é organizado de forma a separar os meninos das meninas, em uma diferenciação de gênero usual no ensino europeu desde o século XIX, conforme já citado no segundo capítulo desse trabalho. Além da entrada principal existe mais duas, uma para a escola dos meninos e outra para a escola das meninas. Cada uma dessas “escolas” possui, no térreo, um pátio coberto e um descoberto, um pequeno jardim, uma horta, banheiros e um refeitório, dispostos de forma simétrica e espelhada, separados por uma mureta. Entre ambos os refeitórios se encontra a cozinha do complexo, um ambiente único, mas que possui dois acessos (um para cada refeitório). Além disso, cada lado da divisão possui sua própria área administrativa (com diretoria e sala dos

22

professores) além de uma escada, que dá acesso às salas de aulas no andar superior. Existe ainda uma terceira entrada na escola, que dá acesso a toda a área do maternal, com parte administrativa, refeitório, banheiros, pátios e salas de aulas, todas no piso térreo e também separadas das demais por uma mureta. Todas essas três áreas possuem uma ligação por um corredor de serviços de acesso, supõe-se, apenas aos funcionários (figuras 9 e 10).

Figura 9: Escola Primária de Villejuif – montagem da planta
Fonte: JOLY, Pierre (1995). **L'architecte André Lurçat**. Paris: Picard.

Figura 10: Escola Primária de Villejuif – montagem da vista aérea
Fonte: JOLY, Pierre (1995). **L'architecte André Lurçat**. Paris: Picard.

Com a descrição anterior da planta da escola conclui-se que, apesar da sociedade pedir uma mudança pedagógica, ou uma mudança social (em algum nível), afinal tratava-se de uma municipalidade comunista eleita, em um momento onde o comunismo parecia ser uma realidade, para o arquiteto prevaleceu a necessidade da reafirmação do conhecimento e controle dos meios de produção. Assim, a modernidade escolhida por Lurçat em sua escola passou pelo uso adequado desses meios e em sua inserção urbanística. A escola se alinhava à avenida através de uma grande empena perfurada de um lado a outro por janelas estreitas e contínuas. Os grandes espaços, como os pátios cobertos, eram suportados por um conjunto de pilares dispostos de forma que remanesçam à planta livre moderna. A caixa de escada formava um volume de destaque no edifício, com grandes aberturas que deixavam quase toda a superfície à mostra. Já a entrada principal seria marcada por um outro pequeno volume destacado da fachada. Através dessas escolhas o arquiteto buscou fazer uma “escola amigável” que não assustava se impondo à paisagem. Ou seja, o princípio era buscar um ambiente acolhedor, que fosse aberto e convidativo à comunidade.

Já o funcionalismo de Walter Gropius, outro arquiteto autor de um projeto educacional paradigmático, a Bauhaus de Dessau, não se baseava só na utilização de novas tecnologias ou no conhecimento e controle da produção arquitetônica. Ele nasce de uma objetiva análise da realidade (suas condições técnicas, sociais e intelectuais) e da busca de novas formas, que renunciavam qualquer programa iconológico anterior (BERDINI, 1989). Gropius buscava, em suas obras, empobrecer as intenções pessoais e o vocabulário em prol da relação da arquitetura com a existência e com a vida. Essas simplicidade e autenticidade só seriam conseguidas através da aplicação de fórmulas matemáticas e geométricas. Além disso, o arquiteto acreditava que os conflitos sociais só seriam superados através da adoção dos princípios racionalistas, defendendo também uma homogeneização e padronização da arquitetura, já que a “maioria dos indivíduos tem necessidades análogas” (MONTANER, 2007).

Em 1919, Gropius sucede Henry van de Velde na direção da Escola de Artes Aplicadas de Weimar, que o arquiteto transformaria na Bauhaus. Dentre os inúmeros legados que sua direção deixou à escola e ao ensino de arquitetura em geral, encontram-se a união entre as chamadas artes aplicadas (artesanais) e as belas artes, o estabelecimento de um ensino cuja ênfase incidia na criação da forma de um objeto a partir do seu método de produção, seus materiais e necessidades funcionais (e não o contrário, onde os materiais e métodos deveriam se sujeitar ao alcance da forma desejada) e sua sede, a Bauhaus de Dessau (MONTANER, 2007).

O projeto da escola é formado por dois volumes-massa, em uma composição de elementos assimétricos, cada um contendo a escola profissional e os laboratórios. Os volumes são

ligados por uma galeria onde se encontra a administração da escola. Já os laboratórios também são ligados a um outro edifício, sede das habitações estudantis e dos estúdios, através de uma segunda galeria onde estão os refeitórios e salas de reunião. As moradias dos docentes, por sua vez, se localizam ao redor desse complexo. A concepção desses volumes já foi realizada em sua forma tridimensional e dessa forma também foi pensada a integração entre eles, em uma tradução da busca de Gropius pela articulação do espaço, do objeto e do observador, através de uma sensação de movimento que, nesse caso, é conseguida com a distribuição das massas. Essas massas – os edifícios – geram movimento não só através da diferença de extensão de suas paralelas e ortogonais, mas também por suas variadas alturas, provocando a necessidade de uma apreensão esférica de sua totalidade. Além disso, também nesse projeto é possível identificar, como na Petersschule do grupo ABC, uma lógica industrial na montagem do edifício, através do “encaixe” dos blocos concebidos para abrigar funções diferentes (figuras 11, 12 e 13).

Figura11: Bauhaus – vista aérea
Fonte: BERDINI, Paolo (1986). **Walter Gropius.**
Barcelona: Gustavo Gili.

Figura 12: Bauhaus - vista
Fonte: BERDINI, Paolo (1986). **Walter Gropius.**
Barcelona: Gustavo Gili.

Figura 13: Bauhaus - planta
 Fonte: BERDINI, Paolo (1986). **Walter Gropius**. Barcelona: Gustavo Gili.

Segundo Giulio Carlo Argan (1984), a antimonumentalidade da Bauhaus de Dessau é nada mais que a maneira que Gropius encontrou de dar uma forma ao seu ideal de trabalho como educação praticado na escola, o que se refletiu também urbanisticamente, na maneira como o edifício inseriu-se e não se impôs ao traçado urbano pré-existente. Ainda segundo o autor, o arquiteto só conseguiu chegar a essa clareza das formas, o contrário da monumentalidade, por ter dedicado parte de sua carreira a devolver a clareza de pensamento a inúmeros estudantes condenados à desordem e confusão do pós-guerra. Ou seja, a prática da didática o fez desenvolver um edifício cuja função era transmitir em si próprio, e não só abrigar, esse didatismo. Sobre isso, Argan (1984) comenta:

E também aqui é evidente o caráter didático nesta arquitetura, que não pode ser entendida ou revivida senão precisamente num processo construtivo ou de clarificação da consciência, de modo a colocar-se como uma mecânica da vida consciente ou racional (ARGAN, 1984, pág.74).

Ou ainda, Berdini (1989) também expõe sobre o assunto:

[...] os interiores realizados com a colaboração das oficinas e dos laboratórios da escola, contribuem à realização duma fusão total de todos os elementos da arquitetura e convertem o edifício em fábrica e escola numa eficaz representação dum ideal de trabalho e de educação, afirmação fundamental da cultura da razão [grifo nosso] (BERDINI, 1989, pags. 70 e 73)

Ainda que a questão da educação seja uma preocupação constante, no entre guerras, é somente após a Segunda Guerra Mundial, com a ampliação do estado de bem-estar social que os exemplares arquitetos de escolas se multiplicam.

Na Inglaterra, depois de 1945, vivia-se uma fase econômica e social que não despertava aspirações de uma arquitetura de caráter monumental. O país passava então por uma época de “calmaria” ideológica, graças ao abrandamento dos conflitos de classes graças com as medidas de bem-estar social introduzidas pelo governo trabalhista de Clement Attlee e também de reconstrução, devido à introdução da Lei de Novas Cidades de 1946, que resultou na construção, durante uma década, de 2500 escolas e na designação de 10 novas cidades. Além disso, uma grande transformação social também começou a ser colocada em curso com a Lei da Educação de 1944, que pela primeira vez tornou obrigatório o ensino até os 15 anos de idade.

E foi nesse contexto que surgiu o chamado Brutalismo, cujos expoentes, o casal Alison e Peter Smithson ficaram marcados, essencialmente, por referirem-se em sua arquitetura às raízes sociais da cultura popular. De fato, segundo Frampton, a estética brutalista inglesa pode ser considerada até mesmo um pouco contraditória, com a união de aspectos formalistas e populistas, com a criação de obras à base de tijolo e de estruturas industriais. Entretanto, o que ocorre na percepção desses arquitetos é que a volta a uma cultura popular não necessariamente significa uma técnica empobrecida ou “tosca”, mas palavras do próprio casal.¹³

As ideias do casal Smithson tomaram vulto principalmente após assumirem, junto com outros arquitetos como Aldo Van Eyck, Jacob Bakema e Georges Candilis a organização do X Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ficando conhecidos como o Team X. O principal juízo do grupo e que o tornou conhecido era a total rejeição de tudo o que vinha sendo discutido como urbanismo moderno até então: o racionalismo funcional da Carta de Atenas, que dividia a cidade nas funções de Moradia, Trabalho, Lazer e Transporte. Pelo contrário, eles acreditavam na ordem natural dos acontecimentos, resultados de uma relação poética entre os homens e seu entorno. Além disso, eles também eram contra o esquematismo com o qual eram avaliadas as realidades sociais.

E foi com essas ideias que os Smithsons projetaram a Escola Secundária de Hunstanton, na Grã-Bretanha, em 1950 e concluída em 1954. O projeto, em estrutura metálica, com fechamento constituído de grandes panos de vidro e alvenaria de tijolos, se baseava em um grande paralelepípedo, organizado em torno de dois pátios, em um grande espaço central de altura dupla (figura 14 e 16). Não existiam acessos aos blocos de salas de aulas sem ser

¹³ VIDOTTO, Marco (1997). **Alison + Peter Smithson**. Barcelona: Gustavo Gili, pag. 14

por esses espaços, já que não foram criados corredores para a circulação. Essa configuração se repete inclusive no andar superior, ou seja, para a locomoção de um bloco de salas a outro, o usuário precisaria subir e descer as escadas do edifício passando por esses pátios.

Dessa forma, esses vazios centrais, por conta da obrigatoriedade de uso, foram transformados em locais de conagração e convívio. Assim, tinha-se nesse edifício, a despeito da escolha por uma qualidade funcional mais elaborada, a preferência por um didatismo sociocultural que colocava as relações humanas no centro (BUZZAR, 1996). Além disso, segundo os arquitetos, esses vazios tinham a função de serem fontes de luz e proteção contra o barulho. Já as funções consideradas ruidosas de uma escola, como a cozinha, o refeitório e o ginásio foram locados fora do bloco principal (figura 15).

Outro ponto importante a ser considerado a respeito de Hunstanton foi a escolha dos arquitetos por manter expostas no edifício todas as suas instalações, sejam técnicas (como tubulações de água, condutores da fiação e dutos da rede de calefação) ou até mesmo as estruturais. Um exemplo contundente dessa escolha projetual se encontra nos banheiros, onde os encanamentos das pias e das águas servidas dos sanitários possuíam, cada um, um cano que conectava seu ralo a uma estreita canaleta em meia cana que, assim, conduzia a água exposta ao usuário, sob o seu olhar (BUZZAR, 1996) (figura 17). Dessa maneira o edifício, em seu uso cotidiano, ensinaria as pessoas comuns, não especialistas, sobre o seu funcionamento formal. Entretanto, segundo Buzzar:

O edifício tentava “explicar” o uso, mas desde o início ele deixava claro que o uso só era possível caso fizesse parte do ciclo de atividades daquele “universo”. Portanto, o especialista devia ceder seu lugar a um ser comunitário, este, em contrapartida, devia respeitar o outro ou outra atividade exercida coletivamente. Respeito só existiria precedido ou acompanhado de proximidade, de um relacionamento ativo (BUZZAR, 1996, pág.121)

Ou seja, o uso correto do edifício, através do acesso às informações sobre seu funcionamento só seria possível graças a um convívio que traria a esses usuários uma maior consciência de comunidade. Dessa forma, seja através do pátio, configurado como passagem obrigatória, seja através da exposição das instalações técnicas, o edifício se tornava um objeto didático, que procurou ensinar à comunidade onde estaria inserido um novo modo de vida e uma nova organização social.

Figura 14: Escola Secundária de Hunstanton - implantação
 Fonte: VIDOTTO, Marco (1997). **Alison + Peter Smithson**.
 Barcelona: Gustavo Gili

Figura 16: Escola Secundária de Hunstanton - vista
 Fonte: VIDOTTO, Marco (1997). **Alison + Peter Smithson**.
 Barcelona: Gustavo Gili

Figura 15: Escola Secundária de Hunstanton - planta
 Fonte: VIDOTTO, Marco (1997). **Alison + Peter Smithson**. Barcelona: Gustavo Gili

Figura 17: Escola Secundária de Hunstanton - banheiros
Fonte: VIDOTTO, Marco (1997). **Alison + Peter Smithson**. Barcelona: Gustavo Gili

Esses foram apenas alguns exemplos de escolas paradigmáticas do movimento moderno internacional. Cabe agora discutir esse cenário, de uma arquitetura de cunho didático em sua forma e teoria, no quadro da arquitetura moderna brasileira, e analisar de que maneira os arquitetos locais na origem do modernismo traduziram esse discurso para o país.

4. OS EDIFÍCIOS ESCOLARES NA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA

Segundo Mário Pedrosa (2003), obliterando as primeiras obras modernas de Gregori Warchavchik e de alguns outros arquitetos, a disseminação dos preceitos da arquitetura moderna no Brasil, apesar de o mesmo já ter ocorrido no campo da literatura anos antes, se deu por volta de 1930, quando um grupo de jovens arquitetos brasileiros se reuniram em

torno de Lucio Costa para estudar e conhecer a nova arquitetura que nascia na Europa. Foi dessa forma que essa geração tomou conhecimento dos trabalhos de Le Corbusier, Walter Gropius e Mies van der Rohe, por exemplo¹⁴.

Para o crítico, a arquitetura internacional foi transposta para o país contendo os mesmos ideais e preocupações europeus, como o desejo de conciliação da arte e da técnica, de difusão dos benefícios da industrialização na sociedade e a fé nas virtudes democráticas da produção em massa, com o acréscimo da busca por uma origem arquitetônica brasileira. Apesar disso, esses ideais democráticos e sociais da nova arquitetura e seus princípios racionais e funcionais se contradiziam com o governo ditatorial vigente, que exigia de seus arquitetos obras suntuosas, monumentais e propagandistas. (XAVIER, 2003) E foi por isso que, ainda segundo Pedrosa, houve no país um atraso do surgimento de uma arquitetura realmente social, que tentou aliar a técnica nascente com preocupações sociais, econômicas e políticas. Sobre isso, o arquiteto Vilanova Artigas declara que “foi quando a arquitetura moderna brasileira teve o seu maior desenvolvimento, durante o Estado Novo, à sombra dos institutos e à serviço da demagogia desenfreada”. (XAVIER, 2003, pag 195)

Já para o resto do mundo, a apresentação da arquitetura moderna brasileira se deu com a exposição Brazil Builds: New and Old 1652-1942, realizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, sob a curadoria de Philip Goodwin em 1943. Goodwin foi o arquiteto do Centro de Alimentação na Feira Mundial de Nova Iorque de 1939, que teve entre outras obras o Pavilhão Brasileiro de autoria de Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Paul Lester Wiener, este último autor do paisagismo. Dessa forma, o curador, junto com George Kidder-Smith, teve pleno apoio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para realizar sua viagem ao Brasil para colher material. A exposição contém 50 obras de arquitetura antiga (como teatros, palácios, igrejas e sedes de fazenda espalhados por todo o país) e 47 obras do período de 1936 a 1942, concentradas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.

Dentre os edifícios de arquitetura moderna se encontram 5 instituições educacionais, o que mostra a importância dessas obras a ponto de se sobressaírem ao olhar estrangeiro. São elas a Escola Primária Raul Vidal (1942), em Niterói, no Rio de Janeiro, de Álvaro Vital Brazil; o Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” (1942), em São Paulo, de Rino Levi; uma Escola Normal, em Salvador, na Bahia, de data e autoria não reveladas, a Escola Industrial, no Rio de Janeiro, de Carlos Henrique de Oliveira Porto e o Liceu Industrial (1942), em São Paulo, de Marcelo e Milton Roberto. O trabalho, a partir de agora, irá se debruçar de forma breve sobre as duas primeiras.

¹⁴ PEDROSA, Mario (2003). A arquitetura moderna no Brasil. In: XAVIER, Alberto F. M. (org) (2003). **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify.

A Escola Primária Raul Vidal, de Álvaro Vital Brazil, exprime de forma muito clara quais eram as características projetuais desse arquiteto que ganhou projeção após a inauguração do revolucionário Edifício Esther, de sua autoria, com a diversidade de suas fachadas de acordo com as exigências de cada programa, a utilização da planta livre e a surpreendente implantação que praticamente redesenhou a quadra. Segundo Henrique Mindlin, Vital Brazil era um purista, de claro e objetivo manejo da expressão arquitetônica. Em suas obras não eram buscadas glorificações pessoais, mas sim a honestidade com relação ao programa proposto. Por fim, para o arquiteto, a disciplina não era simplesmente transitória e passageira, as suas inovações tinham uma dimensão histórica, pois eram (ou deveriam ser) a expressão de sua época.

Assim, a Escola de 1942, incorporando o vocabulário moderno, organizava a relação entre os ambientes e suas funções de forma simples, sendo, portanto, objetiva em sua forma: um grande volume longitudinal sustentado por pilotis era o que abrigava as salas de aula e as salas administrativas, que se encontravam dispostas lado a lado voltadas para o interior do terreno, a fim de evitar o ruído e a maior insolação. Já o corredor estava voltado para o lado do sol e da rua. Assim, sob o edifício, se encontravam os banheiros, a cozinha e o grande pátio, além de uma passagem que unia o edifício principal às quadras (figuras 18, 19, 20 e 21).

Figura 18: Escola Primária Raul Vidal – planta primeiro pavimento
BRAZIL, Álvaro V. (1986). **50 anos de arquitetura**. São Paulo: Nobel.

Figura 19: Escola Primária Raul Vidal – planta segundo pavimento
BRAZIL, Álvaro V. (1986). **50 anos de arquitetura**. São Paulo: Nobel.

Figura 20: Escola Primária Raul Vidal – planta terceiro pavimento
BRAZIL, Álvaro V. (1986). **50 anos de arquitetura**. São Paulo: Nobel.

Figura 21: Escola Primária Raul Vidal – perspectiva
BRAZIL, Álvaro V. (1986). **50 anos de arquitetura**. São Paulo: Nobel.

Do mesmo ano da escola de Vital Brazil é o Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", projeto de Rino Levi na cidade de São Paulo. O Instituto foi criado em 1933 e era mantido pelas Cônegas de Santo Agostinho, religiosas que já atuavam na educação de moças das classes mais altas paulistanas desde 1907, através do Colégio Des Oiseaux. A sede da faculdade, projetada no mesmo terreno do Colégio, tinha 3 volumes distribuídos em forma de U, conformando um espaço aberto, um pátio com espécies de vegetação tropical, ladeado por marquises de circulação responsáveis por unir os volumes (figuras 22 e 23). Uma dessas vias, no entanto, era fechada e isolada do pátio por um plano de elementos vazados (figuras 24 e 25). A função dessa estrutura de vedação no projeto era a de filtrar o excesso de insolação da orientação noroeste. Estruturalmente, o projeto também possuiu algumas inovações, como a presença de um teto-jardim contíguo à biblioteca que exigiu grandes vigas de transição por estarem acima do auditório e a inversão das arcadas comumente usadas nas marquises.

Figura 22: Sedes Sapientiae – planta térreo

Fonte: LEVI, Rino. (2001). **Rino Levi: arquitetura e cidade** - pesquisa e textos por Renato Anelli; coordenação por Abilio Guerra; ensaios fotográficos por Nelson Kon. São Paulo: Romano Guerra.

Figura 23: Sede Sapiientiae – planta primeiro pavimento

Fonte: LEVI, Rino. (2001). **Rino Levi: arquitetura e cidade** - pesquisa e textos por Renato Anelli; coordenação por Abilio Guerra; ensaios fotográficos por Nelson Kon. São Paulo: Romano Guerra.

Figura 24: Sede Sapiientiae – vista

Fonte: LEVI, Rino. (2001). **Rino Levi: arquitetura e cidade** - pesquisa e textos por Renato Anelli; coordenação por Abilio Guerra; ensaios fotográficos por Nelson Kon. São Paulo: Romano Guerra.

Figura 25: Sede Sapiientiae – vista

Fonte: LEVI, Rino. (2001). **Rino Levi: arquitetura e cidade** - pesquisa e textos por Renato Anelli; coordenação por Abilio Guerra; ensaios fotográficos por Nelson Kon. São Paulo: Romano Guerra.

Para Renato Anelli, Rino Levi acreditava na necessidade da liberdade total para a manifestação artística, sendo contra “qualquer injunção da sociedade ou de indivíduos no sentido de dirigi-la para objetivos predeterminados”¹⁵ Para Levi, o arquiteto deveria contribuir, através de seus conhecimentos, para a formação de uma opinião pública capaz de tomar consciência e de resolver seus problemas por si só, visão essa distinta daquela mais identificada com o modernismo que via o arquiteto como transformador da sociedade.

¹⁵ LEVI, Rino. (2001). **Rino Levi: arquitetura e cidade** - pesquisa e textos por Renato Anelli; coordenação por Abilio Guerra; ensaios fotográficos por Nelson Kon. São Paulo: Romano Guerra, pag. 33.

Entretanto, essa posição de Levi continuava contrária a do profissional que se limitava a responder às exigências do mercado, se mantendo, portanto, fiel ao perfil do arquiteto que imprimia sua particular visão da sociedade em suas obras.

A próxima escola foge ao escopo do Brazil Builds, mas é representativa na medida em que pertence ao arquiteto brasileiro mais conhecido e discutido internacionalmente, Oscar Niemeyer: a Escola Elementar Julia Kubitschek, em Diamantina, Minas Gerais, de 1951. A obra foi contratada pelo então governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek, e é parte de outros 3 edifícios do arquiteto carioca projetados para a cidade natal do político: o Hotel Tijuco, a faculdade de odontologia (atual Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri) e a Praça dos Esportes. Assim, essas obras fizeram parte do contexto do debate muito em voga naquela época, o da implantação de edifícios novos em cidades históricas. As opiniões se dividiam entre a preferência pelo edifício novo se integrando à paisagem, esmaecendo-se em meio à mesma, e a necessidade de que essa intervenção se destacasse em meio às demais construções circundantes. Para os dirigentes à frente do órgão federal de preservação de patrimônio da época (Lúcio Costa entre eles), a escolha era pela segunda opção, como demonstra a discussão a cerca do projeto do Grande Hotel de Ouro Preto¹⁶.

No edifício escolar, a escolha projetual de Niemeyer se deu pela integração de todo o programa em um volume único e puro, de fachadas inclinadas para proteção das salas de aula da insolação excessiva através da projeção da laje de cobertura que, por sua vez, é sustentada por um conjunto de pilares independentes. A distribuição das funções da planta, aliás, é muito simples, com as salas de aula dispostas uma ao lado da outra, ligadas por um corredor frontal (figura 26).

¹⁶ BUZZAR, M.A. (1996). **João Batista Vilanova Artigas, elementos para compreensão de um caminho da arquitetura brasileira (1938 – 1967)**. 337p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

O arquiteto italiano Alberto Sartoris descreve Niemeyer como um artista cujo racionalismo é difícil de ser enquadrado dentre as várias correntes existentes internacionalmente. Sua obra, muito inventiva, é capaz de trazer soluções das mais prodigiosas a partir da articulação da arte e da técnica. Essa preferência pela plástica e pela experimentação sobre o programa é facilmente notada no projeto da escola mineira: a rampa de acesso, por exemplo, no projeto original era feita de um piso liso de material escorregadio e sua lateral era protegida apenas por um corrimão metálico, deixando o vão inferior aberto, em uma clara predileção pela limpeza do desenho. Depoimentos de ex-alunos contam que isso acabou facilmente se tornando uma diversão perigosa para as crianças, que fizeram da rampa um grande escorregador¹⁷. De forma previsível, depois de algum tempo, em uma reforma, um piso antiderrapante foi colocado e o corrimão foi substituído por uma mureta em alvenaria.

¹⁷ MELENDEZ, Adilson. Oscar Niemeyer: Escola pública, Diamantina, MG. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/oscar-niemeyer-escola-publica-08-01-2008.html>> Acesso em: out. 2012.

4.1. O Movimento Escola Nova

Entretanto, apesar desses projetos serem uma manifestação autônoma da arquitetura moderna, ou de certo padrão do comportamento dos arquitetos no projeto de edifícios escolares, houve um movimento pedagógico que influenciou, direta e indiretamente, esse tipo de construção no país: o Movimento Escola Nova.

No período pós Primeira Guerra, o Brasil, de certa forma acompanhando um sentimento presente em várias sociedades, conhecia uma desconfiança em relação à crença positivista de progresso trazido pela ciência até então, em virtude das destruições e massacres vindos com o conflito. Claro esta, que em um país de desenvolvimento capitalista periférico, tal desconfiança era amortizada pelo desconforto em relação ao atraso social e econômico, que por outro lado, incentivava as ciências, a técnica como dimensões a serem incentivadas para superação dos males nacionais. Associado à isso, fatores como o crescimento da população e o êxodo rural que já tomava forma, provocaram um enorme déficit educacional, cuja solução foi buscada com medidas meramente paliativas, como redução da carga horária e aumento dos turnos. Essa situação estimulou o surgimento de uma discussão que postulava soluções quantitativas e não qualitativas em parte da intelectualidade e dos políticos que entendiam o analfabetismo como o grande responsável pela demora do país em adentrar em uma era tecnológica e moderna, assim precisando ser sanado com urgência.

E foi nesse cenário que se iniciou um debate gerado por um grupo de intelectuais brasileiros que, ao mesmo tempo em que procuravam novas concepções pedagógicas que pudessem atender às necessidades desse mundo não mais positivista, buscavam mostrar ao país que a educação não se limitava à alfabetização tratada de forma apenas quantitativa.

Desse debate surgiu, em meados da década de 1920, um movimento pedagógico que ficou conhecido como Escola Nova. Na verdade, segundo Romanelli (1989), o “Movimento de Escolas Novas”, como foi chamado, era constituído por uma pluralidade de doutrinas educacionais diferentes, encobertas pela denominação genérica de Escola Nova em virtude de suas semelhanças pedagógicas. Apesar disso, esse conjunto de doutrinas encontrou representantes em duas figuras principais: os educadores Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Teixeira nasceu em Caetité, na Bahia, em 12 de julho de 1900, em uma família de fazendeiros. Após estudar em colégios jesuítas em sua cidade natal, na infância, mudou-se para o Rio de Janeiro e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1922. Logo se enveredou pelo caminho do ensino, sendo nomeado, com apenas 24 anos, inspetor geral de

Ensino do Estado da Bahia. Após uma temporada de estudos nos Estados Unidos, onde tomou contato com as ideias do pedagogo norte-americano John Dewey, Anísio Teixeira voltou ao Brasil e foi nomeado secretário de Educação do Rio de Janeiro em 1931, então Capital Federal, já no governo de Getúlio Vargas, onde se dedicou a criar uma rede municipal de ensino completa, indo desde a escola primária à universidade.

Em abril de 1935 completou a montagem dessa rede no Rio com a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), que poderia ter mudado o ensino superior brasileiro, mas que em função de perseguições e acusações políticas de várias ordens foi extinta pelo Estado Novo chegando inclusive a provocar o exílio do educador. Longe do país foi nomeado conselheiro da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 1946. Em 1947, já com o fim do Estado Novo, voltou ao Brasil e novamente se tornou Secretário de Educação da Bahia. E foi nessa gestão que criou, em 1950, a Escola Parque, ou Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

O Centro teve seu projeto encomendado ao arquiteto Paulo Assis Ribeiro, que contou também com a colaboração de Diógenes Rebouças e Hélio Duarte. Era composto por 4 das chamadas Escolas-Classe, que funcionariam em 2 turnos e atenderiam mil alunos em nível primário cada. Cada uma dessas escolas era composta por 12 salas de aula, consultórios médico e dentário, complexo administrativo e áreas verdes, formadas por jardins e hortas. Nelas os alunos permaneceriam metade do período integral e aprenderiam as disciplinas básicas do currículo escolar, como língua portuguesa, aritmética, ciências e estudos sociais. Na outra metade do período, os estudantes se encaminhariam para a chamada Escola Parque.

A Escola Parque era formada por 7 blocos, cobertos por estruturas que permitiam sua iluminação natural, que juntos ocupavam uma área de 42.292 m². Nesses blocos os alunos seriam agrupados por idade e interesse, em turmas de, no máximo, 30 pessoas, para a realização de atividades como artesanato, artes plásticas, educação física, organização de grêmios, jornais e rádios estudantis, música, canto, dança, teatro e leitura (o Centro possuía uma biblioteca). Além disso, a Escola Parque também oferecia orientação pedagógica e profissional, assistência médica e odontológica e nutricional.

Toda essa estrutura era formada por um total de 11 prédios, localizados em uma grande área no bairro da Liberdade, em Salvador, na qual a Escola Parque estava localizada no centro, ocupando um raio de aproximadamente 1,5 quilômetros (figuras 27 e 28).

Havia também, no projeto original, a intenção de se construir uma residência para as crianças abandonadas que viessem a frequentar a escola. No entanto, essa parte do complexo nunca foi construída.

Figura 27: Centro Educacional Carneiro Ribeiro

Fonte: FENSKE, E. K. Anísio Teixeira - e a escola pública brasileira (Projeto de educação integral).

Disponível em: < <http://www.elfikurten.com.br/2011/02/anisio-teixeira-o-inventor-da-escola.html> > Acesso em: out. 2012.

Figura 28: Esquema do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Nota-se as 4 escolas-classe nos cantos da figura, enquanto a escola-parque ocupa o centro.

Fonte: FENSKE, E. K. Anísio Teixeira - e a escola pública brasileira (Projeto de educação integral).

Disponível em: < <http://www.elfikurten.com.br/2011/02/anisio-teixeira-o-inventor-da-escola.html> > Acesso em: out. 2012.

Com esse Centro, o objetivo de Teixeira foi o de devolver à escola primária seu período letivo completo, com um programa básico, contendo as ciências físicas e sociais e mais o ensino das artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Seus professores eram diversificados, cada um responsável pela função a qual era mais qualificado e preparado. Além disso, prédios como o da biblioteca poderiam permanecer abertos para o uso da comunidade, como salas de leitura ou para alfabetização de adultos (BUFFA e PINTO, 2002).

Esse projeto terminou se colocando como um icônico reflexo das ideias do educador baiano. Para Teixeira, a escola se fazia cada vez mais necessária enquanto a cultura, que se tornava internacional, precisava de aspectos especiais para se manter e reproduzir, não conseguindo mais fazer isso naturalmente através da transmissão de valores entre as pessoas. O mundo, antes imutável, se encontrava cada vez mais envolvido com as revoluções lançadas por uma sociedade baseada na indústria. Assim, cabia à escola o papel de conservar as imagens da própria cultura do país, na figura de seus ritos, cerimônias, histórias, lendas e sagas (RIBEIRO, 1960).

Teixeira, ainda, defendia a descentralização administrativa do ensino; a adoção de um sistema contínuo, onde a escola primária seria obrigatória, a secundária flexível e variada e o ensino superior seletivo; o prolongamento do período escolar e a proibição do ensino noturno (com exceção aos suplementares à educação diurna); o melhoramento das condições de trabalho do professor; a abolição de imposições como livros didáticos e currículos rígidos e obrigatórios; o estabelecimento de exames de admissão para o primeiro e terceiro ano ginasial, para o primeiro colegial e para a universidade e a divisão do curso superior em básico e profissional, permitindo que escolas sem recursos ofereçam apenas o primeiro e o estabelecimento no superior de diferentes cursos em diferentes níveis, indo do técnico ao profissional.

Mas a principal defesa do educador era pela escola pública e acessível a toda a sociedade. Segundo Teixeira, a escola pública seria a personificação de uma nova estrutura social, onde todos, independente de sua origem, se mesclariam, colocando suas crenças comuns acima e de forma independente de suas crenças individuais. Seria, portanto, um lugar onde se trabalharia a formação da consciência.

Já Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, no Estado de Minas Gerais, em 2 de abril de 1894. Após se formar no curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, iniciou a carreira como professor universitário lecionando em algumas instituições de ensino de Minas Gerais e São Paulo, entre elas o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo e o Departamento de Sociologia e

Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ocupou também vários cargos públicos que o fizeram ter um contato muito próximo com os problemas da educação brasileira: foi Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30); Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (1956-61) e Secretário de Educação e Cultura no governo do prefeito Prestes Maia (1961).

Assim como Teixeira, Azevedo também foi influenciado pelas ideias de John Dewey. Entretanto, para o educador, a apropriação de qualquer influência pedagógica estrangeira deveria respeitar as particularidades sociais, sociológicas e antropológicas brasileiras. Assim, a análise de Azevedo sobre a educação no país e suas conseqüentes elaborações pedagógicas foram firmemente calcadas em um diagnóstico sobre a cultura e psicologia coletiva da população e suas dificuldades e perspectivas em relação ao progresso urbano e industrial que estava alterando toda a sociedade.

Além disso, para Fernando de Azevedo, a educação é um fenômeno cultural, uma transmissão de conhecimento que ocorre naturalmente, de geração para geração, sem que essas sequer percebam. Entretanto, nesse mecanismo, a escola também teria sua função, oferecendo à população a cultura geral necessária para a vida em sociedade, além do embasamento imperativo para que ela consiga pensar e refletir e, assim, se inserir dignamente na comunidade (ALVES, 2010).

Dessa forma, o “Movimento de Escolas Novas” se insere na dinâmica do pensamento dos dois educadores, Teixeira e Azevedo. Nas palavras de Silva (2006):

A Escola Nova procurava formar hábitos de vida, de comportamento, de trabalho e de julgamento moral e intelectual em todos os brasileiros, sem selecionar e excluir, valorizando sempre no processo de aprendizagem a relação entre a idade da criança e a classe à qual deveria pertencer (SILVA, 2006, pág.53).

Em suma, o caráter educativo do movimento primava por um ensino voltado para qualificar culturalmente a vida prática, buscando agir em toda a comunidade a fim de formar homens livres para cumprir seu papel em uma sociedade democrática. Para isso, era necessário ampliar a experiência escolar, através da incorporação de museus, teatros, centros esportivos e etc. De fato, os princípios pedagógicos do movimento trouxeram implicações diretas para a arquitetura de suas escolas, tanto funcionalmente quanto na espacialidade (MARTINS, CERÁVOLO e SEIXAS, 1998). Os defensores da Escola Nova ainda defendiam

o que chamavam de “escola única”, ou seja, uma única estrutura pedagógica, comum para todo o Brasil, possibilitando uma igualdade de oportunidades em todo o território nacional (SEIXAS, 2003).

Entretanto, apesar dos esforços para a implantação dos conceitos da Escola Nova na construção de novos prédios escolares principalmente no Distrito Federal e nos Estados da Bahia, Ceará e São Paulo, esses formaram uma minoria em comparação aos demais construídos entre 1920 e 1950, somando cerca de 400 escolas (SILVA, 2006). E mesmo as construções que não se prendiam aos conceitos escolanovistas não foram suficientes para sanar o déficit de vagas que continuava crescendo em todo o país na época, principalmente no Estado de São Paulo.

4.2. O Convênio Escolar

A fim de sanar esse déficit é firmado no fim da década de 1940, em paralelo às atividades do Departamento de Obras Públicas (DOP), o Convênio Escolar. Nele, ficou-se estabelecido que, enquanto o Município de São Paulo ficaria encarregado da construção dos edifícios escolares, o Estado ficaria responsável por administrar o ensino. O Convênio construiu mais de 700 obras destinadas à educação entre bibliotecas, teatros e parques infantis (SILVA, 2006), das quais 70 eram escolas (FERREIRA e MELLO, 2006), entre 1949 e 1954, data do 4o centenário da capital paulista.

Na época, após o fim do Estado Novo, o país passava por inúmeras transformações. Com o incremento industrial, o número de veículos e de rodovias, necessários para o transporte dos bens de consumo e produção, cresceu vertiginosamente. Em São Paulo esse crescimento se deu de forma muito mais expressiva, acompanhando o aumento da população, o que ocasionou uma urbanização desordenada e consequentes tensões sociais. Segundo Martins (1998), o crescimento da cidade na época se deu tanto verticalmente quanto horizontalmente, com a ocupação dos sub-centros periféricos como Vila Madalena e Pinheiros, o que passou a exigir a construção, obviamente, de mais equipamentos de infraestrutura nessas áreas.

Além disso, os fenômenos de industrialização e urbanização também culminaram, nesse período, em transformações sociais e culturais ligadas ao surgimento de novos grupos, ou adensamento numérico e social de outros, como os operários, as camadas da população oriundas do setor terciário e a burguesia industrial. Esses grupos passaram a encarar a educação como forma de ascensão ou ainda de manutenção do status social, o que provocou um aumento da procura por vagas nas escolas (BUFFA e PINTO, 2002).

E foi nesse contexto que foi implantado o chamado Convênio Escolar. Entre os responsáveis e arquitetos-chefe da Comissão Executiva do Convênio estavam o jovem arquiteto Hélio de Queiroz Duarte, que havia participado da experiência pedagógica na Bahia sob a orientação de Anísio Teixeira, além de Eduardo Corona, Roberto Goulart Tibau, R. Carvalho Mange e Oswaldo Correa Gonçalves, entre outros (KATINSKY, 2006).

O Convênio Escolar foi profundamente influenciado pelos princípios pedagógicos da Escola Nova, que procurava formar um novo homem apto a participar de uma sociedade industrial e tecnológica em constante transformação. A tradução arquitetônica que os arquitetos do Convênio deram para essas ideias passou por uma nova concepção do espaço escolar, capaz de servir de equipamento para essa nova sociedade. Assim, procurou-se diminuir a escala dos edifícios tanto interna quanto externamente, a fim de que os mesmos não fugissem à escala dos usuários (as crianças) e não se destacassem em relação à paisagem urbana, em uma espécie de negação à monumentalidade das escolas anteriores, considerada um reflexo da sociedade hierarquizada que queriam transformar.

Além disso, os envolvidos nas obras do Convênio sempre buscaram uma eficiência técnica e uma racionalização que logo caminhou para a padronização tanto técnica quanto funcional, através de pesquisas e consequente sistematização dos resultados obtidos. Hélio Duarte, em seu texto “O problema escolar e a arquitetura”, publicado na Revista Habitat de 1951, chegou a afirmar a racionalização como necessária para a obtenção da quantidade de construções desejada (SEIXAS, 2003). Assim, apesar das particularidades de cada projeto pertencentes a arquitetos diferentes, os princípios básicos das construções eram mantidos.

Exemplo dessas construções, a escola G.E. Romeu de Moraes (1949), de Oswaldo Correa Gonçalves, era composta por 3 volumes articulados em torno de um espaço no centro. Desses volumes, o destinado à administração, retangular, possuía dois andares, o térreo ocupado pela administração de fato e o superior pelos serviços médicos, odontológicos e de assistência social. Já o bloco das salas de aula é também retangular com dois andares. O pátio, por sua vez, trata-se de um galpão coberto com arcos de cimento (figura 29).

Figura 29: G.E. Romeu de Moraes – plantas primeiro pavimento e pavimento superior

Fonte: OLIVEIRA, Elaine R. (2000). **A contribuição de Oswaldo Corrêa Gonçalves para a arquitetura moderna brasileira**. 343p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.

No entanto, a distribuição dos volumes nessa forma radial acarretou alguns problemas, como a posição da escada no extremo do volume que faz com que um caminho muito longo deva ser percorrido pelo corredor. O mesmo ocorre com o volume administrativo em relação à quadra, já que ambos se encontram em posições opostas no terreno.

Esses problemas foram resolvidos no projeto seguinte do arquiteto, o G.E. Canuto do Vall, de 1950. Nele, os volumes funcionais estão distribuídos de maneira paralela com o corredor ao centro, facilitando o acesso a qualquer parte da escola (figura 30).

Figura 30: G.E. Canuto do Vall – plantas primeiro pavimento e pavimento superior
 Fonte: OLIVEIRA, Elaine R. (2000). **A contribuição de Oswaldo Corrêa Gonçalves para a arquitetura moderna brasileira**. 343p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.

Outro exemplo de escola do Convênio Escolar que merece ser citado, dentre tantos outros que se destacam, é a EE Nossa Senhora da Penha, de Eduardo Corona, datada de 1952 e localizada no bairro da Penha, em São Paulo. O destaque desse prédio escolar vem do fato de ter sido um dos cinco escolhidos para figurar entre os exemplos de edifícios educacionais presentes no icônico livro de Henrique Mindlin, o *Arquitetura Moderna no Brasil*, publicado em 1956¹⁸ (figura 31). A escola em questão, localizada em um terreno de esquina, é

¹⁸ As outras obras escolares presentes no livro de Mindlin são: Escola primária (1949) de Carlos Frederico Ferreira em Santo André; Escola de educação infantil (1952) de Francisco Bolonha em Vitória; Escola para

organizada em três níveis. O primeiro nível, todo elevado por pilotis (exceto os blocos onde se localizam os vestiários, a área médica e zeladoria e a diretoria) termina por configurar um pátio coberto que se liga ao jardim do centro da quadra, localizado entre o bloco de salas de aulas configurado em forma de U (figuras 32, 33 e 34). Já no segundo nível se localizam as salas de aulas, área administrativa, anfiteatro e suas demais estruturas, enquanto que no terceiro nível se encontram as demais salas de aulas. Todo esse complexo é ligado verticalmente por rampas e escadas, sendo a caixa de escada uma das estruturas notáveis do edifício: vedada por elementos vazados, ela se destaca na construção, mesmo tendo uma altura menor (figura 35).

Figura 31: EE Nossa Senhora da Penha – imagem da escola da época de sua inauguração que consta no livro de Henrique Mindlin
Fonte: MINDLIN, H. (1956). **Modern architecture in Brazil**. Amsterdam: Braziler.

Figura 32: EE Nossa Senhora da Penha – planta do pavimento térreo
Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Figura 33: EE Nossa Senhora da Penha – plantas do primeiro e segundo pavimentos
Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Figura 34: EE Nossa Senhora da Penha – jardim interno

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960.** São Paulo: FDE/DOS.

Figura 35: EE Nossa Senhora da Penha – vista externa com a caixa de escada em destaque

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960.** São Paulo: FDE/DOS.

O acordo do Convênio Escolar durou até 1954, ou formalmente até 1959. Após essa data, a construção de escolas, que continuou a cargo do DOP, passou também para a responsabilidade da Comissão Municipal de Construções Escolares e para o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp).

4.3. A Experiência de Brasília

Como dito anteriormente, o esforço para a implantação dos conceitos escolanovistas na construção escolar não ficou restrito apenas à cidade de Salvador, na Bahia. Houve também experiências nesse sentido em outras cidades baianas, assim como nos Estados do Ceará, São Paulo e no futuro Distrito Federal, experiência essa sobre a qual o trabalho se debruçará agora.

Segundo Eva Waisros Pereira e Lúcia Maria da Franca Rocha, no ano de 1957, Anísio Teixeira, na época exercendo o cargo de Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), recebeu a tarefa de elaborar um plano educacional para a futura capital do país, Brasília. Para tal, o educador voltou-se para a proposta da Escola Parque implantada em Salvador e elaborou o chamado “Plano de Construções Escolares de Brasília” que, aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura, foi encaminhado à Comissão Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) para execução¹⁹.

Convém lembrar, antes de esmiuçar o plano de Teixeira com mais detalhes, que a nova capital seria estruturada em uma sequência de grandes quadras, com uma área aproximada de 65 mil metros quadrados cada (dos quais mais de 54 mil metros seriam reservados à arborização) onde seriam edificados os blocos residenciais de maneira variada. Além dos blocos de habitação, cada conjunto de 4 quadras, as chamadas “Unidades de Vizinhança”, também previam a existência de um comércio local, uma igreja, clube, cinema, biblioteca, posto de saúde, delegacia de polícia, correios, entre outros serviços variados. Essa implantação pretendia fazer com que o tráfego de veículos e de pedestres não se cruzassem, com especial atenção a um acesso seguro às escolas primárias, já que o plano urbanístico da capital já tinha definida a localização tanto delas como a de outros espaços públicos. Segundo o plano elaborado por Lúcio Costa, as escolas deveriam ser localizadas no interior das chamadas superquadras, de modo que seu uso pelas crianças fosse facilitado.

¹⁹ PEREIRA, Eva; ROCHA, Lúcia. Escola parque de Brasília: uma experiência de educação integral. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/457EvaWaisros_LuciaRocha.pdf> Acesso em: out. 2012.

Assim, para elaborar seu plano, Teixeira calculou o que seria a população em idade escolar da capital, baseando-se em uma população total de 2.500 a 3.000 habitantes. Com esses dados, o pedagogo concluiu e estabeleceu que para cada superquadra, deveria existir um jardim de infância com 4 salas (com expectativa de atender 160 crianças) e uma Escola Classe com 8 salas (com expectativa de atendimento de 480 alunos em dois turnos, divididos em 16 turmas de 30 alunos cada). Já para cada grupo de 4 quadras, o plano estabeleceu que deveria ser construída uma Escola Parque para 2000 alunos, com um funcionamento nos moldes da existente na cidade de Salvador.

Em Brasília, a Escola Parque foi construída na entrequadra 307/308 Sul do Plano Piloto e seu projeto arquitetônico é de autoria de José Reis, integrante da equipe de Oscar Niemayer. Convém apontar que esse conjunto de quadras (as 307 e 308, mais as 107 e 108) é a única “Unidade de Vizinhança” de Brasília que contém a maioria dos equipamentos previstos no projeto do Plano Piloto. Já a Escola ocupa uma área de 20.544 m², e possui um conjunto com 3 blocos: o principal, onde estariam as salas de aula, o do Auditório e o das Oficinas. O bloco das salas de aula possui 2500 m² e é sustentado por uma estrutura de pilotis, o que define abaixo do prédio um espaço de estar e de circulação entre os blocos. Esse bloco abriga também os banheiros e o refeitório, além da biblioteca e das salas destinadas às aulas de artes plásticas e música no pavimento superior. Já os blocos do Auditório e o das Oficinas (destinado também aos laboratórios e depósitos) são térreos, com 1000 m² e 765 m² respectivamente. Ainda existe no complexo uma área esportiva, com uma piscina semiolímpica, quadras de esporte e um pequeno bloco semienterrado com vestiários, lavanderia e casa de máquinas da piscina²⁰ (figuras 36, 37 e 38)

Entretanto, com o tempo e o uso do complexo, foram surgindo críticas com relação à Escola. São apontadas falhas como a dimensão das marquises que, estreitas, não protegem o suficiente da chuva. Além disso, a cobertura do pátio, recortada e com caimento para o interior, impossibilita o uso do espaço em dias chuvosos. Já o pé-direito baixo torna o ambiente abafado e desconfortável, principalmente nos meses de seca. Funcionalmente, têm-se outros problemas: nas Escolas Classe não foram previstos equipamentos como biblioteca e refeitório (apenas a Escola Parque previa), surgindo assim a necessidade de que salas de aulas fossem ocupadas para esses fins. Nesses equipamentos também não existem quadras esportivas e os pátios são considerados pequenos, o que dificulta a prática

²⁰ PEREIRA, Eva; ROCHA, Lúcia. Escola parque de Brasília: uma experiência de educação integral. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/457EvaWaisros_LuciaRocha.pdf> Acesso em: out. 2012.

esportiva das crianças²¹. Esse problema ocorre principalmente porque o esquema projetado por Anísio Teixeira, com aulas em tempo integral e o uso dos dois equipamentos – Escola Classe e Escola Parque – em períodos alternados não é mais respeitado. Atualmente, os alunos são encaminhados para a Escola Parque apenas uma vez por semana, para exercícios culturais e esportivos em geral²².

Finalmente, o plano original proposto pelo educador baiano previa que essas escolas fossem utilizadas por todos os estudantes da capital, independentemente do nível socioeconômico, sejam filhos de deputados, funcionários públicos ou operários. Entretanto, como se tem conhecimento, os trabalhadores que foram ao Planalto Central construir a

²¹ CORBIOLI, Nanci. Oscar Niemeyer: Superquadras, Brasília. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/oscar-niemeyer-superquadras-brasilia-08-02-2008.html>> Acesso em: out. 2012.

²² RODRIGUES, Clay. Super Quadra Brasília – 107, 108, 307 e 308 Sul. Disponível em: <<http://debaixodobloco.wordpress.com/2010/08/31/super-quadra-brasilia-107-108-307-e-308-sul/>> Acesso em: out. 2012.

capital terminaram colocados à margem do desenvolvimento urbano e passaram a residir nas chamadas cidades satélites. Assim, em Brasília, a Escola Parque acabou voltando-se para o atendimento das elites, sendo um público totalmente diferente daquele atendido em Salvador.

Dessa forma, buscou-se nesse capítulo apresentar um panorama das principais experiências relacionadas à construção de prédios escolares no Brasil desde o início do chamado período moderno brasileiro. A intenção é auxiliar o posicionamento do Plano de Ação na produção arquitetônica do país, produção essa que será discutida nos próximos capítulos do trabalho.

5. AS ESCOLAS DO PLANO DE AÇÃO DO ESTADO

O próximo capítulo da tese tem como foco as escolas construídas pelo Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), primeiramente através da exposição do levantamento e da análise dos projetos e obras a partir da bibliografia coletada, peças gráficas, fotos, visitas ao local e entrevistas aos usuários e funcionários. Convém lembrar que esse trabalho pertence ao escopo da pesquisa realizada pelo Projeto Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil - O Patrimônio Arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963), projeto esse que será comentado em momento oportuno nesse texto.

Porém, antes, é preciso explicitar que o referido capítulo procurará se encaixar no raciocínio construído ao longo de todo o trabalho e já esboçado nessa tese, raciocínio que tenta mostrar que os arquitetos responsáveis pelas obras escolares do PAGE, alimentados pelo ideário do período moderno, depositavam já no próprio edifício um caráter pedagógico, terminando assim por ignorar currículos e pedagogias pré-estabelecidas.

Nesse sentido, se buscará agora fundamentar essa hipótese através da análise de um dos arquitetos mais expressivos dentre os que trabalharam para o Plano de Ação: Vilanova Artigas.

5.1. A contribuição de Artigas

Muito da atividade profissional de Vilanova Artigas foi pautada pela sua atuação política como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No final dos anos 1950, no período do governo Juscelino Kubstchek (JK), rompendo com análises anteriores, o PCB estava

engajado em uma política de aliança de classes (burguesia e proletariado), porque entendia o governo JK com um viés extremamente progressista, apto a realizar a Revolução Nacional ou Burguesa. Isso porque o Partido acreditava que uma aliança com a burguesia industrial, considerada modernizadora, livraria o país da “oligarquia” agro-exportadora ligada ao imperialismo. Assim, a revolução em que o PCB apostava era uma revolução feita por etapas, ligada à noção de, primeiro cumprir uma fase correspondente à revolução burguesa ou nacional, necessária para livrar o país da dominação estrangeira, instituindo uma república democrática clássica para depois, em outra etapa, realizar a revolução socialista. O resumo de tudo é que o Partido apoiava uma revolução, na qual a luta de classes não ocorria, mas sim a luta contra o “inimigo estrangeiro”. Nesse momento, as críticas de Artigas anteriormente realizadas contra o movimento moderno, formuladas com base no ideário do Realismo Socialista, que pouco antes com a morte de Stálin caíra em descrédito, foram substituídas por formulações coerentes com a política do PCB, assim como sua arquitetura e, de resto, o conjunto da arquitetura moderna (Buzzar, 1996, pág. 116-129).

Dessa maneira, seu discurso passou a versar que os arquitetos deveriam contribuir com o desenvolvimento nacional, sendo uma das suas formas, por exemplo, a representação ou o estabelecimento de uma ordem de visibilidade simbólica de um país que se modernizava. Sobre isso, tendo as residências como objeto, Buzzar comenta:

A privacidade das casas projetadas por Artigas não pretende se apresentar como um troféu ao individualismo, pelo contrário, é um elogio ao convívio, da vida coletiva ativa, portanto, um “protótipo” de uma espera pública que deveria atingir no limite a autoridade institucional e sua concretização: o Estado Moderno Nacional, que deveria ser verdadeiramente democrático. É por isso que Artigas afirmava a “casa como a cidade, a cidade como a casa”. O indivíduo que falava no texto “Arquitetura e Construção” não era apenas um ser primitivo, era um indivíduo que necessitava de uma experiência (ideologicamente) coletiva para conquistar a cidade (vista como a sociedade, ou como sua expressão máxima) para a publicidade. A sala-praça e o convívio que impunha era a contra forma “concreta e ideológica” de um Estado e de uma sociedade nos quais não havia espaço para o interesse público. Era, nesse sentido, um lugar para idéias e ideais, mas, sobretudo para a prática e formação da sociabilidade. (BUZZAR, 2001, pág. 36)

Essa postura do arquiteto se reflete também em sua opinião a respeito do desenho que, levando em conta à própria origem da palavra, era considerado por ele o portador da capacidade de operar o designo do homem. Ou seja, através do desenho, permeado por suas intenções, o homem, principalmente o arquiteto, seria capaz de atuar na sociedade.

E se de um lado é risco, traçado, mediação para expressão de um plano a realizar, linguagem de uma técnica construtiva, de outro lado é desígnio, intenção, propósito, projeto humano no sentido de proposta do espírito. Um espírito que cria objetos novos e os introduz na vida real. (ARTIGAS, 1978, pág. 9)

Vale salientar que a noção de desenho como desígnio, como algo que antecipa uma realização efetivada a posteriori, permeia a própria disciplina arquitetônica. No caso das disputas político-culturais da década de 1960, a possibilidade de atuação através da prática profissional, o que em si é algo impreciso, adquiriu o significado de transformar ou modificar a sociedade. Segundo Buzzar:

...a arquitetura de componente de um Plano (de Metas), de sua representação espacial, passava a agregar a função de instrumento de mudança social, meio privilegiado para o exercício da atividade política. Talvez a passagem mais representativa dessa transposição do discurso político tradicional, para a atuação profissional, ou de uma substituição de papéis, tenha sido escrita por Flávio Motta, no texto “O Desenho e Emancipação”, também de 1967. Como o próprio título indica, Motta vinculava o “problema” do desenho interrelacionando com a emancipação política do país. Sua elaboração procurava demonstrar a simbiose entre desenho e designo, o que permitiria desvendar as mais densas propriedades do ato de projetar [...] Essa análise de Motta, ainda que guardando uma ambigüidade no alcance social da relação desígnio-projeto, pode ser considerada o limite da crença nas possibilidades da arquitetura, na qual a identificação do projeto social não deixava de “escorregar” para o meio pelo qual se pode realizar tal projeto. Embaralhando conceitos, o desenho era definido como linguagem de emancipação e permitia que também fosse interpretado como uma alternativa à política. (BUZZAR, 2001, pág. 122-123)

O início da década de 1960, com os governos de Jânio Quadros e de João Goulart, foi extremamente conturbado. As contradições sociais internas do desenvolvimentismo se acentuaram e a noção de interesses opostas entre a burguesia nacional e o imperialismo, mostrou-se mais esquemática, do que real. O golpe de 1964 incitou novas análises políticas, sobre a natureza da economia brasileira, não mais colocando a burguesia industrial como libertadora, mas sim, de certa maneira, vendo-a comprometida com a tradicional oligarquia agrária e, portanto, com o capital internacional. As análises sobre as características do capitalismo no Brasil, inscrito no quadro dos países subdesenvolvidos, e das classes sociais, particularmente da burguesia nacional-industrial, demarcaram diferenças profundas

no interior da esquerda brasileira. As divergências estenderam-se para as atuações políticas e ganharam o campo da cultura, atingindo também a prática profissional e as relações de trabalho. Muitos intelectuais nessa época escolheram aderir à luta armada, mas Artigas, por sua vez, permaneceu acreditando na continuidade de uma política de colaboração com um setor progressista da burguesia (industrial) e na capacidade do desenho, por derivação o projeto, como instrumento de atuação social.

Agora posso terminar resumindo o fim da nossa proposta, quais as opções? A minha é esta: há opções a partir, dentro da proposta brasileira de desenvolvimento, revolucionário, claro. Poderia haver outras opções. De um lado há a proposta da própria burguesia nacional, segundo a qual o que vale é a produtividade, os edifícios devem ser baratos, nós somos um país pobre, e que num país pobre, deve-se economizar. Mas ela não diz que somos pobres porque existe uma metrópole que nos oprime, e que seria melhor arrancar a maior faixa da independência da metrópole do que tirar do próprio povo que considera pobre, e que a pobreza do povo é consequência da riqueza da metrópole, e que aceitar a proposta burguesa de fazer as coisas miseráveis é eximi-la da responsabilidade como classe dominante. (...) não posso colaborar, ninguém pode colaborar, a não ser que traia seu próprio povo. Agora existe, a partir dos outros, opções de como fazer uma revolução mais rápida. A arquitetura não é obra, forma de conhecimento capaz de influir diretamente no processo: fechamos as escolas, vamos fazer guerrilhas. Temos colegas numerosamente classificados que elaboram essa tese e não aceitaram que se entra na Faculdade de Arquitetura é para fazer um curso de arquitetura, mas se aprende a ser guerrilheiro. Como pode ser isso? No fim não sai nem guerrilheiro nem arquiteto. A Revolução que nós vamos fazer prescindirá do conhecimento técnico e de uma visão artística do mundo? Se ela puder prescindir, então vamos fechar todas as escolas. Então, a arte não é mais do que um jogo útil. Essa proposição é razoável, fazemos deliberadamente. Que cada classe dominante, inclusive a que vem depois, pode se dar ao luxo de exercer, nos degraus de responsabilidade ou irresponsabilidade que lhe apetecer. (ARTIGAS, 1997, pág. 334-335)

Ou seja, para Artigas, a arquitetura tinha o compromisso de contribuir para a modernização do país. Nesse sentido, a disciplina ganha uma dimensão dupla: em si ela é formadora e para tanto, ou para melhor cumprir o seu papel, os seus edifícios onde ocorre a transmissão do ensino tornam-se objeto de reflexão dirigida para a questão da formação, parafraseando Schwartzman, de “mentalidade” nacional. Nesse sentido, torna-se de vital importância, para o escopo desse trabalho, conhecer as opiniões de Artigas acerca dos edifícios escolares.

Em 1970 o arquiteto escreveu o texto “Sobre Escolas” a respeito do tema, em virtude da declaração do ano, pela UNESCO, como o Ano Internacional da Educação. Artigas começa

seu ensaio dizendo que a escolha se justifica em razão do índice de analfabetismo crescente nos países subdesenvolvidos, que só seria equacionado com atenção dos governos e, sobretudo, com um massivo consumo de recursos (ARTIGAS, 1985).

O arquiteto se propõe a fazer, então, uma análise dos rumos que a arquitetura brasileira escolheu ao longo da história para seus edifícios escolares, sempre refletindo a cultura, os recursos técnicos à disposição, as estéticas dominantes e, sobretudo, condicionado a um projeto nacional de desenvolvimento.

Assim, Artigas principia sua análise a partir do século XIX, onde a arquitetura escolar brasileira começou a abandonar as estruturas barrocas para se adaptar aos novos métodos de produção da Europa. Além disso, no final do século, o incremento industrial provocou uma aceleração no crescimento dos centros urbanos e um consequente aumento na demanda por equipamentos, como a escola, por exemplo. Já em 1982, a Lei Rodolfo Dantas colocou em pauta a discussão sobre a validade da intervenção do Estado na educação. Paralelamente, uma outra intervenção de cunho federal já ocorria, com a aplicação de leis baseadas em princípios higienistas que buscavam, além da implantação de um novo tipo de cidade, legislar também sobre o comportamento de seus habitantes.

Artigas continua seu texto, então, contando como, com o advento da República em 1889, venceu a ideia de que cada Estado da federação teria sua autonomia para conduzir sua educação. São Paulo, então, como um dos Estados mais desenvolvidos, regulamenta sua primeira lei sobre educação já em 1892, lei essa que versava sobre a organização dos serviços de inspeção nas escolas e sobre a construção dos primeiros prédios escolares. Depois, o arquiteto conta que as escolas republicanas construídas até 1911 possuíam uma simplicidade muito grande espacialmente, com uma simetria rígida e poucos recortes. Além disso, suas fachadas tinham pouca correspondência com suas formas e não haviam outras salas que não as usadas para ensino (não havia salas para administração, por exemplo, uma prova, segundo o arquiteto, do desconhecimento da escola de seu significado social mais abrangente).

Mais tarde, o “desenvolvimento histórico” ocorrido após a Primeira Guerra, aliado a intensas manifestações culturais (como a Semana de 1922), causou alterações profundas não só na arte, mas também na educação, trazidas por figuras importantes do reformismo do ensino no país. Na arquitetura, essas alterações ganharam forma de propostas modernizadoras que primavam pelo nacionalismo e pelo maquinismo corbusiano, formas essas que culminaram na Brasília de 1960. Apesar disso, Artigas diz que as escolas construídas em São Paulo continuaram tendo pouco contato com os princípios da Arquitetura Moderna, o que veio a acontecer só mais tarde, com a implantação do Convênio Escolar, que trouxe

obras de arquitetos como Hélio Duarte e Eduardo Corona. De todo modo, deve-se registrar a pouca atenção que Artigas deu as obras do Convênio.

Finalmente, Artigas chega ao Plano de Ação, do qual tomou parte. O arquiteto conta que o Plano, que procurou promover um crescimento integrado do Estado de São Paulo através da modernização do interior, tinha uma emergência muito grande no que dizia respeito à construção de escolas, devido ao déficit ainda existente. Assim, em virtude dessa situação, foram chamados arquitetos fora do funcionalismo público para o projeto desses edifícios e, segundo Artigas:

[...] foi projetado, em tempo relativamente curto, um conjunto apreciável de escolas, e a sociedade tomou conhecimento da existência dessa reserva técnica que são os quadros da arquitetura paulista (ARTIGAS, 1985, pag. 130)

Interessante notar que Artigas organiza sua cronologia a respeito da construção de escolas no Brasil e no Estado de São Paulo aludindo apenas, como influências aos seus projetos as modificações urbanas, as estéticas arquitetônicas ou o estágio do desenvolvimento nacional. Em nenhum momento o arquiteto chega a citar algum programa pedagógico, nem mesmo o Movimento Escola Nova que influenciou o Convênio Escolar ao qual ele se refere. Assim, de certa forma, isso ajuda a corroborar a hipótese de que os arquitetos participantes do PAGE escolheram ignorar quaisquer currículos e pedagogias pré-estabelecidas em prol de sustentar o caráter pedagógico que o próprio edifício carregava em si.

Sob essa ótica convém analisar então, de forma breve, um dos edifícios mais paradigmáticos de Vilanova Artigas para o Plano de Ação, a EE Conselheiro Crispiniano, de 1960, em parceria com Carlos Cascaldi e localizada em Guarulhos – SP.

Nesse projeto, o arquiteto questiona o próprio programa da escola, com seus blocos de funções distintas (como as salas de aula, a administração e etc) arranjados sem nenhum planejamento, reorganizando-os de forma a integrá-los com uma única cobertura, mas sem tirar a independência de cada um. Essa cobertura de laje plana ganha a forma de uma peça única, o pórtico estrutural (figuras 39, 40 e 41) que, devido à liberação da necessidade de apoios próximos, ganha a possibilidade de uma iluminação zenital, incidindo diretamente no pátio central (figura 42). Esse, aliás, é o elemento fundamental da obra, ponto de integração e ao mesmo tempo de foco do edifício, sendo que ao redor dele os demais elementos foram sendo organizados.

Figura 39: EE Conselheiro Crispiniano - vista

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Figura 40: EE Conselheiro Crispiniano – cortes e elevações

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Figura 41: EE Conselheiro Crispiniano – cortes e elevações

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Figura 42: EE Conselheiro Crispiniano – interior

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Assim, a escola se constitui, embaixo dessa grande cobertura e circundando o pátio, com a forma de um bloco estrutural, de um lado contendo as salas de aula e de outro a administração, biblioteca e cantina (no andar inferior) (figuras 43 e 44). Ainda sobre a obra, Buzzar analisa:

Quanto ao agenciamento espacial, poder-se-ia dizer que há um piso inferior, de área limitada, com poucas funções abrigando cantina, sanitários, depósito e o acesso a outro andar. Mas de fato, o grande bloco possui alguns níveis que conformam espaços funcionais, circulações generosas propícias a encontros e um grande pátio central. Este rege a espacialidade interior permitindo aos usuários uma riqueza múltipla de situações e visibilidades. Apesar de todo aberto a volumetria dos níveis, a plasticidade dos pilares, o detalhe dos longos bancos de concreto, a iluminação zenital que Artigas utilizava pela primeira vez, nesse tipo de edificação, gera um interesse profundo, que corrige o olhar para dentro. A cidade está a vista a todo o momento, mas é a cidade/escola que conquista a atenção de forma plena. Esta mesma espacialidade, ao mesmo

tempo, aberta e interiorizada, conheceria um desenvolvimento no edifício da FAUUSP. (BUZZAR, 1996, pag. 245).

Figura 43: EE Conselheiro Crispiniano – planta pavimento inferior

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Figura 44: EE Conselheiro Crispiniano – implantação

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Entretanto, cabe aqui uma consideração: a arquitetura de Vilanova Artigas, tendo como parâmetro esse edifício em Guarulhos, desdobrou-se em vários outros projetos do próprio e de outros arquitetos da chamada Escola Paulista, arquitetos esses que parecem estabelecer um desconhecimento, ao menos no plano das ideias, entre a pedagogia e o projeto. Entretanto, a existência de algumas obras revela que o PAGE parece ter sido mais plural do que a Escola Paulista²³ e, para esta pluralidade, não está clara a relação dos arquitetos com os conteúdos curriculares e sua dimensão pedagógica. Assim, faz-se necessário investigar mais detalhadamente esses profissionais que parecem não seguir a já citada Escola Paulista.

5.2. O Plano de Ação

A tese analisará mais escolas além dessa, já tão conhecida. Para isso, no entanto, mostrou-se necessário apresentar o próprio PAGE, o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto.

Em 12 de fevereiro de 1959, o Governador Carvalho Pinto, então no início de seu mandato, lançou as bases do Plano de Ação do Governo do Estado, PAGE, através do Decreto n. 34.656, que afirmavam a necessidade de se levar o progresso ao conjunto do Estado com a implantação e construção de serviços e equipamentos sociais. O Decreto no seu artigo 1º afirmava que as “As Secretarias de estado e a Reitoria da Universidade de São Paulo apresentarão ao Governador, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, exposição dos problemas fundamentais relacionados com a execução de obras e serviços que lhe são afetos”²⁴. Também através deste decreto era constituído junto ao Gabinete do Governador o Grupo de Planejamento que deveria apresentar em 90 (noventa) dias, contatos a partir dos 60 (sessenta) dias indicados, um Plano de Ação do Governo do Estado, sendo responsável por sua implantação e gestão. Sobre o Grupo de Planejamento, sua composição inicial foi a seguinte: Plínio Soares de Arruda Sampaio- Coordenador; Diogo Adolfo Nunes Gaspar - Economista, Secretário Executivo; Celeste Angela de Souza Andrade - Diretor Geral do Departamento de Estatística do Estado; Paulo Menezes Mendes da Rocha - Professor Catedrático da Escola Politécnica - USP.; Ruy Aguiar da Silva Leme - Professor Catedrático da Escola Politécnica - USP.; Antônio Delfim Netto - Assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas - USP.; Sebastião Advíncula da

²³ ALVES, A. A. de A. (2003). **Arquitetura e sociedade em São Paulo 1956-1968 projetos de Brasil moderno**. 311p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003 e ALVES, A. A. de A. (2008). **Arquitetura escolar em São Paulo 1959-1962 o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas**. 378p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

²⁴ “Estado de São Paulo, Plano de Ação do Govêrno- 1959-1963- Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico e Social”, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959, s/p.

Cunha _ Do Departamento Econômico do BNDE.; Orestes Gonçalves _ Chefe do Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda.; Ruy Miller Paiva - Engenheiro Agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura.

Passados os prazos, o governador apresentou à Assembleia Legislativa do Estado em 14 de março de 1961 a seguinte mensagem, onde se puderam observar as bases que apoiaram os objetivos traçados para o Plano:

(...) Ao elaborar o Plano de Ação quis fazer dele também o instrumento da elevação das condições de vida das populações interioranas – relegadas até há poucos anos ao abandono – precisamente pelo fato de reconhecer, como já declarei, as disparidades de que se assinala no progresso de São Paulo pelo gigantismo das áreas metropolitanas em confronto com o atraso do campo.(...)

A verdade é que, desprovido, em outros tempos de quase todos os recursos, o interior do Estado se transformou rapidamente graças às obras do Plano de Ação(...)

(...) energia, ferrovia, rodovias, aeroportos, navegação; obras públicas são os empreendimentos relacionados com a instalação dos estabelecimentos de ensino, de hospitais, de instituições penais, de casas de detenção, de unidades sanitárias, de casas de lavoura, de armazéns de abastecimento de água e com os serviços de esgoto. Mas além disso, prevê o Plano de Ação investimentos destinados ao equipamento das unidades construtivas à concessão de subvenções a instituições de assistência social e outros.(...)

O Plano de Ação é assim, (...) um instrumento de humanização sociais do nosso Estado. (PINTO, 1961)

Dessa forma, com a principal justificativa de incentivar o desenvolvimento das “regiões atrasadas” do interior, foram executados, além de serviços básicos de saneamento e de infraestrutura, tais como água e esgoto, energia elétrica, ferrovia, rodovias, pontes, uma série de edifícios públicos para Segurança, Educação e Saúde, em diversos municípios. Para isso, o governador apelou ao recém-eleito Presidente Jânio Quadros, para o qual se dedicou na campanha eleitoral, lembrando-o dos compromissos assumidos com o povo “na atmosfera criada por este espírito eminentemente nacionalista, que encontrou receptividade e guarida” (...), visando atender as regiões “esquecidas pelo governo e pela inépcia e condenadas à condição de pauperismo que não encontra explicação no homem, que é bravo e batalhador, nem na terra que é feraz e prestadia.” (PINTO, 1961)

No mesmo documento apresentado à Assembléia se encontrava um levantamento econômico que apontava que São Paulo, naquele ano de 1960, seguia um ritmo acelerado de agravamento social. Esse fato é demonstrado no documento da seguinte forma:

(...) em 1960, 954 greves contra 314 no ano anterior entre 105 categorias profissionais diferentes mobilizando 3.252.000 homens-hora, enquanto em 1959, somente 59 categorias totalizaram a perda de 2.800.000 homens-hora. (PINTO, 1961)

Um dos aspectos que favoreceu esse agravamento da situação econômica das cidades do interior paulista e o consequente desagrado social citado, segundo o mesmo relatório, era advindo da forma como o expressivo desenvolvimento industrial se implantou, sem sintonia com a produção agrícola, particularmente do café. Esta situação explicava o “empobrecimento” do interior do Estado, ainda muito dependente da cafeicultura, e seu consequente “atraso”. O governo, então, como solução para os problemas da produção agrícola (que sinalizava condições de retomada de desenvolvimento) propõe incentivos fiscais, financiamentos e um plano de implementação da indústria de tratores no país, visando através da mecanização melhorar e absorver as potencialidades que a agricultura oferece ao mercado interno.

Mas para que o Plano fosse levado adiante era necessária a criação de uma estrutura capaz de sustentar sua execução. Assim, o PAGE cria um Grupo de Planejamento, no interior do governo, cuja competência entre outras funções é a de entrosar e coordenar os trabalhos de vários setores administrativos para agilizar rotinas e evitar contradições e também duplicações de serviços. Os técnicos pertencentes ao Grupo de Planejamento atuavam diretamente com o gabinete do Governo e mediavam as relações e demandas das Secretarias. Cabia também a eles um maior entendimento geral da máquina administrativa com o objetivo de se obter dela melhores recursos materiais e humanos. Competia também ao Grupo técnico metodizar os processos de desapropriação de terrenos necessários às obras do Plano, definição de funções, estabelecer fluxograma e prazos além de atentar ao andamento de processos e de trabalhos frente à demanda de vários órgãos e unidades administrativas.

Outra função abalizada para esta equipe era a de reestruturar e reorganizar internamente as Secretarias, além de implementar novos órgãos administrativos, mediante uma análise de necessidades. O Fundo de Construção Escolares (FECE/1960) e o Fundo de Construção da Cidade Universitária foram estruturados neste período, como também o Conselho Superior da Saúde responsável pela orientação sanitária do Estado junto aos gabinetes técnicos da

Educação, Agricultura e Saúde e a Secretaria da Viação. O Grupo também atuou no “Planejamento-Orçamento” coordenando toda dotação orçamentária programada para cada Secretaria.

No Projeto de Lei apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo em 1959 esse planejamento elaborado para a implantação do Plano de Ação foi melhor esmiuçado. Segundo o documento, ele seria marcado por três etapas: a primeira iria se encarregar da elaboração de programas para cumprimento imediato, visando sanar as necessidades mais urgentes da população. Além disso, nessa etapa também seriam feitos investimentos por parte do Governo em indústrias e comércios de materiais de construção e de equipamentos em geral, procurando assim gerar um aumento inicial da renda per capita da população. Já na segunda fase ocorreria a elaboração do Plano de Ação em si, enquanto que na terceira fase do planejamento (essa que abrangeria todo o período do governo) ocorreria a promoção de estudos dos problemas existentes na administração do Estado, a fim de possibilitar o prosseguimento do Plano nos Governos subsequentes. O documento também explicitou as principais finalidades do PAGE, que seriam os investimentos aplicados visando a melhoria das condições do homem e os dedicados a promover o desenvolvimento do Estado, aumentando sua produtividade através de melhorias de infraestrutura (estradas, portos, ferrovias e etc) como também investindo diretamente nos setores industrial e agrícola.

Foi também nesse Projeto de Lei de 1959 que o processo de trabalho utilizado pelo Grupo de Planejamento, já citado nesse trabalho, foi explicitado. Segundo as normas estabelecidas pelo Decreto n. 34.656, coube a todos os órgãos da Administração Estadual uma exposição inicial sobre os problemas na execução de obras e serviços de cada unidade. A cada exposição foram acrescidas sugestões para a solução desses problemas, um cronograma de atividades para um período de quatro anos, a estimativa dos recursos financeiros que seriam necessários e uma breve justificativa da escala de prioridade em que cada solução estaria colocada. E dessa forma, foi em posse dessa documentação que o Grupo de Planejamento iniciou seus trabalhos. Finalmente, é no documento de 1959 que se encontra a primeira estimativa dos recursos que seriam necessários para a aplicação do Plano, da ordem de 100 bilhões de cruzeiros²⁵.

²⁵ Fazer uma transposição desse valor para os dias atuais se mostra problemático devido à desvalorização que as sucessivas moedas brasileiras atravessaram durante os anos. De forma a utilizar um parâmetro para uma aproximação do seu significado, lembramos que o salário mínimo em 1959 era de 6 mil cruzeiros. Em 2011 (ano em que o salário mínimo era de R\$540,00), de acordo com reportagem do portal G1.com de 16 de fevereiro daquele ano, esse valor corresponderia a R\$1732,28. Todavia, convém lembrar que o poder de compra da população brasileira em 1959 era muito maior que nos dias de hoje, o que torna essa comparação imprecisa.

Já na mensagem entregue à Assembleia Legislativa do Estado em 14 de março de 1961, também já citada nesse capítulo, o Governador Carvalho Pinto faz um balanço dos primeiros meses da vigência do seu plano. É feito nessa oportunidade um panorama econômico e social do Estado do período 1959-1960 destacando as greves já comentadas, mas também apontando a expansão da produção industrial, sobretudo a de automóveis. Nesse documento o governador reafirma a importância do método escolhido para a implantação do PAGE, não permitindo que a reorganização administrativa de base tivesse sido implementada antes da aplicação do Plano em si e sim concomitantemente, fazendo as alterações conforme as necessidades iam surgindo. Isso permitiu uma maior agilidade do Plano sem entraves burocráticos, o que resultou na marca de uma obra concluída a cada 24 horas (PINTO, 1961).

Uma das principais reformas do setor administrativo (baseadas tanto na reestruturação de órgãos existentes quanto na criação de novos) citadas pelo Governador foi a criação do Fundo de Construções Escolares, o Fece, mencionado pela primeira vez nesse documento. Coube ao órgão criado em 1960, entre outras funções, a atualização constante do levantamento das necessidades do sistema escolar e a execução dos programas de construção dos edifícios.

A mensagem de 1961 também dá detalhes da política orçamentária do Estado do período 1959-1960. Segundo o documento, uma reestruturação da arrecadação e um aperfeiçoamento do controle orçamentário fizeram com que no ano de 1960 a relação da despesa com a receita se equilibrasse. O governo também apresentou um quadro das despesas de 1960 e nele é possível notar que a Secretaria da Educação é o segundo órgão em gastos daquele ano, ficando atrás apenas da Secretaria da Viação. Por fim, o balanço também mostra os principais investidores do Plano de Ação do período, os Bancos do Estado de São Paulo e a Caixa Econômica Estadual. O primeiro, através de financiamentos e empréstimos investiu no PAGE 4 bilhões e 937 milhões de cruzeiros enquanto que o segundo investiu 450 milhões de cruzeiros principalmente em obras de interesse social. (PINTO, 1961)

Exatamente um ano depois da apresentação da entrega dessa mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, em 14 de março de 1962, o Governador Carvalho Pinto apresentou um novo documento onde revelou o andamento do PAGE quase ao final de seu mandato. Nele, o Governador reafirma o caráter dinâmico do PAGE, que acompanha as mutações econômicas, sociais e políticas do Estado, causando alterações nos planos iniciais. Entretanto, é reafirmada a execução da terceira fase do planejamento inicial, ou seja, a promoção de estudos dos problemas existentes na administração do Estado, a fim de

possibilitar o prosseguimento do Plano nos Governos subsequentes com o início dos estudos, em 1961, para um novo Plano de Ação destinado para a próxima administração.

Também é apontada nessa mensagem a necessidade de grande revisão financeira em relação às expectativas iniciais do plano devido à escalada dos índices de inflação em 1961 causada, segundo o governo, entre outros motivos, pelo aumento do salário mínimo. Em virtude desse fato foram redistribuídos, pela ordem de prioridades da época, os recursos destinados ao PAGE, sendo que os setores de Educação, Cultura e Pesquisa, Justiça e Segurança Pública, Energia, Rodovias, Armazenagem e Rede de Fomento e Experimentação Agropecuária tiveram suas receitas acrescidas em 10 bilhões e 425 milhões de cruzeiros enquanto que os setores de Fundo de Expansão Agropecuária, Fundo de Expansão da Indústria de Base, Fundo de Financiamento de Indústrias de Bens de Produção e Participação na Grande Indústria de Base tiveram suas receitas diminuídas em igual valor. (PINTO, 1962)

Por fim, o documento de 1962 mostra que, a essa altura da aplicação do PAGE, 59,5% dos objetivos gerais do Plano (entre obras novas e reformas) estavam concluídos.

5.2.1. O Plano de Ação e as Demandas de Obras Escolares

Do ponto de vista da construção dos equipamentos escolares, foco desse trabalho, o Plano valeu-se de algumas experiências como a do Convênio Escolar, já citado anteriormente, que segundo Hugo Segawa introduziu “de forma singular uma coleção de 68 edifícios na linguagem “carioca” (com alguns arquitetos formados no Rio de Janeiro): Helio Duarte (coordenador, arquiteto que trabalhou no Rio de Janeiro e Salvador), Eduardo Corona (n. em 1921, ex-projetista de Niemeyer), José Roberto Tibau (n. em 1924), Oswaldo Corrêa Gonçalves (n. em 1917) e o engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange” (SEGAWA, 1998, pags. 173 e 174). Vilanova Artigas, no seu texto Sobre Escolas, como visto, também comenta que “com as obras do Convênio do Estado com a Prefeitura da capital, procura-se uma aproximação formal com a arquitetura que vinha sendo feita principalmente no Rio de Janeiro.” (ARTIGAS, 1985, pag. 127)

Segawa lembra ainda que o IPESP a partir de 1957 até 1975, e o FECE desenvolveram “um conjunto de escolas públicas com a vanguarda da linha paulista, tornando-se uma referência para outras partes do Brasil. Nesse programa, ensaiou-se, no início da década de 1960, o emprego de pré-fabricação e estruturas protendidas de concreto”. (SEGAWA, 1998, pags. 174).

Antes do início da vigência do PAGE, no Projeto de Lei apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo em 1959, o Governador analisou brevemente as condições da educação no Estado. Segundo ele, o crescimento acelerado da população e, conseqüentemente, dos alunos em idade escolar fez com que os governos se concentrassem em medidas paliativas, como a construções de galpões pouco adaptados à atividade escolar e a diminuição da quantidade de horas-aula, aumentando assim os períodos de funcionamento das escolas. Isso fez com que o ensino perdesse em qualidade, além do desperdício de dinheiro pelo Estado. Por isso, então, era vista como uma necessidade urgente, antes da construção de novos edifícios, a realocação desses alunos para prédios melhor equipados. Já no ensino secundário o problema recorrente era um pouco diferente deste: as escolas para essa demanda, até então, foram construídas sem que se fizesse um estudo de suas necessidades anteriormente, ou seja, foram mal distribuídas pelo território e não contavam com recursos humanos, técnicos e materiais suficientes para seu funcionamento adequado. Assim, numericamente, essas escolas tinham condições de atender à demanda requerida pela faixa etária, mas devido a esses problemas não tinham condições de fazê-lo. Baseando-se, então, nessa análise, foi estabelecido inicialmente que as metas do Plano de Ação para a Educação seriam as seguintes:

- Construir 3.000 salas de aulas de ensino primário com capacidade para 240.000 alunos, a fim de realocar os alunos que se encontram estudando em edifícios precários e temporários;
- Construir 4.000 salas de aulas de ensino primário com capacidade para atender 320.000 novos alunos, a fim de sanar o déficit;
- Construir 1.100 salas de aulas de ensino secundário com capacidade para 110.000 alunos;
- Construir 30 novas unidades de ensino profissionalizante, com capacidade para 7.200 alunos;
- Reorganizar a Escola Técnica Getúlio Vargas e angariar recursos, em conjunto com a União, para a construção de 4 outras Escolas;
- Instalar a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira;
- Equipar e realizar obras em edifícios da Universidade de São Paulo que permanecerão fora do novo campus;
- Construir institutos isolados da Rede Estadual de Ensino Superior existente;
- Criar uma Fundação incumbida de administrar recursos financeiros destinados à pesquisa.

O documento de 1959 também informa, através de um quadro comparativo, o montante de recursos destinados para cada meta citada acima em cada ano de vigência do plano (de 1959 a 1962). Como é possível perceber nos números citados acima, o montante destinado à instalação de obras do ensino primário é sempre maior do que para qualquer outra meta proposta, reafirmando a sua prioridade dentro do Plano. Também é possível perceber nesse estudo preliminar a intenção do montante de matrículas a qual o PAGE pretende alcançar, ainda do ensino primário, tanto na capital quanto no interior. Na cidade de São Paulo, o intuito é alcançar 395 mil matrículas, aproximadamente 50 mil a mais do que em 1959. Já no interior do Estado o salto é muito maior, pretendendo o governo alcançar 1 milhão e 279 mil matrículas, quase 350 mil a mais do que do início do Plano.

Meses depois, no relatório entregue à Assembleia Legislativa do Estado em 14 de março de 1961, o Governador Carvalho Pinto faz um balanço do Plano em seu primeiro ano de vigência. No geral, através da análise de gráficos presentes no documento, nota-se que os setores mais avançados com relação à porcentagem de obras concluídas são os de energia elétrica e ferrovias, rodovias e pontes, confirmando a posição primeira do PAGE de concentrar os esforços iniciais nas obras de infraestrutura. Dos setores chamados “Melhorias das Condições do Homem” (onde estavam presentes a Justiça, Saúde, Educação e etc), o que se encontrava mais avançado era o da Justiça, sendo que o de Educação vinha logo a seguir (gráfico 1).

PLANO DE AÇÃO DO GOVÊRNO

REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS SETORIAIS

Nº 2

Gráfico 1: Plano de Ação do Governo – Realização dos objetivos setoriais
 PINTO, Carvalho. (1961) Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

Com relação ao andamento financeiro do Plano, observa-se que o setor onde a despesa havia sido maior foi o de Armazenagem e Ensilagem, com 71% do estimado inicialmente. Já a Educação, até o momento, havia gasto 43%, enquanto que a Saúde havia sido o setor com a menor despesa, apenas 31% dos gastos iniciais considerados (gráfico 2).

No campo da Educação, o Governador revela nessa mensagem o método de trabalho escolhido para o setor nos primeiros meses de vigência do Plano. Segundo ele, foram divididos, dentro da Secretaria da Educação, 10 Grupos de Trabalho, cada um responsável pelo seguinte tema:

- Melhoria da qualidade e redução do custo do livro escolar;
- Edifício escolar;
- Modernização do equipamento e do material escolar;
- Melhoria das condições e adequada seleção do Professor;
- Aperfeiçoamento dos métodos de ensino;
- Reestruturação da secretaria;
- Cooperação entre a escola, a comunidade e as instituições auxiliares da escola;
- Ensino industrial;

- Escola primária no meio rural;
- Assistência médico-dentária.

Cada grupo era o responsável por avaliar os problemas do setor e propor soluções para o mesmo.

Numericamente, os resultados alcançados no período revelaram que, no ensino primário, no ano de 1960 foram concluídos 81 grupos escolares, totalizando 37.000 novas vagas. Já em relação ao ensino secundário, um estudo feito pela Secretaria mostrou que, de 1955 a 1960, foram construídos 144 edifícios escolares, totalizando 112.620 vagas. Apenas no ano de 1960 foram construídos 26 edifícios, o que correspondeu a 51% da previsão inicial para os 4 anos do Plano, porcentagem maior que os 43% das escolas primárias, contrariando as prioridades iniciais do PAGE. Entretanto, no mesmo período, efetivou-se apenas 45.308 matrículas para a faixa de ensino secundário, o que aponta a um subaproveitamento no setor. Assim, a meta para os anos seguintes para o secundário, segundo o relatório, seria a de aparelhar o número já existente de salas, possibilitando seu uso de maneira plena. Essa intenção é confirmada ao se avaliar o programa regulamentado pelo Decreto n. 36.799 de 21 de junho de 1960 de construções escolares do Fundo Estadual de Construções Escolares, o Fece, para o biênio 1961/ 1962. Nele, é possível perceber a prioridade máxima dada ao ensino primário nos próximos anos do Plano.

Já na mensagem entregue à Assembleia Legislativa do Estado em 14 de março de 1962, o relatório aponta algumas importantes alterações no período no que concerne à educação que influenciaram diretamente no PAGE. Uma delas diz respeito à Lei n. 6.052, de 3 de fevereiro de 1961, que deu novas diretrizes ao ensino profissional, criando cursos mais diversificados que passaram a exigir instalações maiores e mais funcionais. Outra ainda causou a revisão do programa de construção da Cidade Universitária, com a criação do Fundo de Construção da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. Houve ainda uma mudança importante dentro da estrutura da Secretaria de Educação, com a divisão do Estado, através do Decreto n. 39.763, de 9 de fevereiro de 1961, em 10 regiões, cujos centros abrigariam as Delegacias Regionais de Educação. Essa descentralização visou, entre outros objetivos, um levantamento mais preciso das necessidades de pessoal do ensino e dos quadros administrativos, além da necessidade de vagas procurando, assim, sanar problemas como o subaproveitamento da rede de ensino secundário que o Estado continua a enfrentar nesse período.

Outra alteração muito importante diz respeito ao Fundo Estadual de Construções Escolares, o Fece. Segundo o documento de 1962, um preceito constitucional fazia obrigatório que empresas industriais, comerciais e agrícolas com mais de 100 funcionários ministrassem o

ensino primário aos seus funcionários e aos filhos destes em idade escolar. Visando isso, foi baixado o Decreto Estadual n. 39.179, de 20 de outubro de 1961, que determinou que essas empresas transferissem essa obrigatoriedade para contribuições recolhidas ao Fecce e destinadas à construção de edifícios escolares. Com isso o governo pretendia aumentar bastante a contribuição financeira do órgão para o ano seguinte, contribuição essa que em 1961 foi de 7.341 milhões de cruzeiros, distribuídos de forma que 6.273 milhões ficassem apenas para a construção e ampliação de prédios escolares e o restante para desapropriação de terrenos na capital, manutenção e compra de equipamentos escolares e demais despesas técnicas e administrativas.

Numericamente, tem-se no relatório que 71% do montante financeiro previsto inicialmente no PAGE para a Educação foi gasto até esse período, sendo que 39,57% das obras previstas estavam concluídas até 1962, 80,36% se encontravam em fase de obras e 86,57% em fase de contrato, lembrando que essas porcentagens são cumulativas. Das obras concluídas, tem-se que 80,3% das salas de aulas previstas para o ensino secundário estavam terminadas, enquanto que apenas 27,5% das previstas para o primário se encontravam na mesma condição.

Por fim o Governador faz uma análise dos números relativos à escolaridade da população do Estado até o momento (1961): no geral do Estado, 81% das crianças de 7 a 11 anos de idade estavam matriculadas na Rede de Ensino, enquanto que na capital esse índice subia para 97%. Já considerando os alunos que concluíam o primário, 50% deles ingressaram imediatamente em algum tipo de ensino secundário ou médio.

Os relatórios apresentados à Assembleia, tanto o de 1961 quanto o de 1962, continham em seu final uma relação completa das obras terminadas e entregues até aquele momento da exposição. No que se concernia às escolas, as obras realizadas segundo o relatório de 1961 foram:

Grupos Escolares/ Ginásios e Colégios	Município	Nº salas	Contrato	Conclusão	Executor
Américo de Campos	Américo de Campos	6	Abr. 58	Maio 60	IPESP
JD Cândida	Araras	6	Set 58	Mar 60	IPESP
Vila Operária	Assis	5	Set 58	Mar 60	IPESP
Vila São José	Bariri	6	Jul 58	Jul 59	IPESP
Barra Bonita	Barra Bonita	4	Abr 58	Fev 59	IPESP
Vila Xavier	Birigui	4	Jun. 58	Fev 59	IPESP
Pinhalzinho	Bragança Paulista	4	Ag 58	Mar 59	IPESP
Vargem	Bragança Paulista	4	Jul 57	Mar 59	IPESP
Sede	Caiabu	4	Jul 57	Mar59	IPESP
Distrito de Ubatinga	Caiabu	4	Jul 58	Dez 59	IPESP

Vila Bela	Catanduva	4	Jul 58	Abr 60	IPESP
Vila Santo Antônio	Catanduva	4	Jul 58	Abr 60	IPESP
Vila Pavani	Catanduva	8	Jul 58	Abr 60	IPESP
Itapevi	Cotia	8	Ago 59	Fev 60	IPESP
Cotia	Cotia	6	Mar 58	Dez 59	IPESP
Vila Dr. João Batista	Cruzeiro	6	Fev 58	Out 59	IPESP
Gastão Vidigal	Gastão Vidigal	4	Abr 58	Ago 59	IPESP
Distrito de Pradópolis	Guariba	4	Mai 58	Mar 59	IPESP
Igaratá	Igaratá	4	Jul 58	Jan 59	IPESP
Bairro da Aviação	Indiana	5	Jun 58	Jul 59	IPESP
Indiaporá	Indiaporá	6	Fev 58	Jan 60	IPESP
Mongaguá	Itanhaém	4	Set 58	Mai 59	IPESP
Itapeceira da Serra	Itapeceira da Serra	8	Jul 58	Abr 59	IPESP
Ana Dias	Itariri	6	Jun 58	Mai 59	IPESP
Ana Bernardi	Itapira	6	Set 58	Set 59	IPESP
Itu	Itu	6	Set 58	Jun 59	IPESP
Córrego Rico	Jaboticabal	4	Jun 58	Nov 59	IPESP
Por. Antônio Pedroso	Jaboticabal	10	Abr 58	Nov 59	IPESP
Vila Nova	Jaú	4	Mai 58	Fev 59	IPESP
Junqueirópolis	Junqueirópolis	8	Mai 58	Fev 59	IPESP
Bairro Olaria	Lorena	5	Ago 58	Jul 59	IPESP
Ibirapuera	Lucélia	8	Jan 58	Jan 59	IPESP
Marabá Paulista	Marabá Paulista	6	Mar 58	Abr 59	IPESP
Ruilândia	Mirassol	4	Ago 57	Jun 59	IPESP
Morro Agudo	Morro Agudo	10	Abr 58	Mar 59	IPESP
Nhandeara	Nhandeara	10	Abr 58	Ago 59	IPESP
Nipoã	Nipoã	6			IPESP
Ouro Verde	Ouro Verde	5	Jul 58	Jan 59	IPESP
2º GE de Palmital	Palmital	6	Fev 58	Mar 59	IPESP
Perdeneiras	Perdeneiras	6	Jul 57	Nov 59	IPESP
2º GE de Perdeneiras, Vila Paulista	Perdeneiras	6	Set 58	Nov 59	IPESP
Alzira Franco	Pindamonhangaba	5	Jul 58	Mai 59	IPESP
Pindorama	Pindorama	4	Ago 57	Nov 59	IPESP
Pongaí	Pongaí	6	Set 58	Mai 59	IPESP
2º GE Pres. Epitácio	Presidente Epitácio	8	Mar 58	Fev 59	IPESP
Presidente Prudente	Presidente Prudente	6	Ago 58	Ago 59	IPESP
Carapinga	Registro	4	Jun 58	Dez 59	IPESP
Colônia	Registro	4	Jun 57	Dez 59	IPESP
Ipauna	Rio Claro	4	Ago 58	Out 59	IPESP
Salto	Salto	10	Ago 58	Mai 60	IPESP
2º GE de Suzano	Suzano	6	Set 58	Ago 50	IPESP
Ibiporanga	Tanabi	6	Ago 58	Jul 59	IPESP
D. Garcia Martins	Alto Alegre	6	Out 59	Jun 60	IPESP
Álvaro Carvalho	Álvaro Carvalho	6	Jul 59	Abr 60	IPESP
Engenheiro	Arthur Nogueira	6	Out 59	Jun 60	IPESP

Coelho					
Vila Palhares	Assis	6	Jul 59	Mar 60	IPESP
Do Tanque	Atibaia	6	Out 59	Out 60	IPESP
De Barueri	Barueri	12	Out 59	Jun 60	IPESP
Esperança do Oeste	Caiabu	4	Jul 59	Abr 60	IPESP
E. Campos ou Fazenda Paraíso	Charqueada	8	Out 59	Maio 60	IPESP
Tujuguaba	Conchal	6	Out 59	Maio 60	IPESP
Divinolândia	Divinolândia	6	Jul 59	Maio 60	IPESP
Iracemápolis	Iracemápolis	8	Out 59	Abr 60	IPESP
Cubatão	Itapira	6	Out 59	Jul 60	IPESP
Ataliba Nogueira	Itapira	6	Out 59	Jun 60	IPESP
Marambará	Itapevi	6	Jul 59	Mar 60	IPESP
Distrito de Guedes	Jaguariúna	6	Nov 59	Set 60	IPESP
Fazenda Ribeirão	Jaguariúna	6	Out 59	Jun 60	IPESP
Tangará	Lins	6	Julh 59	Mar 60	IPESP
Cruzália	Maracá	6	Julh 59	Julh 60	IPESP
3º GE de Mirassol da Estiva	Mirassol	6	Out 59	Ago 60	IPESP
	Mogi Guaçu	6	Dez 59	Ago 60	IPESP
C. M. Francisco	Mogi Mirim	6	Out 59	Jul 60	IPESP
Nova Mogi	Mogi Mirim	4	Jul 59	Maio 60	IPESP
De pedregulho	Pedregulho	6	Nov 59	Ago 60	IPESP
Distrito de Borá	Patrocínio Paulista	4	Jul 59	Maio 60	IPESP
Pirajuí	Pirajuí	6	Nov 59	Jun 60	IPESP
Planalto	Planalto	4	Jul 59	Jul 60	IPESP
2º GE de Reginópolis	Reginópolis	5	Out 59	Maio 60	IPESP
Taquaraçu	Registro	4	Julh 59	Jun 60	IPESP
Santópolis de Aguapeí	Santóp. de Aguapeí	4	Jul 59	Jun 60	IPESP
Campinal	Presidente Epitácio	4	Jan 59	Jun 60	IPESP
Apicê	Rancharia	4	Jan 59	Abr 60	IPESP
2º GE de Tanabi	Tanabi	8	Out 59	Out 60	IPESP
Paulistânia	Agudos	4	Mar 58	Out 59	IPESP
Luiz Gama	Araçatuba	10	Jul 57	Out 59	IPESP
Geni Leite	Birigui	10	Ago 57	Out 59	IPESP
Buritama	Buritama	2	Maio 58	Out 59	IPESP
Cajobi	Cajobi	4	Jul 58	1959	IPESP
De Cardoso	Cardoso	6	Mar 58	1959	IPESP
Francisco E. de Lima	Casa Branca	8	Abr 57	1959	DOP
Júlio Conceição	Cubatão	10	Mar 58	1959	DOP
Euclides da Cunha	Divinolândia	8	Fev 58	1959	DOP
1º GE de Dracena	Dracena	11	Out 57	1959	DOP
2º GE de Estrela D'Oeste	Estrela D'Oeste	8	Dez 58	1959	DOP
Brasilândia	Fernandópolis	8	Mar 58	1959	DOP
2º GE de Flórida Paulista	Flórida Paulista	12	Nov 57	1959	DOP
Boa Vista	Franca	12	Abr 57	1959	DOP
Miramontes	Franca	4	Mar 58	1959	DOP

Ibituva	Ibituva	4	Mar 58	1959	DOP
Barão de Antonina	Itaporanga	4	Mar 58	1959	DOP
Itaquaquetuba	Itaquaquetuba	6	Jul 58	1959	DOP
Jandira	Jandira	4	Dez 57	1959	DOP
Junqueirópolis	Junqueirópolis	10	Dez 57	1959	DOP
Lucianópolis	Lucianópolis	4	Fev 58	1959	DOP
Porfírio Pimentel	Macaubal	10	Dez 57	1959	DOP
Mariópolis	Mariópolis	7	Jan 58	1959	DOP
1ª Aliança	Mirandópolis	5	Maio 58	1959	DOP
2º GE de Mirassol	Mirassol	6	1958	1959	DOP
Aristóteles	Mogi das Cruzes	4	Mar 58	1959	DOP
Monte Verde	Monte Verde	4	Jan 57	1959	DOP
Parapuã	Parapuã	10	Maio 58	1959	DOP
Prof. Carlos Sodero	Piracicaba	6	Nov 57	1959	DOP
João B. Nogueira	Piracicaba	8	Nov 57	1959	DOP
Poloni	Poloni	4	Jan 57	1959	DOP
5º GE de Rio Claro	Rio Claro	12	Dez 56	1959	DOP
Rifaina	Rifaina	4	Set 57	1959	DOP
José Alvim	Atibaia	13	Mar 58	Dez 59	DOP
Sabino	Sabino	6	Set 57	1959	DOP
Riolândia	Riolândia	6	Abr 57	1959	DOP
Santa Mercedes	Santa Mercedes	6	Jul 58	1959	DOP
Vila Parque das Nações	Santo André	10	Abr 48	1959	DOP
Vila Marlene	São Caetano	12	Ago 12	Ago 58	DOP
São João Batista	São João Batista	10	Dez 58	1959	DOP
Luiz Antônio	São Simão	5	Out 57	1959	DOP
Olímpio Catão	S. J. dos campos	13	DEz 56	1959	DOP
José Arruda	Sorocaba	4	Abr 58	1959	DOP
Novais	Tabapuã	6	Mar 58	1959	DOP
Cap. Joel Miranda	Taquaritinga	4	Fev 58	1959	DOP
1º GE de Três Fronteiras	Três Fronteiras	6	Jun 58	1959	DOP
Iacri	Tupã	4	Jul 58	1959	DOP
2º GE de Votuporanga	Votuporanga	10	Jun 57	1959	DOP
Bairro do Saboó	Santos	6	Set 57	1959	DOP
Álvaro Guião	Andradina	20	Fev 60	Out 60	DOP
Vila Santa Lúcia	Baurú	11	Maio 59	Jul 59	DOP
s/ nome	Buritama	8	Nov 59	Jun 60	DOP
Clementina	Clementina	8	Ago 57	Fev 60	DOP
Flora Rica	Flora Rica	6	Jul 58	Jun 60	DOP
Jales	Jales	10	Mar 58	Jul 60	DOP
Miracatu	Miracatu	6	Abr 58	Jan 60	DOP
Pereira Barreto	Pereira Barreto	12	Dez 57	Mar 60	DOP
Alfredo Westin Júnior	Presidente Bernardes	12	Jan 58	Fev 60	DOP
Santa Gertudres	Santa Gertudres	6	Fev 60	Ago 60	DOP
Benedito M. dos Santos	Taubaté	6	Jan 60	Nov 60	DOP
CAPITAL					
Educandário	Carapicuíba	8	Abr 59	1959	DOP

Santa Terezinha					
Prof. André Dreyfuss	Vila Zelina	8	Abr 59	1959	DOP
Carapicuíba	Carapicuíba	13	Dez 54	Out 60	DOP
Bairro do rio Pequeno	Ibirapuera	8	Jan 60	Nov 60	DOP
A.C. Guimarães Filho	Pirituba (B. Piauí)	8	Fev 60	Dez 60	DOP
Joaquim L. do Prado	Imirim	8	Jan 60	Nov 60	DOP
Chácara Santo Antonio	Santo Amaro	8	Fev 60	Nov 60	DOP
Amélia Araújo	J. Aricanduva	15	Fev 60	Dez 60	DOP
Caetano Mielli	Penha	15	Jan 60	Dez 60	DOP
Magda	Magda	6	Jan 60	Dez 60	DOP
Francisco Borges Viera	Vila Alpina	6	Jan 60	Dez 60	DOP

Tabela 1: Obras escolares entregues pelo PAGE até 1961

PINTO, Carvalho. (1961) Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

Já as obras realizadas segundo o relatório de 1962 foram:

Grupos Escolares/ Ginásios e Colégios	Município/ Bairro (capital)	Nº salas	Contrato	Conclusão	Executor
GE Raul Fonseca	Saúde	10	Abr. 60	Jan 61	DOP
GE Castro Alves	Santana	12	Fev 60	Fev 61	DOP
GE Galileu Menon	Arthur Alvim	6	Jan 60	Fev 61	DOP
GE Matias Aires	Freguesia do Ó	12	Abr 60	Fev 61	DOP
GE Diva Maria Biagione	Santo Amaro	10	Abr 60	Mar 61	DOP
GE Imperatriz Leopoldina	Vila Maria	15	Fev 60	Mar 61	DOP
GE Nossa Senhora do Retiro	Pirituba	10	Abr 60	Mar 61	DOP
GE Benedito Estevão dos Santos	Tatuapé	18	Abr 60	Abr 61	DOP
GE Caramuru	Tatuapé	15	Abr 60	Abr 62	DOP
GE Raul Cardoso de Almeida	Ipiranga	10	Fev 60	Abr 61	DOP
GE Renato Braga	Santo Amaro	12	Abr 60	Abr 61	DOP
GE Sebastiana da Silva Minhoto	Vila Manchester	10	Fev 60	Abr 61	DOP
GE Tito Prates da Fonseca	Santana	18	Fev 60	Abr 61	DOP
GE de Vila Pirituba	Pirituba	15	Jan 60	Abr 61	DOP
GE Adelaide Ferraz de Oliveira	Vila Guilhermina	12	Abr 60	Maio 61	DOP
GE Bairro do Sapopemba	Sapopemba	10	Maio 60	Maio 61	DOP

GE de Campo Belo	Campo Belo	6	Maio 60	Maio 61	DOP
GE Vitor Miguel Romano	Sapopemba	12	Abr 60	Maio 61	DOP
GE 1º de Arthur Alvim	Alvim	18	Abr 60	Jun 61	DOP
GE Bairro do Guaiuna	Penha	6	Jan 60	Jun 61	DOP
GE Luiz Antonio Fragoso	Vila Matilde	10	Maio 60	Jun 61	DOP
GE Vila Nitro-Operária	Vila Nitro-Operária	10	Jan 60	Jun 61	DOP
GE Domingos Quirino Ferreira	Vila Guarani	18	Abr 60	Jul 61	DOP
GE Geraldino Lopes Chagas	Freguezia do Ó	20	Fev 60	Jul 61	DOP
GE Angelo M. Almeida	Jabaquara	16	Fev 60	Ago 61	DOP
GE Pe. José Carvalho	São Miguel	15	Fev 60	Ago 61	DOP
GE de Vila Curuçá	Vila Curuçá	10	Fev 60	Set 61	DOP
GE Joaquim Luiz de Brito	Freguezia do Ó	15	Fev 60	Out 61	DOP
GE do Parque São Lucas	Parque São Lucas	20	Jun 60	Out 61	DOP
GE da Usina Piratininga	Santo Amaro	10	Fev 59	Out 61	DOP
GE de Vila Gustavo	Tucuruvi	15	Set 60	Dez 61	DOP
GE 1º de Adamantina	Adamantina	20	Abr 60	Jun 61	DOP
GE de Domélia	Agudos	4	Set 60	Abr 61	DOP
GE Alfredo Marcondes	Alfredo Marcondes	6	Jan 59	Dez 59	IPESP
GE de Auriflama	Auriflama	10	Mar 60	Fev 61	IPESP
GE de Balbinos	Balbinos	4	Jun 58	Abr 60	IPESP
GE Modesto Masson	Bariri	4	Jan 60	Abr 61	DOP
GE Distrito Botafogo	Bebedouro	6	Set 60	Out 61	IPESP
GE Distrito Gabriel Monteiro	Bilac	6	Jan 58	Fev 59	IPESP
GE Martinho Nogueira	Botucatu	10	Jul 60	Set 61	IPESP
GE Paulo Virgínio	Cachoeira Paulista	8	Abr 60	Fev 61	DOP
GE Cássia dos Coqueiros	Cajuru	4	Jul 59	Jul 60	IPESP
GE Fartura	Fartura	6	Jul 59	Fev 60	IPESP
GE I. do Iguapecé	Flórida Paulista	6	Jul 60	Jul 61	IPESP
GE Distrito de Atlântida	Flórida Paulista	6	Jul 60	Dez 61	IPESP
GE de Restinga	Franca	6	Fev 61	Dez 61	IPESP
GE de Jafa	Garça	4	Set 60	Ago 61	DOP

GE General Salgado	General Salgado	6	Mar 60	Dez 60	IPESP
GE Tarama	Guaíçara	4	Jul 59	Fev 60	IPESP
GE José Felix	Guaratinguetá	6	Abr 60	Abr 61	DOP
GE 2º de Indaiatuba	Indaiatuba	6	Mar 60	Jul 61	IPESP
GE de Irapuã	Irapuã	6	Set 60	Jun 61	DOP
GE de Cajati	Jacupiranga	6	Set 60	Nov 61	IPESP
GE Bairro União	Lucélia	6	Out 59	Ago 61	IPESP
GE Mairiporã	Mairiporã	8	Jan 58	Abr 59	IPESP
GE 3º B. São Miguel	Marília	10	Mar 60	Fev 61	IPESP
GE da Sede	Mirante Paranapanema	12	Jul 60	Dez 61	IPESP
GE Nova	Mogi Guaçu	6	Dez 59	Jul 60	IPESP
GE Capela do Rosário	Mogi Guaçu	6	Jul 60	Dez 60	IPESP
GE Bairro de Santa Cruz	Mogi Mirim	6	Jul 60	Jan 61	IPESP
GE 3º de Oswaldo Cruz	Oswaldo Cruz	10	Jul 60	Dez 61	IPESP
GE Populina	Populina	5	Jul 59	Fev 60	IPESP
GE da Sede	Presidente Epitácio	6	Jan 59	Maio 60	IPESP
GE de Icatuaçu	Ribeirão Pires	6	Jul 60	Fev 61	IPESP
GE Bairro do Estádio	Rio Claro	6	Jul 60	Jan 61	IPESP
GE Tenório Brito	Santa Cruz do Rio Pardo	4	Jul 59	Fev 60	IPESP
GE Guilhermino Andrade	Santa Isabel	12	Jul 60	Fev 61	IPESP
GE de Vila Ortega	Santo Anastácio	10	Ago 60	Out 61	IPESP
GE Prof. O. A. Pires	São José do Rio Preto	12	Jul 60	Out 61	IPESP
GE Cel. Joel Rosa	Tapiraí	4	Jun 60	Mar 61	DOP
GE 4º de Tupã	Tupã	8	Ago 60	Set 61	IPESP
GE 2º de Valparaíso	Valparaíso	6	Maio60	Jul 61	DOP
Ginásio de Bastos	Bastos	8	Ago 58	Jan 61	IPESP
Ginásio de Vila dos Lavradores	Botucatu	10	Jul 60	Out 61	IPESP
Ginásio de Eldorado Paulista	Eldorado Paulista	6	Nov 59	Mar 61	IPESP
Ginásio de Flórida Paulista	Flórida Paulista	8	Mar 59	Abr 61	IPESP
CEEN de Lins	Lins	24	Abr 60	Ago 61	DOP
CEEN de Lucélia	Lucélia	8	Jul 59	Jun 60	IPESP
CEEN de Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	9	Out 58	Fev 61	DOP
CEEN de Monte Aprazível	Monte Aprazível	6	Jan 59	Mar 61	IPESP
Ginásio de Pilar do Sul	Pilar do Sul	5	Jan 59	Jun 61	IPESP

Ginásio de Pitangueiras	Pitangueiras	10	Jul 60	Ago 61	IPESP
Ginásio de Rinópolis	Rinópolis	5	Set 60	Ago 61	DOP
CEEN de Salto	Salto	3	Mar 58	Fev 61	DOP
Ginásio de Santa Branca	Santa Branca	5	Nov 59	Jul 60	IPESP
Instituto Educacional Leônidas Vieira	Santa Cruz do Rio Pardo	10	1958	Abr 61	DOP
Ginásio de Terra Roxa	Terra Roxa	8	Set 58	Fev 61	IPESP

Tabela 2: Obras escolares entregues pelo PAGE em 1962

PINTO, Carvalho. (1962) Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1962. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

O PAGE simboliza (assim como o Convênio Escolar, já descrito anteriormente) a ação do Estado que toma para si a função de organizar a sociedade como um todo, garantindo serviços como a educação como um direito universal. Esse tipo de visão pedagógica e social se alinha, como já observado nesse trabalho, com a dos educadores inseridos no Movimento Escola Nova, cujas ideias foram organizadas no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932. Coincidentemente, uma nova versão desse texto, chamado de “Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados” foi publicado no ano de início da aplicação do Plano de Ação, 1959, assinado por 161 intelectuais, entre eles Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

O texto é iniciado por uma crítica à situação de momento da educação brasileira. Entre outros, o manifesto aponta a grande quantidade de turnos diários no ensino primário, a má condição dos edifícios escolares, o despreparo, seja cultural e pedagógico, dos professores, os baixos salários dos mesmos e a proliferação desordenada de escolas de nível superior. No entanto, o assunto principal tratado no escrito é a ofensiva que vinha sendo feita, por parte de uma parcela da sociedade (a direita, conforme o manifesto), contra a escola pública em favor da chamada escola livre, ou ensino confessional. Esse ensino seria ministrado por instituições particulares, não seria fiscalizado pelo Estado mas seria subvencionado por esse. Os intelectuais que assinam o texto criticam veementemente essa modalidade, defendendo um ensino livre de interesses, acima de partidos e, sobretudo, desvinculados de qualquer religião. Para eles, a democratização da sociedade só ocorreria através do aperfeiçoamento constante do ensino público, sem distinção de classes, raças ou crenças. Percebe-se, dessa forma, um alinhamento entre as posições dos principais educadores brasileiros com a aplicação do Plano de Ação pelo governo paulista.

5.2.2. *As reações ao Plano de Ação*

No decorrer da pesquisa, mostrou-se de grande importância o conhecimento sobre o recebimento que o Plano de Ação teve na época de sua implantação. As críticas, os elogios e demais comentários no período de seu funcionamento se revelaram fundamentais para o entendimento do PAGE (ou PAG para os jornais da época) longe da luz que as sucessivas camadas de análises ao longo dos anos pudessem ter acrescentado ao assunto. Para atingir esse objetivo foram analisados dois dos principais jornais da época, em circulação durante os anos de 1959 a 1962: o jornal O Globo, do Rio de Janeiro e a Folha de São Paulo, de São Paulo, que no ano de 1959 ainda era dividida entre os jornais Folha da Manhã e Folha da Noite (a união dos dois se deu em 1º de janeiro de 1960). A análise desses dois veículos de comunicação se mostrou importante para verificar as diferenças na aceitação do Plano entre um jornal local (e, portanto, mais próximo e com um conhecimento maior dos desdobramentos do mesmo) e um jornal mais próximo do poder federal.

A pesquisa se deu através da plataforma online do banco de dados de ambos os jornais, através de palavras-chaves como “plano de ação” e “plano de ação do governo”, além de “Carvalho Pinto”, o que mostrou ser uma pesquisa com resultados muito amplos. A partir daí os resultados foram filtrados por ordem de importância para o trabalho e revelados no texto a seguir.

O Plano de Ação do Governo de São Paulo foi lançado oficialmente no dia 9 de julho de 1959 (no feriado da Revolução Constitucionalista de 1932) em uma reunião do Governador Carvalho Pinto com a imprensa, membros do secretariado, altos funcionários do Governo e líderes de diversas bancadas na Assembleia Legislativa no Palácio dos Campos Elíseos. Essa reunião foi amplamente divulgada pelo jornal Folha da Manhã, inclusive antes, no dia 08 de julho de 1959. No dia 7 de julho, o jornal publicou uma nota informando que o Governador havia iniciado um movimento de opinião pública em favor do Plano, através de um comício na sede da Associação Comercial do Ipiranga, pois havia o temor entre seus correligionários na época de que o mesmo não fosse aprovado na Assembleia Legislativa. O motivo, segundo o jornal, era que, com a apresentação de um Plano fechado de governo, teriam fim as “manobras eleitoreiras” de alguns deputados em suas regiões de origem. Já no dia 10 de julho, seguinte à apresentação do Plano, a Folha fez uma ampla cobertura do evento, descrevendo as falas de Carvalho Pinto e demais discursos. O jornal mostra que o Governador descreveu de forma detalhada várias partes do PAGE, frisando que se tratava de um plano técnico, feito após o estudo da realidade do dia-a-dia do Estado. O Governador frisou na ocasião também a necessidade de um trabalho em conjunto entre o Executivo e o Legislativo para o sucesso do Plano. No mesmo dia, em uma grande reportagem, o jornal

descreve as minúcias do Plano, com o título “O Plano de Ação do Estado disciplina os investimentos de quatro exercícios”. Essa descrição se mostra bastante parecida com a apresentada no início do capítulo 4 desse trabalho, o que leva a acreditar que a Folha da Manhã teve acesso ao mesmo documento descrito então.

Os próximos dias foram dedicados a reportagens que descreviam as reações de diversos setores ao Plano. No dia 11 de julho, a Folha conta que a acolhida inicial das classes produtoras (indústria, comércio e lavoura) ao PAGE foi favorável, principalmente pelo aspecto formal com o qual se deu sua formulação. No entanto, foi ressaltado que uma opinião mais categórica só seria omitida pelos três setores após uma análise mais aprofundada do documento de apresentação, intenção essa que foi reafirmada em nota publicada no dia 19 de julho pelo presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Davi Portes Monteiro. Já no dia 12 de julho, quem se manifestou positivamente ao plano foi a UDN (União Democrática Nacional) que, segundo o jornal, aplaudiu o mesmo após uma reunião ordinária no dia 10. Em 14 de julho foi a vez do jornal noticiar o apoio e entusiasmo da Arquidiocese de São Paulo ao PAGE, através da visita de Dom Carmelo Mota ao Governador. No mesmo dia, Carvalho Pinto também recebeu a visita de vários dirigentes sindicais, que prometeram mobilizar suas categorias para a aprovação do Plano. A SRD (Sociedade Rural Brasileira), por sua vez, também manifestou seu apoio ao Governo através de notas publicadas na Folha da Manhã em 22 e 25 de julho de 1959. No dia 28 de agosto foi a vez da chamada Sociedade Amigos da Cidade manifestar seu apoio ao Plano de Ação através de nota, entidade essa criada com o objetivo de lutar pela criação de um Plano Diretor para o município de São Paulo. Mas foi no dia 02 de agosto que o jornal publicou a nota de apoio de maior destaque para a época, a do Presidente Juscelino Kubitschek que, em carta enviada ao Governador Carvalho Pinto conclamava o Plano como sóbrio, amplo e seguro na solução dos problemas do Estado.

No entanto, nem todas as manifestações com relação ao PAGE publicadas no jornal Folha da Manhã foram de apoio. Em 27 de agosto de 1959 é publicada uma nota sobre o início dos trabalhos de discussão do Plano de Ação na Assembleia Legislativa do Estado sob o título “Opina a oposição sobre o Plano de Ação do Governo”. Nela, o deputado Ciro Albuquerque, líder do PSP, afirma que seu partido pretende avaliar o Plano como inconstitucional, através da análise de juristas filiados ao próprio partido. O deputado afirma também para a reportagem que considera que os créditos anuais para as despesas do PAGE devam ser parcelados, a fim de que o Legislativo não se torne um órgão inoperante. Por último, opina que o Plano deveria apresentar um estudo mais realista e objetivo para atender de imediato as necessidades mais básicas da população.

Voltando ao dia 12 de julho, o mesmo também foi destinado a avaliações importantes em relação ao plano destinado à educação no PAGE – tema principal desse trabalho – na Folha da Manhã. O economista Dorival Teixeira Vieira, em sua coluna, parabeniza o Plano por ser fruto de um planejamento complexo e não resultado, apenas, de medidas desconexas. Aprova também a quantidade de recursos dispensada a esse tema pelo PAGE, além da sinalização da criação do Fece (Fundo Estadual de Construções Escolares). No entanto, alerta a necessidade do Governo de acompanhar a inflação em suas estimativas de aplicação de recursos, a fim de que o Plano não se torne inviável. Por último, lembra que, além do material, também é importante para o seu sucesso que o PAGE se concentre no elemento humano da educação, ou seja, na formação de professores e demais funcionários do setor. Já a coluna Ensino e Magistério do mesmo dia se dedica a uma descrição minuciosa do Plano de Ação no tocante à educação, conforme já feito anteriormente nesse trabalho. O texto do jornal também destaca a prioridade dada pelo Governador ao primário, que se mostrou primordial em virtude dos altos níveis de reprovação alcançados por essa faixa de ensino no ano anterior, 1958: 31,7% dos matriculados o que causou, segundo a coluna, um prejuízo aos cofres públicos de 1,2 bilhões de cruzeiros. Em outra reportagem, do dia 16 de julho de 1959, o jornal revela a empolgação e apoio dos prefeitos do interior do Estado ao Plano de Ação, não só no tocante à educação como também na totalidade das propostas, através da fala do prefeito de Lucélia, José Firpo, que discursou em nome dos governantes presentes na ocasião da cerimônia de assinatura de contratos de financiamento, pelo IPESP, de 18 novos prédios escolares pelo interior de São Paulo.

No entanto, a análise mais crítica e completa do Plano de Ação publicada pelas Folhas (como era chamado o conjunto de jornais Folha da Manhã e Folha da Noite na época) foi feita pelos seus editores em uma série especial que durou aproximadamente um mês. Do dia 18 de julho ao dia 16 de agosto de 1959 o jornal Folha da Manhã publicou diariamente (excetuando os dias em que não circulou) o conjunto de 26 análises intitulado “O Plano de Ação do Governo Paulista”. Segundo o jornal, em nota publicada no dia 17 de julho, o objetivo da análise era “contribuir para a correção de eventuais falhas desse trabalho, bem como favorecer uma colocação dos problemas administrativos de nossa terra em termos sérios e objetivos.” Dessa forma, os títulos das colunas são os seguintes:

- 18/07 – Conceituação e delimitação dos objetivos
- 19/07 – Método de financiamento, origem e montante dos recursos previstos
- 21/07 – Esforço de vulto para melhorar as condições do ensino, embora insuficiente e mesmo simplista em certos pontos (figura 45)
- 22/07 – Recursos insuficientes para a obra de difusão cultural que se reclama

- 23/07 – Imprescindível o estímulo às vocações científicas para aproveitar os recursos reservados à pesquisa
- 24/07 – Insatisfatório o plano governamental na parte relativa à justiça e à segurança
- 25/07 – Embora suficiente em si mesmo, não basta simples aparelhamento material da polícia
- 26/07 – Mal colocados os problemas dos menores infratores e abandonados
- 28/07 – Medidas positivas de assistências aos enfermos ao lado de falhas na prevenção de graves males
- 29/07 – A simples programação de obras não possibilita uma solução satisfatória dos problemas de água e esgoto
- 30/07 – Apesar de ter a envergadura necessária, o planejamento no setor de energia peca pela omissão de Caraguatatuba
- 31/07 – Deve-se esperar grande melhoria na capacidade de transporte ferroviário
- 01/08 – No setor rodoviário o governo modifica a orientação anterior e socorre o DER
- 02/08 – As obras de Viracopos polarizam as atenções do programa aeroportuário
- 04/08 – As mudanças gerais de infraestrutura e das condições do homem e a importância relativa de sua influência nos meios rurais
- 05/08 – Embora se constitua em fator de estímulo à cultura dos cereais, a rede de silos não cobrirá algumas zonas produtoras do Estado
- 06/08 – De feitio conservador as medidas projetadas para a rede de experimentação e fomento agropecuários
- 07/08 – Medidas insuficientes no setor florestal, mas expressivas como abertura de nova era
- 08/08 – Fundo agropecuário: iniciativa pioneira, cujo êxito dependem de fatores que ampliem e aprofundem sua ação
- 09/08 – Colocação de um problema e observações finais sobre o funcionamento do fundo agropecuário
- 11/08 – Pode-se prever marcada influência dos investimentos de infraestrutura na expansão industrial paulista
- 12/08 – Iniciativa merecedora do melhor aplauso, o fundo de expansão da indústria de base exige, entretanto, urgente planejamento

- 13/08 – Modesto em seus recursos e limitado no funcionamento, ainda assim o Fundo da Indústria de Bens de Produção constitui louvável esforço
- 14/08 – Torna-se efetiva a participação do Estado na expansão do parque industrial paulista
- 15/08 – Impõe-se urgente complementação: plano de reforma administrativa
- 16/08 – As implicações políticas do planejamento e a atitude que se deseja da Assembléia

Aprenda a reger a mesa em poucos dias
Saúde e Vida Longa pela Boa Alimentação
edição especial

FOLHA DA MANHÃ

ANO XXXV

Economia e Política

São Paulo - Terça-feira, 21 de julho de 1959

N.º 10.810

Como impedir que a gestora produza
ataques cardíacos?
SAÚDE E VIDA LONGA PELA BOA ALIMENTAÇÃO
edição especial

TRANSFERIDAS AS AUDIÊNCIAS A DEPUTADOS

O governo resolveu transferir as audiências dos deputados para o dia 22 de julho, em virtude da realização da sessão da Câmara dos Deputados.

Instituto Acha
Instituto de Estudos e Pesquisas
Rua: São Paulo, 100 - 1.º andar
Tel.: 333.333 - 333.333

**DIA DO
PAPAI**
Mônica e o Papai
Mônica e o Papai
Mônica e o Papai

"Os entendimentos que mantive com o sr. Plínio Salgado nos garantirão 3.250.000 votos" - declara o prefeito

Plínio Salgado, candidato a prefeito de São Paulo, declarou hoje que os entendimentos que mantive com o sr. Plínio Salgado nos garantirão 3.250.000 votos. O prefeito declarou que os entendimentos que mantive com o sr. Plínio Salgado nos garantirão 3.250.000 votos.

REFORMA DA LEI ORÇAMENTÁRIA
A Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, presidida por Plínio Salgado, está trabalhando na reforma da Lei Orçamentária.

EM SUCESSIVAS REUNIÕES SECRETAS A CAMARA FEDERAL APRECIA A EMENDA DOS CONSELHEIROS

Argumentos pró e contra a proposta de Aspetti foram discutidos em sucessivas reuniões secretas da Câmara Federal para apreciar a emenda dos conselheiros.

Sanatório Santa Catharina
Sanatório Santa Catharina
Sanatório Santa Catharina

A GRANDE OPORÊ DA NATUREZA! O LIVRO DA NATUREZA

Do escritor da Natureza... O Livro da Natureza... O Livro da Natureza...

SENADO
O Senado... O Senado... O Senado...

PNEUMATICOS - D. PASCHOAL S. A. CAMPINAS

RÁDIO-FRIGOR
Rádio-Frigor... Rádio-Frigor... Rádio-Frigor...

Radio-Frigor Importadora S.A.
Radio-Frigor Importadora S.A.
Radio-Frigor Importadora S.A.

ESFORÇO DE VULTO PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DO ENSINO, EMBORA INSUFICIENTE E MESMO SIMPLISTA EM CERTOS PONTOS

PELA EQUIPE DE REDATORES ESPECIALIZADOS DAS "COLINAS"

O Plano de Ação do Governo, que busca a melhoria das condições do ensino, embora insuficiente e mesmo simplista em certos pontos, apresenta uma série de medidas que visam a melhorar a qualidade do ensino.

Entre as medidas propostas, destacam-se a criação de novas escolas, a melhoria das condições de trabalho dos professores e a implementação de programas de formação continuada.

Apesar das críticas, o plano é considerado um primeiro passo na direção da melhoria do ensino, embora precise ser acompanhado por outras medidas.

O plano também prevê a criação de novos cursos e a implementação de programas de formação continuada para os professores.

Embora o plano seja considerado insuficiente e simplista em certos pontos, ele representa um esforço de vulto para melhorar as condições do ensino.

O plano também prevê a criação de novos cursos e a implementação de programas de formação continuada para os professores.

"A MÁQUINA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DEVERIA SERVIR AOS CANDIDATOS DO P.S.P."

O senador Plínio Salgado afirmou hoje que a máquina administrativa da Prefeitura deveria servir aos candidatos do P.S.P.

Salgado afirmou que a máquina administrativa da Prefeitura deveria servir aos candidatos do P.S.P.

Figura 45: Página do jornal Folha da Manhã de 21 de julho de 1959 onde consta a reportagem "Esforço de vulto para melhorar as condições do ensino, embora insuficiente e mesmo simplista em certos pontos"

Fonte: Acervo FOLHA DE SÃO PAULO: Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>

Como é possível perceber pelos títulos, a análise feita pelos editores das Folhas abrangeu uma variedade grande de assuntos dentre os setores contemplados pelo plano. Em uma análise geral, no primeiro texto da série, o jornal considera que o PAGE se trata de um esforço positivo do Governo na medida em que se encaixa em um planejamento que visa a melhoria das condições da população através, a grosso modo, do aumento de sua renda per capita. No entanto, alerta que o mesmo é limitado pela competência constitucional do Estado, que não pode prever nem controlar fatores que influenciariam essa renda como a política monetária, de crédito, entre outros, não sendo, assim, um plano completo. Critica também a orientação do Estado de não cogitar uma reorganização da estrutura administrativa da época, deixando para realizar simples melhorias conforme as necessidades imediatas. Ou seja, o jornal define o Plano como um simples plano de investimentos, mas considera louvável a distinção que ele faz entre os investimentos diretos e as despesas de custos nos orçamentos. Já no último artigo da série, os redatores das Folhas fecham suas análises dizendo que foi um ponto positivo do Governador elaborar seu Plano apenas depois de eleito, tendo acesso aos dados do Estado, e não durante a campanha de uma forma eleitoral. Afirmam também que o formato de divulgação do PAGE é benéfico à população pois permite a fiscalização e cobrança. Esse mesmo formato, segundo o jornal, é prejudicial às boas relações entre o Executivo e o Legislativo por diminuir a área de abrangência desse último, já que é conhecido que muitos deputados fazem sua carreira pautados em pequenas concessões perante seus eleitores-alvo, como a construção de uma escola ou um posto de saúde. Os analistas ponderam então que, apesar de essa ser uma mudança positiva, é necessário que a soberania da casa legislativa seja mantida, a fim de evitar maiores confrontos, inclusive com uma consequente desaprovação do Plano.

No que concerne à educação, tema principal desse trabalho, a Folha da Manhã analisa, no dia 21 de julho, que é um mérito do PAGE concentrar maiores esforços no problema do ensino primário, que se encontrava em uma “situação calamitosa”, sem condições de prover o ensino à maioria das crianças dessa faixa etária ou o fazendo de maneira insuficiente. O artigo aponta também que, por ser um plano apenas de investimentos, o PAGE não será capaz de sanar de vez todas as falhas do setor como promete, já que faltam formulações que considerem o elemento humano (como melhoria nas condições de trabalho dos professores e funcionários), medidas como a descentralização e reorganização administrativa, além da pouca atenção dada à saúde das crianças e aos problemas pedagógicos. Ou seja, isso confirma a hipótese que já era levantada nesse trabalho de que o Plano de Ação foi formulado sem se debruçar em nenhuma questão pedagógica. A análise do jornal também aponta que o número de salas previstas pelo PAGE ainda não seriam

suficientes para cobrir o déficit do Estado, assim como as 4 horas diárias de aulas não seriam aceitáveis para um ensino satisfatório. Por fim, no que concerne o ensino secundário, o artigo desmente a fala do Governador que afirma que o número de salas de aulas existentes é suficiente, bastando apenas equipá-las, ponto esse já descrito anteriormente nesse trabalho.

O ano de 1960 segue em análises ao Plano de Ação do Governo. Já no Jornal Folha de São Paulo (assim chamado após a união dos Jornais Folha da Manhã e Folha da Noite em primeiro de janeiro de 1960) o Instituto de Engenharia (IE) critica o descompasso no desenvolvimento dos vários setores do Plano em seus primeiros meses de implantação, alertando que essa situação pode prejudicar o PAGE como um todo. O IE cita, por exemplo, que o setor de Justiça e Segurança Pública já alcançou os 100% dos gastos previstos para o biênio 1959/1960, enquanto que o de Educação e Cultura se encontra muito atrasado com relação aos demais. O setor de Educação do PAGE, aliás, enfrentou vários problemas no ano de 1960 segundo a Folha. No dia 25 de maio ela noticia que o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, o IPESP, estava enfrentando problemas com o Tribunal de Contas do Estado para a aprovação do registro de seus contratos para obras no interior, prejudicando várias tipologias de construções, inclusive as escolares. Já no dia 12 de julho o assunto voltava a ser o Tribunal de Contas, que estava dificultando a aprovação de desapropriações de terrenos para a construção de prédios escolares no interior do Estado, e o jornal afirmava que isso atrasaria o cronograma do Governo. Dias depois, no dia 29 de julho, através de carta enviada à redação, o vice presidente do TCE, Aleindo Bueno de Assis, presta esclarecimentos com relação a esse atraso: segundo ele, os mesmos aconteceram devido à uma demora no envio dos documentos ao órgão pelo Governo e a presença de erros nos mesmos.

O Plano de Ação provocou também outros tipos de reações, das quais não era responsável direto, mas que esteve intimamente ligado. Nos dias 06 e 10 de outubro de 1961, por exemplo, a Folha publicou que, em meio às greves que já tomavam o país, a classe dos Engenheiros se levantava em protestos devido aos baixos salários em relação ao aumento tanto do custo de vida quanto de suas responsabilidades desde que o PAGE foi implantado no Estado.

Por fim dessa análise a respeito das reações ao Plano de Ação publicadas nos jornais Folha da Manhã, Folha da Noite e Folha de São Paulo, além de O Estado de São Paulo, convém assinalar que foi frequente, a partir de 1960, a publicação de notas, como as das imagens 46 e 47, sobre a inauguração de diversas obras pertencentes ao PAGE, em especial de Casas da Lavoura. Não pertence ao escopo desse trabalho identificar a totalidade dessas obras e se todas as inaugurações do período foram publicadas, mas é seguro afirmar que

se trata de um conjunto grande de notas. Além disso, também foi frequente no período a publicação de chamadas de abertura de concorrências públicas para diversas obras e serviços do PAGE, no padrão da apresentada na figura 48.

Casa da Lavoura —
Em Pirangi foi concluída, pelo Plano de Ação do Governo do Estado, mais uma Casa da Lavoura, que beneficiará, aproximadamente, 3 mil habitantes da zona rural do município, atendendo diretamente 234 propriedades agrícolas, que se dedicam principalmente à plantação de café, arroz e milho. A Casa da Lavoura de Pirangi (folha), construída tem a mesmura do Estado de São Paulo, custou Cr\$ 2.403.000,00, e conta com as seguintes dependências: salas do engenheiro-agronomo, dos fiscais, de trabalhos especiais; salão para conferências e ergonomia; depósito para sementes selecionadas; espaço para maldar; quarto para o guarda e garagem para o carro. A nova unidade agrícola, com 232,5 metros quadrados de área, foi construída no terreno doado pela Prefeitura Municipal de Pirangi.

Casa da Lavoura em Vinhedo
Esta é a Casa da Lavoura de Vinhedo, inaugurada ontem. Esta nova unidade da Secretaria da Agricultura, construída com recursos do Plano de Ação do Governo do Estado, prestará assistência a mais de 200 propriedades rurais existentes na região.

Inaugurados o Ginásio e a Casa da Lavoura de Vinhedo

PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO CARVALHO PINTO
FUNDO PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA EQUIPAMENTOS:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 369/61 — ENCERRAMENTO DIA 29.9.61, às 9.00 horas.
Para fornecimento e colocação de móveis, para o Centro Social da Biologia no "Campus" da Cidade Universitária.
Causo: — Cr\$ 15.000,00 (QUINZE MIL, CRUZEROS).
A execução desta licitação deverá ser depositada 1 (uma) hora antes do encerramento e poderá ser feita, em dinheiro — cheque visado — em títulos do Estado e do Federal.
Os editais, anexos, especificações de qualquer natureza, referentes às empresas interessadas a participar das licitações, no Edifício do Burege, no "Campus" da Cidade Universitária — Butantã — São Paulo — Capital — Caixa Postal 11.014 — Paulistas.
São Paulo, 20 de setembro de 1961
PAULO DE CAMARGO E ALMEIDA
Diretor Executivo
ELIO DE MELLO CASTANHO
Contador C.R.C. — 19.889

Figura 46: Exemplo de nota relativa a inaugurações do PAGE publicadas no jornal Folha de São Paulo, nesse caso da Casa da Lavoura de Pirangi, datada de 8 de setembro de 1961.

Fonte: Acervo FOLHA DE SÃO PAULO: Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>

Figura 47: Exemplo de nota relativa a inaugurações do PAGE publicadas no jornal O Estado de São Paulo, nesse caso da Casa da Lavoura e o Ginásio de Vinhedo, datada de 9 de outubro de 1960

Fonte: Acervo O ESTADO DE SÃO PAULO: Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/>>

Figura 48: Exemplo de chamada para abertura de concorrência pública, datada de 22 de setembro de 1961.

Fonte: Acervo FOLHA DE SÃO PAULO: Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>

No entanto, a reportagem mais interessante do conjunto pesquisado foi publicada em O Estado de São Paulo no dia 01 de agosto de 1959. Sob o título “Mais 100 bilhões seriam aplicados no Plano de Ação” a reportagem fala de um anúncio do governador Carvalho Pinto de que seriam aplicados, além dos 100 bilhões estabelecidos inicialmente, mais recursos, só que estrangeiros dessa vez. Esses recursos viriam de grupos financeiros dos Estados Unidos, da Inglaterra, do Japão e da Itália, entre outros, grupos esses que estariam encaminhando suas propostas para avaliação do Grupo de Planejamento. Entretanto, informações levantadas, através de entrevistas (inclusive ao próprio coordenador geral do Grupo de Planejamento do PAGE, Plínio de Arruda Sampaio) e leitura de documentos, pelo Projeto Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil - O Patrimônio Arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963), que será melhor explicado adiante e do qual faz parte essa tese mostram que não houve a aplicação de nenhum capital estrangeiro durante a execução do plano, o que faz concluir que a possibilidade levantada pela reportagem não foi realizada.

O jornal O Globo, por sua vez, apresentou uma cobertura do Plano de Ação menos crítica e muito mais sintética, sem deixar de ser celebratória. No dia 10 de julho de 1959, um após o lançamento do Plano, o Globo publicou uma reportagem sobre a cerimônia, descrevendo a fala do Governador e dos demais participantes, de uma forma mais simples que a publicada na Folha no mesmo dia. Já no dia 3 de agosto o jornal também publicou a carta que o presidente Juscelino Kubitschek enviou a Carvalho Pinto elogiando o PAGE, nos mesmos moldes em que a Folha havia publicado um dia antes (figura 48). Mas foi apenas dois meses depois, em setembro, que o Globo publicou duas reportagens mais aprofundadas com relação ao Plano. No dia 11 deste mês, sob o título de “São Paulo, o Gigante” o Globo trouxe uma descrição do PAGE destacando de forma apenas positiva vários pontos, dentre eles as estratégias para aumentar a renda per capita da população. Quatro dias depois, no dia 15 de setembro, o jornal trouxe de novo o assunto aos seus leitores, e, dessa vez, foi muito mais contundente em seus elogios. Sob o título “Social e humano, o Plano de Ação é muito mais que um programa de governo: cadencia o progresso e o bem-estar” a reportagem tinha o subtítulo “Verdadeira subversão na arte de governar”, seguindo nesse tom por todo o texto, como no trecho “Não se trata de um simples esquema de economia – em que somente a riqueza interessa. Pela sua penetração em todos os campos em que se situa a figura do homem, o Plano de Ação tem profunda significação social e humana” (figura 49).

O jornal O Globo, por sua vez, apresentou uma cobertura do Plano de Ação menos crítica e muito mais sintética, sem deixar de ser celebratória. No dia 10 de julho de 1959, um após o lançamento do Plano, o Globo publicou uma reportagem sobre a cerimônia, descrevendo a fala do Governador e dos demais participantes, de uma forma mais simples que a publicada na Folha no mesmo dia. Já no dia 3 de agosto o jornal também publicou a carta que o presidente Juscelino Kubitschek enviou a Carvalho Pinto elogiando o PAGE, nos mesmos moldes em que a Folha havia publicado um dia antes (figura 48). Mas foi apenas dois meses depois, em setembro, que o Globo publicou duas reportagens mais aprofundadas com relação ao Plano. No dia 11 deste mês, sob o título de “São Paulo, o Gigante” o Globo trouxe uma descrição do PAGE destacando de forma apenas positiva vários pontos, dentre eles as estratégias para aumentar a renda per capita da população. Quatro dias depois, no dia 15 de setembro, o jornal trouxe de novo o assunto aos seus leitores, e, dessa vez, foi muito mais contundente em seus elogios. Sob o título “Social e humano, o Plano de Ação é muito mais que um programa de governo: cadencia o progresso e o bem-estar” a reportagem tinha o subtítulo “Verdadeira subversão na arte de governar”, seguindo nesse tom por todo o texto, como no trecho “Não se trata de um simples esquema de economia – em que somente a riqueza interessa. Pela sua penetração em todos os campos em que se situa a figura do homem, o Plano de Ação tem profunda significação social e humana” (figura 49).

Figura 48: Reportagem “Aplaudiu o Presidente da República o Plano de Ação de Carvalho Pinto” de 03 de agosto de 1959.

Fonte: Acervo O GLOBO. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>

Em companhia de líderes sindicais, o Governador Carvalho Pinto visita a usina de Salto Grande, que já está produzindo energia elétrica para extensa região do São Paulo e do Paraná

100 Bilhões Para o Desenvolvimento de São Paulo

SOCIAL E HUMANO, O "PLANO DE AÇÃO" É MAIS QUE UM PROGRAMA DE GOVÊRNO: CADENCIA O PROGRESSO E O BEM-ESTAR

Atingindo a Todos os Setores de Atividades, Estimulará a Produção e Melhorará as Condições de Vida Das Populações — Alvo no Setor de Energia Elétrica: Um Milhão de Cavalos-Vapor, Com Investimentos de 24 Bilhões Equivale a 750 Mil Cruzeiros Por Hora

VERDADEIRA SUBVERSÃO NA ARTE DE GOVERNAR

Cercado da confiança geral e respeitado também pelos adversários, o Governador Carvalho Pinto deu novas esperanças ao povo, quando divulgou o "Plano de Ação" que — mais que um programa de governo — é uma prova de que, como governador, ele está disposto a cumprir as promessas que fez, com pleno conhecimento da causa, como candidato. Assim como o povo sabe distinguir entre realizações gongólicas e obras produtivas, o Professor Carvalho Pinto tornou evidente que o Governo de São Paulo — técnica e racionalmente orientado — poderá fazer mais que obras públicas; pode e deve orientar o progresso do Estado — dando-lhe meios e instrumentos — para que o desenvolvimento não seja desordenado e proporcione concomitante bem-estar às populações. Daí a importância do "Plano de Ação" — já aprovado em primeira discussão pela Assembleia Legislativa — cuja necessidade se tornou mais evidente em face da atual crise de abastecimento.

Já vimos o alcance do "Plano de Ação" no que tange diretamente às atividades rurais — o que poderá ser feito e os resultados que se obterão no campo da agricultura e da pecuária. Trata-se apenas uma parte, porém, que interessará tanto ao Interior, como à Capital — que depende, sobretudo, da produção das várias zonas do Estado.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

Um capítulo importante, no "Plano de Ação", está reservado às vias de comunicação. Serão pavimentados 3 000 quilômetros de estradas de rodagem já existentes e mais 2 000 quilômetros de novas rodovias, em construção. As estradas de ferro do Estado —

e, 7) — Bacia do Turvo. Na Bacia do Paranapanema, estão previstas 8 usinas, para a produção de 1 067 000 KW, havendo já uma operação (Salto Grande) e duas em construção (Jurumirim e Xavantes). Na usina de Salto Grande, estão em funcionamento três unidades geradoras, com 17 000 KW cada uma; a quarta, entrará em operação em dezembro próximo. Cinco empresas concessionárias de serviços de eletricidade do Sul do Estado e do Paraná, servindo municípios com mais de um milhão de habitantes, estão sendo supridas pela Usina de Salto Grande, que tem o nome do Ex-Governador Lucas Nogueira Garcez.

Na Bacia do Rio Pardo estão previstas 3 usinas: Limoeiro (em operação) e Euclides da Cunha e Graminha-Paradouro, em construção, com um potencial de 1 969 000 KW. Para construção mais remota (1962) estão previstos outros aproveitamentos: Ponte Nova, Carrapatos e São José, com um total de 95 000 KW. As usinas da Bacia do Rio Pardo abastecerão 42 municípios do nordeste de São Paulo e da zona fronteiriça de Minas Gerais, com mais de 70 000 habitantes.

Na Bacia do Tietê, estão previstas quatro usinas, com capacidade para 623 000 KW e aproveitamento do curso do rio para navegação e irrigação. Uma destas usinas, a de Barra Bonita, já está em adiantada fase de construção.

No "Plano de Ação", fixou-se o esquema de obras a serem concluídas, continuadas ou iniciadas no quadriênio em curso, abrangendo quatro usinas da Bacia do Paranapanema, 3 da Bacia do Rio Pardo, duas do Tietê e uma (a de Urubupungá), da Bacia do Paraná (esta com um potencial de 1 350 000 KW), somando o total de 2 481 000 KW. Além disso, prevê-se a construção de 10 usinas

Figura 49: Reportagem "Social e humano, o Plano de Ação é muito mais que um programa de governo: cadencia o progresso e o bem-estar" de 15 de setembro de 1959.

Fonte: Acervo O GLOBO. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>

Mas foi na busca com as palavras “Carvalho Pinto” que a pesquisa no jornal O Globo se mostrou mais profícua. O Governador é tema de várias reportagens do jornal, tratando, principalmente, de sua relação com o Presidente (e assim o diário celebra que foi “estabelecido o eixo Catete-Campos Elísios”).

Obviamente, existiram outras reportagens, nos três jornais, que puderam ser relacionadas ao Plano de Ação entre os anos de 1959 a 1962, mas convém lembrar que o trabalho se ateve àquelas que mais interessavam ao tema da Educação. O que se pode concluir de toda a análise é que, de uma maneira geral, o PAGE foi muito bem aceito pela população paulista e visto com certa curiosidade e espanto pela carioca. Mesmo quando as análises continham críticas pontuais, elas concluíam celebrando, ao menos, o esforço como um todo. Essa aceitação, assim, se tornou parte essencial do sucesso do Plano, principalmente no que se refere ao grande número de construções que gerou.

6. TRABALHO DE CAMPO

6.1. Pesquisas correlatas

A presente tese, além de ser um produto, também contribuiu para o Projeto Financiado pela Fapesp Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil - O Patrimônio Arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963), do qual faz parte, além do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU-USP), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em São Paulo (FAU-USP).

A produção de equipamentos públicos durante a gestão do governador Carvalho Pinto no Estado de São Paulo (1959-1963), a partir do seu Plano de Ação (PAGE), do ponto de vista da difusão da arquitetura moderna e dos compromissos que os seus protagonistas estabeleceram, configura-se como um dos momentos mais ricos dessa arquitetura. O Modernismo Brasileiro nas artes plásticas, na arquitetura e no urbanismo, desde as suas origens estabeleceu duas constantes programáticas que acabariam por marcar o seu reconhecimento de forma a tornar mais ou menos válida a experiência moderna, em função ou não da presença destas constantes nos trabalhos artísticos e arquitetônicos. Estas podem, resumidamente, ser definidas como o caráter nacional da produção moderna local e o compromisso do modernismo com a modernização do país. Sem negar essas duas características, mas trazendo ao primeiro plano da arquitetura a questão social através da

produção de equipamentos públicos, as obras implementadas pelo PAGE, valendo-se da hegemonia já alcançada pela Arquitetura Moderna nos anos 1950, incrementaram sua difusão e o desenvolvimento da linguagem moderna, não se limitando as obras realizadas à repetição de soluções estabelecidas.

Assim, o trabalho de campo se baseou, em um primeiro momento, na coleta de dados junto aos órgãos responsáveis pelo armazenamento desses projetos arquitetônicos, sejam referentes à educação: o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), a Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS, antigo Departamento de Obras Públicas - DOP), a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), entre outros. Infelizmente, essa fase se mostrou morosa e foi dificultada pelo descaso com que alguns órgãos guardam esses documentos, ou pela perda de outros tantos causada pela mudança constante de prédios e de responsáveis pelos arquivos.

Paralelamente a essa fase ocorreu a fase de coleta em campo, ou as visitas técnicas (para este trabalho, contou-se com a colaboração de outros pesquisadores do grupo de pesquisa) se dirigiram às cidades ligadas ao plano para colher dados sobre seus prédios escolares, casas de agricultura, postos de saúde, delegacias, fóruns e etc. As escolas listadas a seguir neste trabalho procuram abarcar a parte dessa pesquisa que permite um entendimento das questões levantadas pelo trabalho. É por essa razão também (além da dificuldade já mencionada com os arquivos do Estado) que a quantidade de informação conseguida sobre cada escola varia, apesar de a vivência e o conhecimento sobre cada edifício ter sido considerado suficiente para reforçar a conclusão alcançada sobre a hipótese anteriormente levantada neste trabalho.

Convém reforçar também que foram escolhidas para visita as obras sobre as quais menos se tem conhecimento, em detrimento das já estudadas, como as escolas de arquitetos consagrados como Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha. Isso porque a ideia inicial era justamente precisar o grau de difusão que a arquitetura moderna alcançou através do PAGE, indo desde suas obras mais celebradas até as mais anônimas. Mesmo assim, algumas escolas presentes na listagem a seguir alcançaram reconhecimento por alguns veículos de comunicação da época, provavelmente pelo seu arrojo arquitetônico (como acontece com os edifícios que tiveram seus projetos publicados pela Revista Acrópole, cujas páginas também se encontram nesse trabalho). Por outro lado, como se verá adiante, julgou-se pertinente a utilização de base documental já existente para a leitura de tipos arquitetônicos escolares, que permitam sua análise.

Dessa forma, tem-se a seguir algumas cidades e suas escolas visitadas dentro do universo que o Projeto Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil pretende abarcar.

6.1.1. Critérios para a escolha das cidades/ escolas visitadas

Devido ao grande número de obras e projetos realizados pelo PAGE, tanto no geral quanto em relação às obras escolares, tornou-se difícil a análise in loco do universo total de obras nesse trabalho. Foi estabelecido, então, alguns critérios para a escolha das escolas a serem visitadas.

Além da já citada preferência pelas obras sobre as quais se têm menos conhecimento, foi dada prioridade às escolas primárias e ginasiais. Convém lembrar que os nomes das instituições usados nas fichas de identificação à seguir são referentes aos encontrados nos dias das visitas, por isso as diferentes denominações encontradas, como EEPG (Escola Estadual de Primeiro Grau), EE (Escola Estadual) ou ainda EMEF (Escola Municipal de Educação Infantil). No caso das EMEF, a sigla demonstra que o prédio foi passado para o controle da prefeitura da cidade visitada.

No entanto, o principal critério para a visita foi a localização das cidades e a facilidade de acesso. Devido à extensão da área abrangida pelo Plano de Ação no Estado de São Paulo, muitas cidades se mostraram de difícil acesso para a pesquisa, principalmente pela falta de tempo para a permanência e realização de uma pesquisa satisfatória. Assim, as cidades visitadas foram aquelas que apresentaram uma facilidade maior para visita, como a possibilidade da presença de demais membros do grupo Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil - O Patrimônio Arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963). Uma vez nas cidades escolhidas, a opção foi por visitar a totalidade das obras construídas pelo PAGE nos referidos municípios.

Apesar dessas dificuldades para a escolha do universo de cidades e obras a serem visitadas, considerou-se que as escolas presentes na tese formam um grupo satisfatório para a compreensão da pesquisa.

6.1.2. Metodologia da pesquisa in loco

Com relação aos procedimentos de pesquisa realizados nas escolas, é correto afirmar que eles seguiram o padrão descrito a seguir:

Uma vez autorizada a entrada, a pesquisadora (ou grupo de pesquisadores) se dirigia ao funcionário, designado pela própria escola, que seria o responsável pelo acompanhamento da visita. Enquanto a mesma era feita, o referido funcionário era entrevistado, e as perguntas variaram conforme o que era encontrado no prédio e conforme os relatos do próprio entrevistado. Essa liberdade no relato foi considerada necessária a fim de se

verificar a real importância do edifício escolar para quem o vivenciava no cotidiano. Daí a informalidade na transcrição de alguns relatos de servidores presentes na tese a seguir. Enquanto isso houve também uma grande preocupação com a obtenção das imagens e sua posterior catalogação. Dessa forma, devido ao grande número obtido, foram escolhidas para ilustrar a tese apenas as imagens com uma maior relação com o relato transcrito.

6.2. Araçatuba

EMEF Índio Poti

Endereço: Rua Paraguai, 306

Bairro: Vila Carvalho

Cidade: Araçatuba

Autor do projeto: Alfredo S. Paesani

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: João Batista Botelho

Período de construção: n/c

Data da visita: 2008

O projeto é baseado em um edifício térreo marcado pela linearidade da disposição de um único bloco de salas, onde também se encontram a parte administrativa e salas especiais como biblioteca e sala de vídeo. Paralelamente, são dispostos os pátios, a quadra poliesportiva e serviços (figura 50). Na época em que ocorreu a visita técnica eram oito salas de aula, além de uma sala ocupada como biblioteca, uma sala ocupada como almoxarifado e depósito de material esportivo, uma sala de vídeo, uma sala de informática e uma sala de reforço, que cobriam uma demanda de aproximadamente 360 alunos.

A estrutura do edifício foi executada em concreto armado e vedação de alvenaria, com portas de madeira (com exceção da porta da recepção) e esquadrias basculantes. A cobertura do pátio foi estruturada por treliças em aço.

Pequenas mudanças ocorreram do projeto original como pode ser observado na planta fornecida pela diretora da escola da época, na qual consta a reforma ocorrida nos anos de 2003/2004, demonstrando a disposição mais atual do prédio (figura 51).

Foi relatado ainda pela diretora que, por problemas térmicos, foi necessária a aplicação de toldos (ou “testeiras”) em quase todo o bloco de salas, em ambas as fachadas longitudinais, com exceção do pátio coberto e da área onde se encontra a parte administrativa (figura 52). Interpreta-se que, no projeto original, a laje que se estende pelo corredor de alunos e os

possíveis brises (extensão das divisórias das salas na face oposta, orientada para o oeste) fossem suficientes para conter a insolação e intemperismos como sol e chuva. É válido aqui citar que a cidade de Araçatuba situa-se no extremo Noroeste do Estado de São Paulo, próxima ao Estado do Mato Grosso do Sul, de clima muito quente e seco.

Outras pequenas modificações de uso foram feitas atendendo à necessidade de uma biblioteca e uma sala de informática. Houve também reformas para adequação das normas que atendem aos deficientes físicos, com mudanças em banheiros e a construção de uma rampa no local que era indicado pelo projeto original como palco, uma das exigências da época no projeto de escolas pelo Fece.

Acredita-se que a maior das modificações em relação ao projeto original da escola foi a criação de uma segunda entrada para a escola pela Rua Paraguai que, na época da visita, era uma entrada praticamente exclusiva de pais, funcionários e também alunos. Interpretando o projeto original, a entrada inicialmente deveria ser feita somente pela Rua Cussy de Almeida, de acesso direto aos pátios descobertos de diferentes patamares e, à frente, ao pátio coberto (figura 53).

É importante citar que, a localização do edifício, na época de sua construção, era relativamente afastado do centro. Atualmente, a Rua Cussy de Almeida (que nos anos 1950/60 ainda não era pavimentada, segundo informação de moradores locais e dos próprios funcionários da escola) possui tráfego intenso, sendo um eixo linear forte de circulação pela extensão da Cidade de Araçatuba, enquanto que a Rua Paraguai assemelha-se a uma rua de bairro residencial que intercepta este grande eixo. A entrada e saída dos estudantes no início e fim de período permanecem pela Rua Cussy de Almeida. É preciso analisar o processo referente à construção do edifício para a precisão na informação sobre o endereço original ou possivelmente mudanças no momento da execução da obra. De qualquer maneira, a parte administrativa foi modificada em função da entrada, mas não foram localizadas informações sobre as modificações.

Ainda há a construção, próxima a quadra, de uma casa de zelador. Assim, no limite do terreno, foi aberto um acesso fechado por um portão, transformando-se em um corredor coberto por onde é possível transitar veículos.

EMEF Índio Poti

Alfredo S. Paesani | 1961 | Araçatuba, Vila Carvalho | Rua Paraguai, 306

IMPLANTAÇÃO/TÉRREO
1:750

Figura 50: EMEF Índio Poti - planta

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

E.M.E.F. ÍNDIO POTI

Legenda

1 a 4 / 7 a 12 Sala de aula	19 Circulação (externa)	26 Almoarifado	33 Sala de Vídeo
13 Entrada	20 Pátio coberto	27 Sanitário Masculino	34 Cozinha
14 Diretoria	21 Pátio descoberto	28 Sanitário Feminino	35 Cantina
15 Sala dos professores	22 Entrada e Saída do estudante	29 Sanitário Adm. Fem.	36 Sanitário Funcionários
16 Gabinete Dentário	23 Circulação cimentada	30 Sanitário Adm. Masc.	37 Bebedouro
17 Secretaria	24 Área circulante arborizada	31 Biblioteca	37 Quadra de esportes coberta
18 Circulação (interna)	25 Casa do zelador	32 Sala de Arquivo/Mat. Esportivo	38 Cobertura tipo Toldo
			39 Refeitório coberto

Melhoria nos itens
1 a 4 / 7 a 12 • 13 • 17 •
15 • 29 • 34 • 37 • 38

Figura 51: EMEF Índio Poti – planta em 2008

Fonte: Imagem fornecida pela EMEF Índio Poti

<p>Figura 52: EMEF Índio Poti – vista externa Fonte: Fernanda Britto, 2008</p>	<p>Figura 53: EMEF Índio Poti – vista externa Fonte: Fernanda Britto, 2008</p>

EE Professor Genésio de Assis

Endereço: Rua Vereador Aldo Campos

Bairro: Paraíso

Cidade: Araçatuba

Autor do projeto: Nestor Lindenberg

Engenheiro responsável pela obra: desconhecido

Prefeito: João Batista Botelho

Período de construção: 1961 a 1962

Data da visita: 2008

Trata-se de uma escola constituída basicamente por dois blocos de forte linguagem moderna, com o uso de fachadas limpas, pilotis e cobogó.

Observa-se que a entrada, tanto de alunos, quanto de professores e funcionários ocorre a partir do primeiro bloco - de único pavimento, quase como um pequeno corredor que divide este edifício em salas de aula à esquerda (se visto da rua para seu interior) e parte administrativa à direita (figura 56). O corredor que acompanha essas salas de aula é vedado com cobogó do peitoril até o teto. A parte administrativa é organizada de outra forma, através de um corredor interno. Atravessando o primeiro bloco, há um desnível no terreno resolvido no projeto com o segundo bloco contendo dois pavimentos. A ligação entre esses blocos se dá por uma passarela que parte do primeiro bloco continuamente, chegando a meio nível do térreo do segundo bloco (figura 54). A transposição dos desníveis se dá por uma escada com um lance para cada pavimento. Ainda há uma rampa que corre paralelamente à passarela com acesso somente para o térreo, porém, não consta no projeto original. O segundo bloco é constituído de salas no pavimento superior, com circulação semelhante a do primeiro bloco – corredor vedado com cobogó (figura 55). No primeiro pavimento há ainda mais salas, contendo os sanitários, a copa e um pátio aberto coberto formado por pilotis onde acontece o recreio coberto (figura 57).

Em mesmo nível há um pátio descoberto paralelo a toda a extensão do edifício (figura 58); ao fundo, uma quadra poliesportiva coberta com estrutura metálica. Anexo próximo aos sanitários dos alunos e ao primeiro bloco (figura 59) foi construído um pequeno bloco contendo a cantina da escola e um laboratório.

Segundo o projeto original, poucas são as alterações que possam comprometer o partido inicial proposto pelo arquiteto. Adequações para uso de alguns espaços determinados para salas de aula que se transformaram em sala de informática e biblioteca – exatamente nas duas salas do primeiro pavimento do segundo bloco. Na parte administrativa, os primeiros três compartimentos (na planta, os três maiores ambientes) foram transformados em uma grande secretaria. A sala dos professores original foi transformada em depósito/almoxarifado, atualmente localizada paralela à secretaria. A sala da diretoria está localizada no final do corredor deste bloco, que contém um sanitário de funcionários devido à expansão da sala dos professores.

Figura 54: EE Professor Genésio de Assis - cortes
Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Figura 55: EE Professor Genésio de Assis - corredor
Fonte: Fernanda Britto, 2008

Figura 56: EE Professor Genésio de Assis - entrada
Fonte: Fernanda Britto, 2008

Figura 57: EE Professor Genésio de Assis – pátio coberto
Fonte: Fernanda Britto, 2008

EE Professor Genésio de Assis

Nestor Lindenberg | 1961 | Araçatuba, Paraíba | Rua Vereador Aldo Campos, 870

IMPLANTAÇÃO/TÉRREO
1:750

01. SECRETARIA	11. DEPOSITO
02. EDUCADOR SANITÁRIO	12. SALA DO MÉDICO
03. DENTISTA	13. SANITÁRIO
04. SALA DOS PROFESSORES	14. DESPENSA
05. BIBLIOTECA	15. COZINHA
06. SANITÁRIO MASCULINO	16. RECREIO-CORRETO DO MÉDICO
07. SANITÁRIO FEMININO	17. SALÃO
08. AUXÍLIAR DA DIRETORIA	18. RECREIO-CORRETO
09. DIRETORIA	19. QUADRA POLIESPORTIVA
10. SALA DE AULA	20. PLAYGROUND

PRIMEIRO ANDAR
1:750

Figura 58: EE Professor Genésio de Assis - planta

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Figura 59: EE Professor Genésio de Assis – pátio descoberto

Fonte: Fernanda Britto, 2008

EE Professora Maria do Carmo Lelis

Endereço: n/c

Bairro: n/c

Cidade: Araçatuba

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: n/c

Período de construção: n/c

Data da visita: 2008

Sobre esse projeto, ainda há muitas imprecisões sobre a obra. Trata-se também de uma escola presente no livro *Arquitetura Escolar Paulista: anos 1950 e 1960*, de Avany de Francisco Ferreira e Mirela Geiger de Mello. Analisando o material fornecido pelo livro e o processo encontrado sobre a obra nos arquivos do IPESP, de número 11563, surgiram algumas divergências.

No processo, consta que o edifício foi construído num terreno relativo a um quarteirão de área de 5259m², cercado pelas ruas: Coelho Neto, 1º de Maio, Chiquita Fernandes e Antônio João, no bairro Jardim Bandeirantes. Ainda consta, também, que o projeto é do arquiteto Majer Botkowski (e não BOTOTKOWSKI como o livro cita) e que, no ano de 1962, o edifício é concluído. Mas não havia plantas ou quaisquer imagens da obra.

Já no livro de Ferreira e Mello, citado acima, a EE Professora Maria do Carmo Lelis consta com o endereço: Rua Lions Club, 130, Bairro Morada dos Nobres. A data não é especificada.

Entrando em contato com o endereço citado pelo livro, as únicas informações conseguidas, ainda necessitando de uma melhor investigação, são de que a escola existia anteriormente em outro sítio e que o prédio da Rua Lions Club foi construído por volta do ano de 1987. Logo, o endereço citado no livro pode não ser uma obra do IPESP, mas não se pode dizer o mesmo do projeto (figura 60).

Na quadra em que deveria estar implantada a escola estadual, está presente atualmente a Diretoria Regional de Ensino na cidade de Araçatuba, na Rua Antonio João, 130. A visita técnica foi realizada, dessa maneira, nesse endereço citado.

Lá, com o auxílio da assistente técnico do planejamento, Andrea Zapte, foi obtida uma planta esquemática (figura 61) de como o edifício encontra-se atualmente, sendo possível perceber grandes mudanças relativas à planta presente no livro.

Conforme citado, as mudanças são marcantes, tanto relativas a uso, quanto a própria edificação que, devido às necessidades da Diretoria, resultaram na construção de anexos.

As salas de aula que foram ocupadas são subdivididas com paredes de drywall para acomodação das várias seções, além de equipamentos e espaços para arquivos.

Segundo Andrea Zapte, a escola que funcionava anteriormente com o nome de EE Professora Maria do Carmo Lelis mudou seu sítio, com o prédio então sendo ocupado em 1988 pela Divisão Regional de Ensino. Em 1995, a DRE é extinta, dando lugar a atual Diretoria Regional de Ensino (que até 1999 possuía o nome de Delegacia Regional de Ensino) de Araçatuba.

Percebe-se pelas figuras 62 e 63 que a intenção inicial de projeto (que consta como o original no livro *Arquitetura Escolar Paulista: anos 1950 e 1960*) da relação dos blocos edificadas com os pátios internos tenta ser mantida na medida do possível. As esquadrias das salas permanecem viradas para os pátios, com peitoril de aproximadamente 1,10 metros. Assim como os brises que, propostos inicialmente, permanecem, apesar de não serem suficientes para conter a insolação e alta temperatura. Quase todos os cômodos possuem ar condicionado.

Através de dados fornecidos pelo site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, de acesso restrito aos funcionários públicos da área de planejamento, Andrea Zapte obteve que a área construída atualmente é de 2275m².

Figura 60: EE Professora Maria do Carmo Lelis - planta

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

Figura 61: Planta esquemática da Diretoria Regional de Ensino de Araçatuba
Fonte: Diretoria Regional de Ensino, 2008

Figura 62: EE Professora Maria do Carmo Telis - Vista do corredor do primeiro bloco a partir da entrada para os pátios internos
Fonte: Fernanda Britto, 2008

Figura 63: Vista do corredor do terceiro bloco para pátio interno; à direita, estrutura da caixa d'água
Fonte: Fernanda Britto, 2008

6.3. Araraquara

EEPG Dorival Alves

Endereço: Rua Ceará, s/n

Bairro: Vila Xavier

Cidade: Araraquara

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: n/c

Período de construção: de 08/06/1961 a 23/01/1968

Data da visita: 2012

A escola Dorival Alves passou por um longo processo de construção, que se iniciou ainda no Governo Carvalho Pinto mas só terminou no ano de 1970, para ser demolida e reconstruída com outro projeto (figura 64). Isso se deu pois ela nasceu de uma experimentação, utilizando um método construtivo completamente inovador para a época: o pré-moldado, através da utilização de peças modulares, moldadas na fábrica e transportadas até a obra para a montagem in loco. A demora se deu pela dificuldade desse processo, que se constituía no transporte das peças da cidade de São Paulo até Araraquara, o que fez superar, inclusive, o orçamento calculado inicialmente para a construção.

Figura 64: EEPG Dorival Alves – vista da entrada da obra atual
Fonte: Camila Venanzi, 2012

GE Lar Juvenil/ atual Complexo de Atendimento da Infância e da Juventude

Endereço: Rua Padre Francisco Coulturato, s/n

Bairro: São Geraldo

Cidade: Araraquara

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: n/c

Período de construção: de 02/08/1961 a 24/02/1969

Data da visita: 2012

Essa escola passou pelo mesmo processo da anterior, a EEPG Dorival Alves, inclusive por possuir o mesmo método de construção e por ser demolida e reconstruída logo após seu término (figuras 65, 66 e 67).

Figura 65: Complexo de Atendimento da Infância e da Juventude – implantação da escola demolida (sem escala)

Fonte: FDE, 2012

Figura 66: Complexo de Atendimento da Infância e da Juventude – implantação da escola reconstruída (sem escala)

Fonte: FDE, 2012

Figura 67: Complexo de Atendimento da Infância e da Juventude – entrada

Fonte: Camila Venanzi, 2012

EEPG Narciso da Silva César

Endereço: Av. Bandeirantes, 1830

Bairro: Santana

Cidade: Araraquara

Autor do projeto: Fernando Augusto S. Arantes

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: n/c

Período de construção: de 07/10/1959 a 29/05/1963

Data da visita: 2012

Segundo documentação encontrada no Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) a obra sofreu uma pequena demora para ser aprovada pois o terreno a ser doado, localizado no Bairro Vila Santana, não possuía infraestrutura como guias e sarjetas e redes de água e luz. Assim, a prefeitura deveria comprometer-se a levar essas benfeitorias para a região a fim de que o mesmo pudesse ser aceito pelo Instituto. Ou seja, entre o envio da documentação necessária para a doação se concretizar, em 19 de outubro de 1959, até sua aprovação, em maio de 1961, se passaram quase 2 anos de espera. A escola se organiza em blocos em torno de espaços abertos e descobertos, cuja circulação se dá através de corredores que acompanham esses blocos (figura 68). O pátio, nesse caso, não ocupa uma posição central na funcionalidade escolar.

Figura 68: EEGP Narciso da Silva César – organização em torno do espaço descoberto
Fonte: Camila Venanzi, 2012

<p>Figura 69: EEPG Narciso da Silva César – entrada Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>	<p>Figura 70: EEPG Narciso da Silva César – pátio coberto Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>

6.4. Araras

EEPG Francisco Graziano

Endereço: Rua das Palmeiras, 35

Bairro: Jardim Nova Araras

Cidade: Araras

Autor do projeto: Lucjan Korngold

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: Dedício Pereira de Maia

Período de construção: de 20/12/1961 a 18/08/1963

Data da visita: 2012

Segundo análise dos documentos existentes no IPESP, a Prefeitura Municipal de Araras, em agosto de 1962 (quase um ano depois de firmado o contrato entre ambos os órgãos para a construção da escola) enviou uma carta a Paulo Seixas Queiros, responsável pela Divisão de Engenharia do Instituto, comunicando que, após análise mais aprofundada dos projetos, memorial descritivo e orçamento da obra, constatou a impossibilidade de execução da mesma seguindo o orçamento inicialmente estipulado, que se mostrou insuficiente para o porte da construção. A prefeitura justificou que na ocasião da assinatura do contrato, não dispunha dos elementos necessários para proceder um exame minucioso dos documentos apresentados pelo Instituto e, confiando na Secção de Engenharia deste, assinou o contrato de construção. Devido a esse acontecimento foi prorrogado o prazo de construção da escola e retomado apenas após aceite de várias simplificações no projeto.

112

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: n/c

Período de construção: de 29/09/1959 a 08/03/1960

Data da visita: 2012

Os trâmites para a realização desse projeto se iniciaram anteriormente ao Governo Carvalho Pinto e não seguiam os preceitos modernos que foram característicos das construções de seu mandato através do IPESP.

A escola foi inicialmente pensada para possuir apenas 5 salas de aula, do Tipo F. Mas, diante do exposto pela Prefeitura de Araras, que considerou esse número pequeno, passou-se a cogitar a possibilidade de uma escola Tipo I, com 6 salas de aula, para finalmente decidir-se pela construção de uma edificação com 8 salas de aula. Porém, não sendo encontrada nenhuma planta-tipo que se adaptasse ao terreno e as exigências da Prefeitura da cidade, o projeto foi enviado à Seção de Projetos Especiais do Instituto, a IP-92, que, através de seus arquitetos contratados, elaborou um projeto específico para essa escola. Convém lembrar que anteriormente à contratação dos escritórios de arquitetura pelo IPESP para a produção dos projetos do PAGE as escolas eram pensadas de forma a se encaixarem em projetos-tipo já existentes nos arquivos do DOP.

<p>Figura 75: EEPPG Prof. Vicente Ferreira dos Santos – cortes (sem escala) Fonte: FDE, 2012</p>	<p>Figura 76: EEPPG Prof. Vicente Ferreira dos Santos – pátio coberto Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>

6.5. Barretos

DER – Diretoria de Ensino – região de Barretos

Endereço: Av. Cel. Silvestre de Lima, s/nº

Bairro: Vila Nogueira

Cidade: Barretos

Autor do projeto: Nestor Lindenberg

Engenheiro responsável pela obra: Rosa Cruz Imobiliária Construtora LTDA (empresa)

Prefeito: Christiano Carvalho

Período de construção: n/c a 04/12/1962

Data da visita: 2012

No livro *Arquitetura Escolar Paulista: anos 1950 e 1960*, de Avany de Francisco Ferreira e Mirela Geiger de Mello consta que o arquiteto Paulo B. Magalhães também participou do projeto.

O projeto se consiste em uma grande caixa de concreto armado em forma de U, onde a área central, adjacente ao bloco de ligação entre os outros dois paralelos apresenta os pátios coberto, descoberto e o pertencente ao pré-primário (com parte dele coberta e parte descoberta). Nos blocos paralelos encontram-se as salas de aulas com suas respectivas circulações e o setor administrativo da escola. Porém, a diferenciação entre os blocos que contém cada uma destas funções não é percebida visualmente, apenas quando se observa o desenho técnico da implantação do grupo escolar.

A forma como são dispostas as circulações entre os blocos faz com que sejam caracterizadas, também, como espaços de estar.

O agenciamento espacial e o detalhamento do edifício são muito elaborados, como, por exemplo, na questão de distribuição dos usos em espaços distintos, feitas por diferenciações de níveis no piso (degraus de pequena altura), o que faz com que o usuário sinta-se envolvido pelo espaço, mesmo que este não apresente vedações. Destacam-se também as esquadrias: grandes janelas horizontais que permitem uma relação franca do interior com o exterior do edifício.

Já o uso de elementos vazados na fachada sul da edificação auxilia na proteção em relação aos ventos e conferem uma linguagem original à entrada da Escola (figuras 78 e 79).

Em virtude da função do edifício ter-se alterado ao longo dos anos (sendo que na atualidade ele comporta a Diretoria Regional de Ensino), uma série de reformas foram ocorrendo na planta original, chegando a subdividir espaços que antes respeitavam uma modulação específica. Tais modificações, no entanto, não alteraram profundamente a linguagem original do edifício.

Figura 77: DER – Diretoria de Ensino – região de Barretos – planta original (sem escala)

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 78: DER – Diretoria de Ensino – região de Barretos – elementos vazados
Fonte: Tânia Bulhões, 2012

Figura 79: DER – Diretoria de Ensino – região de Barretos – elementos vazados
Fonte: Tânia Bulhões, 2012

Figura 80: DER – Diretoria de Ensino – região de Barretos – entrada
Fonte: Tânia Bulhões, 2012

EE Coronel Silvestre de Lima

Endereço: Rua 42, 266

Bairro: Bairro Alvorada

Cidade: Barretos

Autor do projeto: Alberto Rubens Botti

Engenheiro responsável pela obra: Rosa Cruz Imobiliária Construtora LTDA (empresa)

Prefeito: Christiano Carvalho

Período de construção: n/c a 14/05/1962

Data da visita: 2012

No livro *Arquitetura Escolar Paulista: anos 1950 e 1960*, de Avany de Francisco Ferreira e Mirela Geiger de Mello consta que o arquiteto Marc Rubin também participou do projeto.

A edificação é marcada por uma volumetria uniforme propiciada pela cobertura de uma água que, em função do pé-direito duplo, permite a existência de espaços para mezanino e segundo pavimento (figuras 82 e 83). Sob a grande cobertura de telhado metálico encontram-se quatro blocos distintos: dois de salas de aulas (com o ensino infantil separado do bloco de ensino fundamental e ensino médio), um de serviços, um administrativo e um com espaços que se configuram como de sociabilidade – contendo pátios coberto e descoberto, os quais fazem a vinculação entre todos estes ambientes.

Figura 81: EE Coronel Silvestre de Lima – planta (sem escala)

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 82: EE Coronel Silvestre de Lima – vista externa
Fonte: Tânia Bulhões, 2012

Figura 83: EE Coronel Silvestre de Lima – pátio
Fonte: Tânia Bulhões, 2012

Secretaria Municipal de Educação

Endereço: Rua 4, 510

Bairro: Bairro Monte Castelo

Cidade: Barretos

Autor do projeto: David A. B. Ottoni

Engenheiro responsável pela obra: Rosa Cruz Imobiliária Construtora LTDA (empresa)

Prefeito: Christiano Carvalho

Período de construção: n/c a 1963

Data da visita: 2012

De acordo com o Projeto de lei Nº 387 / 1971 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Grupo Escolar Vila Clementina teve seu nome alterado para Escola Estadual Wladimir Rodrigues de Arruda. Depois, a escola passou a ser chamada CEFAM (Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério) de Barretos, e, atualmente, é o edifício que abriga a Secretaria Municipal de Educação.

A edificação é caracterizada por uma grande cobertura de concreto armado, sob a qual se organizam sob a forma de L (figura 84) os blocos de salas de aula mais o setor administrativo. Perpendicularmente estão os pátios e os blocos de salas de aula para o pré-primário.

Por causa da disposição em L, ao traçar uma diagonal no terreno (de leste a oeste), tem-se uma composição de cheios (ao sul) e vazios (ao norte) que, além de definir um partido ou linguagem arquitetônica, mostra uma preocupação com as questões de insolação e

ventilação, agregando linguagem e questões técnicas, configurando uma racionalidade na execução do projeto. As circulações entre os blocos são dispostas de modo a caracterizarem espaços de estar (figura 87).

Além disso, a caixa d'água apresenta-se como um marco visual na paisagem horizontal do entorno.

Figura 84: Secretaria Municipal de Educação – planta (sem escala)

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 85: Secretaria Municipal de Educação – entrada

Fonte: Tânia Bulhões, 2012

Figura 86: Secretaria Municipal de Educação – pátio

Fonte: Tânia Bulhões, 2012

Figura 87: Secretaria Municipal de Educação – corredores internos
Fonte: Tânia Bulhões, 2012

6.6. Bocaina

EMEF Professora Dalila da Silva Afonso

Endereço: Rua Primo Budin, s/n

Bairro: Pedro Alexandrino

Cidade: Bocaina

Autor do projeto: Majer Botkowski

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: José Gonçalves de Oliveira Neto

Período de construção: de 02/03/1960 a 11/06/1962

Data da visita: Dezembro/2013

Segundo a funcionária que acompanhou as pesquisadoras na visita técnica à escola, a estrutura formada por vários pórticos, localizada na sequência de um dos blocos de salas de aula (figura 88) foi pensada pelo arquiteto no momento do projeto visando auxiliar na construção de uma possível ampliação no futuro. A funcionária disse também que, dessa

120

forma, eles pretendem fazer uso dessa estrutura para a construção de novas salas em breve. Ela contou também na entrevista que, no começo do ano de 2013, a escola passou por uma reforma que incluía apenas serviços gerais, como pintura, forro e desentupimento de calhas e esgoto (já que ela afirma que os pisos e as esquadrias da escola nunca foram trocados), pois o prédio se encontrava num estado sério de degradação. Essa reforma, ainda segundo a funcionária, foi financiada por fazendeiros da região e feita pelos próprios funcionários.

Figura 88: EMEF Professora Dalila da Silva Afonso – vista dos pátios
Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi e Dora Lemos, 2013

Figura 89: EMEF Professora Dalila da Silva Afonso – vista das salas de aulas
Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi e Dora Lemos, 2013

Figura 90: EMEF Professora Dalila da Silva Afonso – pátio
Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi e Dora Lemos, 2013

Figura 91: EMEF Professora Dalila da Silva Afonso – entrada vista do pátio e o desnível presente entre ambos
Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi e Dora Lemos, 2013

Figura 92: EMEF Professora Dalila da Silva Afonso – entrada
Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi e Dora Lemos, 2013

6.7. Guarujá

EE Philomena Cardoso de Oliveira

Endereço: Avenida Guilherme Backeuser, 250

Bairro: Vicente de Carvalho

Cidade: Guarujá

Autor do projeto: Maurício Tuck Schneider

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: Jayme Daige

Período de construção: n/c a 1961

Data da visita: maio de 2014

O projeto dessa escola consiste em dois pavimentos, abrigando as funções administrativas e o pátio coberto no térreo e as salas de aulas no piso superior, cobertos por uma estrutura de concreto que dá uma aparência de caixa para a construção (figuras 95 a 98). Mas é no piso superior, entretanto, onde está o ponto de maior interesse do projeto: os dois blocos de salas são ligados não apenas por um pátio simples, mas sim por várias passarelas, que fazem com que surjam vazios, por onde é possível se observar o piso embaixo (figuras 99 e 100).

Como é possível notar nas plantas original e na oferecida pela escola no momento da visita técnica, possivelmente datando da década de 1990, as mudanças ocorridas ao longo dos anos no projeto foram muitas: ocorreu a construção de várias novas salas no piso inferior comprometendo, inclusive, a fluidez da entrada e saída de pessoas, passando pelo pátio, da

escola (figuras 93 e 94). No entanto, essas mudanças não alteraram a configuração do andar superior, mantendo a originalidade do prédio.

Figura 93: EE Philomena Cardoso de Oliveira – planta e elevação originais (sem escala)

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 94: EE Philomena Cardoso de Oliveira – planta da década de 1990 (sem escala)

Fonte: EE Philomena Cardoso de Oliveira, 2014

Figura 95: EE Philomena Cardoso de Oliveira – vista interna do pátio
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 96: EE Philomena Cardoso de Oliveira – vista externa do pátio
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 97: EE Philomena Cardoso de Oliveira – escada de acesso ao piso superior
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 98: EE Philomena Cardoso de Oliveira – escada de acesso ao piso superior
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 99: EE Philomena Cardoso de Oliveira – passarelas de ligação no piso superior
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 100: EE Philomena Cardoso de Oliveira – passarelas de ligação no piso superior
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 101: EE Philomena Cardoso de Oliveira – detalhe da iluminação no piso superior
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 102: EE Philomena Cardoso de Oliveira – detalhe da iluminação na vista externa
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 103: EE Philomena Cardoso de Oliveira – projeto publicado na Revista Acrópole
Fonte: Revista Acrópole 318, 1965

Hall de circulação no pavimento superior. As aberturas das janelas servem como característico plástico da fachada.

Vista geral da escadaria, sustentada por um pilar de concreto aparente.

- 1 - Sala de aula; 2 - sala de professores;
3 - biblioteca; 4 - sanitários; 5 - secretaria;
6 - educadora; 7 - assistente; 8 - diretor;
9 - depósito; 10 - dentista; 11 - médico; 12 -
espera; 13 - cozinha; 14 - pátio; 15 - pátio
coberto; 16 - jardim; 17 - entrada; 18 -
portaria

Pavimento superior

Pavimento térreo

Figura 104: EE Philomena Cardoso de Oliveira – projeto publicado na Revista Acrópole
Fonte: Revista Acrópole 318, 1965

EE.Prof. Renê Rodrigues de Moraes

Endereço: Rua Doutor Carlos Nehring, 165

Bairro: Jardim Helena Maria

Cidade: Guarujá

Autor do projeto: Jorge Zalszupin

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: n/c

Período de construção: n/c

Data da visita: maio de 2014

A escola se baseia em um grande térreo composto por blocos (figura 105), onde se encontram as áreas administrativas, os banheiros, cozinha e um extenso pátio coberto pelo bloco de salas de aula, locado no piso superior. No entanto, a peça mais admirável do projeto é a sua única escada que dá acesso ao piso superior, cuja plástica confere singularidade ao projeto (figuras 109 a 111). Segundo a funcionária que acompanhou a visita técnica o prédio é tombado pela prefeitura do Guarujá (o que não pode ser confirmado pelas pesquisadoras) e, por isso, não sofreu nenhuma mudança significativa, apenas com alterações nos usos das salas. O prédio também sofreu outras mudanças como nos pisos e nas esquadrias, que de madeira passaram a ser de alumínio.

Figura 105: EE.Prof. Renê Rodrigues de Moraes – planta e corte (sem escala)

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 106: EE.Prof. Renê Rodrigues de Moraes – elevações (sem escala)
 Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 107: EE.Prof. Renê Rodrigues de Moraes – elementos vazados que protegem parte do pátio
 Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 108: EE.Prof. Renê Rodrigues de Moraes – pátio coberto
 Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 109: EE.Prof. Renê Rodrigues de Moraes – escada
 Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 110: EE.Prof. Renê Rodrigues de Moraes – escada
 Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

<p>Figura 111: EE.Prof. Renê Rodrigues de Moraes – pátio visto pela escada Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014</p>	<p>Figura 112: EE.Prof. Renê Rodrigues de Moraes – vista externa Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014</p>

6.8. Piracicaba

EEPG Professor Carlos Sodero

Endereço: Rua 11, 87

Bairro: Boa Esperança

Cidade: Piracicaba

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: Luciano Guidotti

Período de construção: 11/1957 a 1959

Data da visita: 2012

Como pode ser visto pelas datas de início e término da construção, essa escola data de um período imediatamente anterior ao Governo Carvalho Pinto e, consequentemente, à implantação do Plano de Ação. No entanto, a visita a esse prédio se torna interessante na medida em que é possível observar as claras diferenças de linguagem presentes entre as obras do Departamento de Obras Públicas, o DOP, e as feitas pelos escritórios de arquitetura contratados pelo IPESP durante o PAGE (figuras 113 e 114).

Figura 113: EEPG Professor Carlos Sodero - entrada
Fonte: Camila Venanzi, 2012

Figura 114: EEPG Professor Carlos Sodero – corredor de acesso às salas de aulas
Fonte: Camila Venanzi, 2012

EEPG Professor João Batista Nogueira

Endereço: Rua Nossa Senhora do Carmo, 298

Bairro: Santa Terezinha

Cidade: Piracicaba

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: Luciano Guidotti

Período de construção: 11/1957 a 1959

Data da visita: junho de 2012

Essa escola se enquadra no mesmo caso da escola anterior, na cidade de Piracicaba e, no momento da visita, se encontrava em reforma (figuras 115 a 117).

Figura 115: EEPPG Professor João Batista Nogueira – planta de ampliação (sem escala)
 Fonte: IPESP, 2012

<p>Figura 116: EEPG Professor João Batista Nogueira – entrada Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>	<p>Figura 117: EEPG Professor João Batista Nogueira – pátio Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>

6.9. Porto Ferreira

EMEF Profa Noraide Mariano

Endereço: Rua Carlindo Valeriani, 1281

Bairro: Jardim Primavera

Cidade: Porto Ferreira

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: n/c

Período de construção: n/c

Data da visita: janeiro de 2014

O projeto dessa escola, apesar de simples, é bastante interessante, sobretudo em virtude da localização da escada de acesso ao segundo pavimento. Baseia-se em dois blocos paralelos separados por um pátio descoberto (figura 118). O bloco à frente do lote, onde se localiza a entrada, acomoda a área administrativa e tem apenas um pavimento. Já no bloco ao fundo deste estão as salas de aulas no segundo pavimento e o pátio coberto no primeiro (figura 119), além dos banheiros e cozinha. A escada de acesso às salas, por sua vez, se localiza bem no centro desse complexo, formando uma linha contínua de circulação desde a entrada (figura 120). Segundo a funcionária que acompanhou a visita técnica, essa escada, originalmente, era de concreto e descoberta. A diretoria, então, reformou a referida escada,

trocando para metálica e acrescentando uma cobertura (figura 121), além de deslocá-la um metro para a esquerda em relação à posição original.

<p>Figura 118: EMEF Profa Noraide Mariano – pátio descoberto entre os blocos Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi, Dora Lemos, 2014</p>	<p>Figura 119: EMEF Profa Noraide Mariano – pátio coberto Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi, Dora Lemos, 2014</p>

<p>Figura 120: EMEF Profa Noraide Mariano – escada Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi, Dora Lemos, 2014</p>	<p>Figura 121: EMEF Profa Noraide Mariano – escada Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi, Dora Lemos, 2014</p>

ETEC Prof. Jadyr Salles/ antiga EM José Gonso

Endereço: Prof. Henrique da Motta Fonseca Junior, 849

Bairro: Centro

Cidade: Porto Ferreira

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: n/c

Período de construção: de 1944 a 1954

Data da visita: janeiro de 2014

Como é possível perceber pelas datas de construção e inauguração, encontradas na própria escola na ocasião da visita técnica (figuras 126 e 127), o prédio da ETEC Prof. Jadyr Salles é anterior ao Governo Carvalho Pinto e à implantação do PAGE. No entanto, seu nome se

encontra entre os registros do IPESP, o que leva a crer que o Plano se ocupou de uma das inúmeras ampliações que o prédio passou desde o início de seu funcionamento.

Figura 124: ETEC Prof. Jadyr Salles – foto da época da inauguração
Fonte: ETEC Prof. Jadyr Salles, 2014

Figura 125: ETEC Prof. Jadyr Salles – foto da época da construção
Fonte: ETEC Prof. Jadyr Salles, 2014

<p>Figura 126: ETEC Prof. Jadyr Salles – bloco resultante de uma ampliação Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi, Dora Lemos, 2014</p>	<p>Figura 127: ETEC Prof. Jadyr Salles – entrada Fonte: Angélica Costa, Camila Venanzi, Dora Lemos, 2014</p>

6.10. Rio Claro

EEPG Professora Diva Marques Gouvêa

Endereço: Av. Da Saudade, 399

Bairro: Consolação

Cidade: Rio Claro

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: Francisco Scarpa

Período de construção: 19/02/1960 a 11/01/1961

Data da visita: 2012

O projeto deste prédio escolar foi apenas uma adaptação do projeto de outra escola, a Escola Estadual de Artur Nogueira, então denominado Grupo Escolar Engenheiro Coelho. Isso demonstrou outro tipo de processo projetual (menos comum) executado pelo IPESP, em que a Seção IP-95 (seção responsável pelas construções) determinava, depois de busca em sua biblioteca, a execução de uma obra que já havia sido implementada em outra cidade. Dessa forma, o Instituto ganhava tempo e economias, já que o projeto e o orçamento estavam quase finalizados, ficando a cargo dos engenheiros e arquitetos do órgão apenas a implantação em novo terreno sem a contratação de novos profissionais ou a monopolização do grupo de arquitetos já existente. Assim, termina-se por implantar uma quantia maior de equipamentos públicos de forma mais rápida (figuras 126 a 128).

Figura 126: EEPPG Professora Diva Marques Gouvêa – planta (sem escala)
Fonte: FDE, 2012

Figura 127: EEPPG Professora Diva Marques Gouvêa – pátio
Fonte: Camila Venanzi, 2012

Figura 128: EEPPG Professora Diva Marques Gouvêa – vista externa
Fonte: Camila Venanzi, 2012

EEPPG Prof. Dijiliah Camargo de Souza

Endereço: Rua 4, 1098

Bairro: Vila Alemã

Cidade: Rio Claro

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: Francisco Scarpa (começo da obra)/ Augusto Schmidt Filho (fim da obra)

Período de construção: 1961 a 16/02/1968

Data da visita: 2012

Como é possível perceber pelos dados obtidos no IPESP, essa escola demorou muito tempo para ter sua obra finalizada mas, infelizmente, não é possível saber o motivo. Trata-se de um projeto muito interessante, cuja planta não pode ser descrita como em um H em virtude de seu elemento central (onde estão os pátios, banheiros, cozinha, despensa e as salas de aulas do pré-primário), ser muito extenso para ser classificado como uma ligação (figura 129). Dessa forma, a planta se baseia em 3 blocos paralelos ligados por uma passarela coberta (figuras 130 a 133). Os elementos vazados que compõe os fechamentos dos corredores da escola também fazem essa arquitetura interessante e inovadora para a tipologia escolar da época (figuras 133 e 134).

Figura 129: EEPP Prof. Dijilia Camargo de Souza – planta (sem escala)
Fonte: FDE, 2012

Figura 130: EEPG Prof. Dijilliah Camargo de Souza – pátio coberto
Fonte: Camila Venanzi, 2012

Figura 131: EEPG Prof. Dijilliah Camargo de Souza – pátio coberto
Fonte: Camila Venanzi, 2012

Figura 132: EEPG Prof. Dijilliah Camargo de Souza – vista externa (elemento vazado)
Fonte: Camila Venanzi, 2012

Figura 133: EEPG Prof. Dijilliah Camargo de Souza – vista externa (elemento vazado)
Fonte: Camila Venanzi, 2012

EEPG Prof Marciano de Toledo Piza

Endereço: Av. Navarro de Andrade, 139

Bairro: Cidade Nova

Cidade: Rio Claro

Autor do projeto: Plínio Croce

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: Francisco Scarpa

Período de construção: 27/02/1960 a 30/09/1961

Data da visita: 2012

O terreno em que foi implantada a Escola Professor Marciano de Toledo Piza foi parte de uma área de 2.450,3184 ha doada à Prefeitura Municipal pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro e que compreendia os lotes de 1 a 25, da quadra E, do loteamento Vila

Horto Florestal. O projeto desta escola deveria seguir o Programa e as especificações das escolas chamadas de Tipo II-R, que são as com inicialmente 8 salas de aula e projeto para ampliação futura, totalizando 10 salas de aula. No entanto, a contratação do arquiteto Plínio Croce depois da aprovação faz com que o projeto executado seja outro, com uma interessante acomodação no terreno descrito anteriormente (figuras 134 a 137).

Figura 134: EEPG Prof Marciano de Toledo Piza – implantação (sem escala)
Fonte: FDE, 2012

Figura 135: EEPG Prof Marciano de Toledo Piza – planta (sem escala)
Fonte: FDE, 2012

<p>Figura 136: EEPG Prof Marciano de Toledo Piza – vista do pátio descoberto Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>	<p>Figura 137: EEPG Prof Marciano de Toledo Piza – vista externa Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>

EM Monsenhor Martins

Endereço: Av. 36, 717

Bairro: Vila Operária

Cidade: Rio Claro

Autor do projeto: Victor Reif

Engenheiro responsável pela obra: EXCELBRAZ –Sociedade Brasileira de Engenharia (empresa)

Prefeito: Francisco Scarpa

Período de construção: 04/03/1961 a 02/04/1962

Data da visita: 2012

Segundo os arquivos do IPESP consultados essa obra apresentou vários problemas desde pouco tempo após sua inauguração. Em 14/03/1963, foi relatada a existência de várias trincas devido à falta de juntas de dilatação. Essas mesmas trincas, que deveriam ser sanadas pela Prefeitura até a data de 02 de agosto de 1963 não foram completamente resolvidas, já que eram reparadas e, após algum tempo, reapareciam. Além disso, foram relatados pelo então diretor da escola Benedicto José Zaine ao professor Oscar Rangel de França, delegado de Ensino e responsável pela transmissão destes dados ao órgão competente outros problemas tais como: bebedouros “soltos” nas paredes e sem filtro; quadro de campainhas sem funcionamento; circuito elétrico da cozinha e do galpão apresentando-se em um único circuito, goteiras em diversas partes, ladrilhos soltos e lousas instaladas em uma altura inadequada (muito altas). Anos depois, em 23/04/1965, a empresa ExcelBraz foi chamada pelo então prefeito Augusto Schmidt Filho para a resolução dos problemas, após inúmeros contratempos e vistorias. Já em 24/05/1967, apesar de o pedido

Fonte: FDE, 2012

<p>Figura 139: EM Monsenhor Martins – pátio coberto Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>	<p>Figura 140: EM Monsenhor Martins – pátio coberto Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>

<p>Figura 141: EM Monsenhor Martins – pátio descoberto Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>	<p>Figura 142: EM Monsenhor Martins – vista externa na época da inauguração Fonte: Camila Venanzi, 2012</p>

6.11. Santa Rosa do Viterbo

EEPG Teófilo Siqueira

Endereço: n/c

Bairro: n/c

Cidade: Santa Rosa do Viterbo

Autor do projeto: n/c

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: n/c

Período de construção: 14/11/1952

Data da visita: 2012

Assim como as escolas de Piracicaba, essa também é de um período anterior ao Governo Carvalho Pinto e à implantação do PAGE. É possível ver, então, as diferenças formais das escolas projetadas pelo DOP, como a linguagem mais eclética (figuras 143 a 146).

Figura 143: EEPG Teófilo Siqueira – vista externa
Fonte: Camila Venanzi, 2012

Figura 144: EEPG Teófilo Siqueira – vista externa
Fonte: Camila Venanzi, 2012

Figura 145: EEPG Teófilo Siqueira – vista externa
Fonte: Camila Venanzi, 2012

Figura 146: EEPG Teófilo Siqueira – vista externa
Fonte: Camila Venanzi, 2012

6.12. Santos

EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior

Endereço: Praça Visconde de Ouro Preto, s/n

Bairro: Estuário

Cidade: Santos

Autor do projeto: João Clodomiro B. de Abreu

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: Fernando Oliva

Período de construção: n/c a 1962

Data da visita: maio de 2014

Essa escola possui um dos projetos mais interessantes pesquisados até então. Sob uma forma circular, o prédio reunia todas as salas de aulas, áreas administrativas, banheiros e cozinha, além do pátio coberto, em torno de um espaço descoberto e arborizado. Atualmente, o espaço central foi coberto e transformado em uma quadra de esportes, o que não tirou da obra suas características formais mais marcantes, pois como é possível ver na comparação entre a planta original e uma outra mais recente, fornecida pela escola, essa foi a única mudança mais radical que ocorreu desde a inauguração (figuras 147 e 149). As outras reformas que ocorreram no prédio desde 1962 foram mais pontuais, como a troca do telhado, que antes era de fibrocimento. Sobre o formato da escola, circular, foram percebidas duas curiosidades durante a visita técnica. A primeira é sobre como o prédio escolar é chamado pelos moradores da cidade, Maracanãzinho, devido à sua semelhança com o estádio da cidade do Rio de Janeiro. A segunda diz respeito à opinião da diretora, que acompanhou a visita, sobre o prédio: para ela, esse formato é excelente para o funcionamento da escola, já que possibilita um maior controle sobre os alunos (figuras 150 a 153).

Figura 147: EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior – planta original (sem escala)

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 148: EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior – corte e elevação (sem escala)

Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 150: EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior – corredor interno
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 151: EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior – corredor interno
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 152: EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior – vista da quadra central
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 153: EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior – pátio coberto
Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Grupo escolar em Santos

MEDALHA DE OURO NO XII SALÃO PAULISTA DE ARTE MODERNA

21

projeto: João Clodomiro B. de Abreu, arquiteto
construção: Cia. Constr. Rosacruz
proprietário: Instituto de Previdência do E. S. P.
local: av. Afonso Pena, Macuco

Fotos: José Moscardi

A originalidade

O arquiteto, aproveitando a oportunidade que se apresentou, com a total liberdade de concepção conseguida do Governo, idealizou o projeto com originalidade inédita, libertando-se das soluções convencionais e correntes. Esta obra representa o fruto da pesquisa com absoluta liberdade da imaginação criadora, apenas vinculada às técnicas e materiais disponíveis na ocasião.

O terreno

Uma praça circular com 70 m de diâmetro, denominada "Praça Visconde de Ouro Preto".

A paisagem local e implantação

Ampla e distante perspectiva da praça através de grande área ajardinada fronteiriça, semi-rodada por ruas com residências e pequenas edificações de 3 andares.

O programa estabelecido

Entrada do primário.
Entrada do pré-primário.
Entrada da administração e professores.
Recreio coberto do primário, palco e depósito.
Recreio descoberto do primário — área interna.
Galeria das salas de aula do primário.
10 salas de aula do primário (40 alunos cada).
Hall da administração e professores.
Portaria.
Sala do diretor e sanitário.
Sala do auxiliar do diretor.
Arquivo.
Sala dos professores e sanitários.
Espera.
Sala do médico e educador sanitário.

Gabinete dentário.

Depósito.

Sanitário de alunos do primário.

Sanitário de alunas do primário.

Cozinha e despensa (primário e pré-primário).

Recreio coberto do pré-primário.

Recreio descoberto do pré-primário.

Sanitário meninos pré-primário.

Sanitário meninas pré-primário.

Depósito.

2 salas de aula do pré-primário (portas duplas).

Mastros porta-bandeira.

Mureta de pedras no alinhamento da praça.

Jardins de contorno.

O partido arquitetônico — vantagens obtidas

Originalidade agradável.

Edifício integrado às perspectivas da paisagem local.

Adequação à forma circular da praça.

Menor altura possível. Solução térrea.

Expressão plástica dinâmica, leve e alegre.

Perspectivas uniformemente movimentadas ou dinâmicas para quem circunda a praça.

A vida e o coração da escola representados pelo amplo espaço interno para recreio, isolado das ruas pela própria arquitetura.

Galeria circular ligando as salas diretamente ao recreio.

Contrôle geral e direto de qualquer ponto, especialmente do diretor em seu gabinete.

Os três acessos independentes.

A ventilação cruzada para a área interna.

Solução modulada pela estrutura.

A orientação ideal para as diversas funções.

O ar, a luz e o sol;

— salas de aula voltadas para o semi-círculo do nascente;

— administração, médico, dentista e professores no setor circular sul;

— galpões e sanitários no setor poente.

Figura 154: EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior — projeto publicado na Revista Acrópole
Fonte: Revista Acrópole 316, 1965

Figura 155: EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior – projeto publicado na Revista Acrópole
Fonte: Revista Acrópole 316, 1965

EE Luiza Macuco

Endereço: Av. Prof. Aristóteles Menezes, s/n

Bairro: Ponta da Praia

Cidade: Santos

Autor do projeto: Abrahão Sanovicz

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: Fernando Oliva

Período de construção: n/c a 1962

Data da visita: maio de 2014

O projeto dessa escola trata-se de dois blocos paralelos, onde se localizam a área administrativa em um e as salas de aulas em outro. Os dois blocos são cobertos por uma cobertura única de concreto, na linguagem de uma caixa, fazendo com que os espaços entre os blocos se configurem como um grande espaço de convívio, além de circulação (figuras 157 e 158). Ao longo dos anos, várias alterações foram fazendo com que esse espaço central perdesse muito de sua fluidez. Conforme planta encontrada na visita técnica à escola de 1984, percebe-se que os vestiários, localizados ao fundo do edifício, foram

aumentados, além da construção de novas salas (figura 158). Já em outra planta, possivelmente da década de 1990, é possível notar a locação de uma grande biblioteca no corredor entre os blocos, tornando o espaço pequeno e estrangulado (figuras 159 a 163).

Figura 156: EE Luiza Macuco – planta original (sem escala)
Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 157: EE Luiza Macuco – corte e elevação (sem escala)
Fonte: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G.(2006) orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS

Figura 158: EE Luiza Macuco – planta de 1984 (sem escala)
 Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

Figura 159: EE Luiza Macuco – planta da década de 1990 (sem escala)
 Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014

<p>Figura 160: EE Luiza Macuco – vista do corredor estrangulado pelo acréscimo de novas salas Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014</p>	<p>Figura 161: EE Luiza Macuco – vista de uma parte do corredor ainda original Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014</p>

<p>Figura 162: EE Luiza Macuco – pátio Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014</p>	<p>Figura 163: EE Luiza Macuco – área externa aos fundos do prédio Fonte: Aline Brandão, Angélica Costa, Naiane Marcon, 2014</p>

6.13. São Carlos

EE Professor Antônio Adolfo Lobbe

Endereço: Rua Santa Isabel, 12

Bairro: Vila Isabel

Cidade: São Carlos

Autor do projeto: Kurt Hollander

Engenheiro responsável pela obra: n/c

Prefeito: De 1960 até 1963, período que abarca a construção da escola, o prefeito era o próprio Antônio Adolpho Lobbe. Porém, no ano seguinte ao término do seu mandato, o mesmo veio a falecer, o que provavelmente ocasionou sua escolha como patrono da escola. Na época da inauguração do prédio, em 1964, o prefeito da cidade era Antônio Massei.

Período de construção: 1961 a 1964

Data da visita: 2012

Segundo informações encontradas no blog mantido pela escola²⁶, a construção do edifício foi resultado de uma “parceria de construção” entre a Prefeitura Municipal de São Carlos e o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – Conforme Lei nº4312 de 05 de setembro de 1961, aprovada em sessão da Câmara Municipal em 12/09/1961. Ainda segundo o mesmo site, o decreto de criação da escola tem o nº 1358 e data de 29/10/1962. Já o decreto de instalação tem o nº 29 e é de 30/11/1963, tendo a escola suas atividades iniciadas em 17/02/1964.

Através dos documentos da Ata de Instalação (figuras 164 e 165), é possível conferir que o prédio foi construído em um terreno de 3.922,58 m² e que originalmente tinha como área construída 981,08 m². Já através do registro da construção no IPESP (Processo: 34 807/61) é possível ver que se trata de uma obra em alvenaria estrutural (tijolo de barro), com esquadrias de ferro e madeira e cobertura de telhas de barro. Pelo mesmo documento é possível saber que as salas de aula, assim como os demais ambientes, possuem pé-direito de 2,80m.

O projeto se trata, basicamente, por vários blocos organizados em torno de um pátio coberto (figura 168): dois blocos de salas de aula, o bloco da cozinha/ refeitório e o bloco administrativo. Essa, aliás, é uma das principais mudanças ocorridas na escola em relação à planta original: através da comparação da mesma (figura 166) e da planta atual (figura 167), é possível perceber que onde estão o refeitório (figura 169), a cozinha e a biblioteca (figura 170) eram localizados uma sala chamada sala do pré-primário, o depósito de material escolar, os sanitários e uma outra cozinha, de dimensão menor que a atual.

Entretanto, a parte mais interessante desse projeto se encontra no bloco das salas de aula, acessadas por um corredor que tem seu início no pátio (figura 171): para cada sala existe, ao lado, um pequeno pátio descoberto, separado da mesma por uma grande esquadria de vidro (figura 172). Segundo Dona Lourdes, funcionária da escola há 34 anos e que acompanhou a visita técnica, essa é a parte da qual os funcionários mais se orgulham da escola. Tanto que procuraram manter essa característica no pequeno bloco de salas de aula e sala de vídeo construído tempos depois, em uma reforma (junto com uma zeladoria ao lado). A diferença é que, nesse bloco, os espaços descobertos são acessados pelo fundo das salas (figura 167).

Outra mudança revelada pela funcionária foi com relação à entrada das crianças. Antes, a mesma acontecia pela Rua Bispo Dom Gastão, conforme pode ser visto pelas figuras 167 e 173. Entretanto, desde a construção do edifício, a Avenida Getúlio Vargas (principal acesso

²⁶ Blog EE Prof. Antônio Adolfo Lobbe. Disponível em < <http://escolaantonioadolfolobbe.blogspot.com.br/>> Acesso em: out. 2012.

à Rua Bispo Dom Gastão) passou a ficar muito movimentada e a representar perigo às crianças, já que hoje ela é uma das principais vias de entrada da cidade (figura 175). A solução encontrada foi transferir essa entrada para a Rua Santa Isabel, devido à existência de um túnel subterrâneo (figura 176) que atravessa a Avenida Getúlio Vargas e que tem seu extremo nessa rua. Essa nova entrada também propiciou, aproveitando o recuo do prédio em relação à rua, a construção de um pátio de espera, onde as crianças podem aguardar pelo início das aulas em segurança (figuras 177 e 178). A entrada dos funcionários e professores também acontece pela Rua Santa Isabel, por onde se chega a um pequeno espaço que dá origem à sala da diretora à esquerda, ao bloco administrativo à direita e ao pátio à frente (figura 174).

Entretanto, o túnel citado pela funcionária foi avaliado como muito escuro e precário, certamente necessitando de um acompanhamento de um adulto responsável para a travessia das crianças (figura 180).

Outras alterações em relação ao projeto original, segundo Dona Lourdes, foi a instalação de uma cobertura na quadra (figura 180), a colocação de um piso frio em todos os ambientes e a construção de um muro em torno da escola, deixando-a com um aspecto bem diferente de quando foi inaugurada (figuras 181, 182 e 183).

Finalmente, através de plantas datadas de 1977 é possível observar que o novo bloco de salas de aula já havia sido construído. Entretanto, na época, ele ainda aparentava ser um bloco único (e não dividido em três ambientes, como é hoje) e os pátios ao fundo ainda não existiam. Além disso, ainda não havia sido construída a zeladoria, feita em um momento posterior (figuras 184 e 185).

Delegacia de Ensino Elementar de São Carlos 1964

Estabelecimento: Grupo Escolar do Bairro de Vila Lyabel

Município: São Carlos Distrito: São Carlos Estágio: 2º

Data da criação: 39 / 10 / 63 Data da instalação: 17 / 2 / 64

LOCALIZAÇÃO:

Endereço: Bairro de Vila Lyabel

Zona: Urbana Distrito Escolar: 1º

Distância da sede do Município: _____

Distância da sede da D. E. E.: _____

Meios de condução: _____

FUNCIONAMENTO:

N.º de Classes: a) Primário 6 Das 8 às 12 Horas e

6 Das 12 ½ às 16 ½ Horas

b) Pré-Prim. _____ Das _____ às _____ Horas e

_____ Das _____ às _____ Horas

Total: 8-

N.º de Salas de aula: 7 Períodos: 2

Dependências: 9

Gabinete Dentário: tem sala e não instalação

Figura 164: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – ata de instalação

Fonte: Blog EE Prof. Antônio Adolfo Lobbe. Disponível em

<<http://escolaantonioadolfolobbe.blogspot.com.br/>> Acesso em: out. 2012.

CONDIÇÕES DO PRÉDIO:

Propriedade: J.P.E.S.P. Tipo de Construção: Alvenaria

Adaptado? - Alugado? - Cr\$ -

Área Total: 3.322,58 m² Área Construída: 981,02 m²

Área Coberta: 981,08 m² Área Descoberta: 2.341,56 m²

Tipo de Instalações Sanitárias: Ligadas às redes de água e esgoto da cidade N.º

Há Instalação Elétrica? sim Água Encanada? sim

Criações de Classe: Anexações das Escolas: 1ª e 2ª Quintas do
Bairro de Bambur, 1ª e 2ª Quintas do Bairro dos Branda
1ª e 2ª Quintas da Fazenda São José da Bela Vista e
Quinta do Bairro de Bela Vista e Quinta da Vila Euclides
Decreto de 27, publicado a 30/11/63 (8 classes)

Observações: _____

Figura 165: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – ata de instalação

Fonte: Blog EE Prof. Antônio Adolfo Lobbe. Disponível em

<<http://escolaantonioadolfolobbe.blogspot.com.br/>> Acesso em: out. 2012.

Figura 168: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – pátio coberto
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 169: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – refeitório
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 170: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – biblioteca
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 171: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – corredor de acesso às salas de aula
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 172: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – sala de aula e pátio descoberto
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 173: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe –
entrada antiga
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 174: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe –
entrada de professores e funcionários
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 175: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – localização
Fonte: Google Maps

Figura 176: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – túnel visto pela entrada da escola
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 177: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – pátio de espera visto pela entrada atual dos alunos
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 178: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – entrada da escola vista pelo pátio de espera
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 179: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – túnel de travessia da Avenida Getúlio Vargas
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 180: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – quadra
Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 182: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – vista em 1964

Fonte: Blog EE Prof. Antônio Adolfo Lobbe. Disponível em
<<http://escolaantonioadolfolobbe.blogspot.com.br/>> Acesso em: out. 2012.

Figura 182: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – vista em 2012, a partir da Avenida Getúlio Vargas

Fonte: Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 183: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – vista em 2012, a partir do lado externo do túnel
Fonte: Fonte: Angélica Costa, 2012

Figura 184: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – implantação em 1977
Fonte: Camila Venanzi, 2012

Figura 185: EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe – planta em 1977
 Fonte: Camila Venanzi, 2012

Finalmente, faz-se imprescindível o agradecimento às pesquisadoras Fernanda Britto, Camila Venanzi Lima, Tânia Maria Bulhões Figueira, Dora Benedini de Lemos, Aline Martins Vilarinho Brandão, Naiane Marcon da Silva, Ana Rosa Machado de Angelo e Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido, sem as quais não teria sido possível realizar a pesquisa de campo e por todo apoio dado nas discussões das obras e projetos.

7. CONCLUSÃO – UMA DIDÁTICA DA ARQUITETURA

A fim de seguir na análise a que se destina essa pesquisa foi feita uma identificação de tipos de edifícios escolares, usando como base as obras analisadas por Avany de Francisco Ferreira e Mirela Geiger de Mello no livro *Arquitetura Escolar Paulista – anos 1950 e 1960*, de 2006, que sintetizam também o levantamento realizado na FDE. A escolha por esse universo de projetos se deu, principalmente, pela grande variedade de obras (seja por seus arquitetos, cidades onde se localizam e, propriamente, seus tipos) e, também, pela qualidade do material gráfico (plantas, cortes e elevações) existente.

O agrupamento de projetos se deu em quatro variedades de tipos. A primeira procura abarcar as obras que se aproximam mais da escola brutalista, cujo maior expoente, dentro do grupo de arquitetos estudados, é Vilanova Artigas. Assim, entram nesse agrupamento escolas como a Conselheiro Crispiniano, do próprio Artigas e Carlos Cascaldi, em Guarulhos. Esse tipo se caracteriza por uma escola onde todas as suas funções se encontram agrupadas em um único bloco, de um ou mais níveis, cujo espaço central é vazio, geralmente tendo a função do pátio. Essa escola termina, então, voltada para esse pátio, ou ainda, para si mesma. Essa característica fica mais evidente depois de analisada a cobertura desses edifícios, uma caixa de concreto suportada por pilares ou pórticos. Por vezes, por causa do desnível do terreno, essa cobertura precisa ser inclinada mas, ainda sim, se mantém um objeto único. Esse grupo de projetos foi identificado pelo número 1, conforme visto em tabela adiante.

Por conta da cobertura, inclusive, surgiu a necessidade de uma variante desse agrupamento. Nele, a distribuição funcional da escola seria a mesma da citada acima, com o pátio central organizando os demais espaços à sua volta. Mas aqui a cobertura dessas escolas não tem uma forma única, de caixa, mas sim possui níveis, formas e, algumas vezes, materiais diferentes, perdendo essa caracterização de ser um objeto uniforme. Esse grupo foi denominado de 4 (variação 1).

O segundo agrupamento de escolas (de número 2 na tabela) identifica aquelas que possuem uma herança maior das características arquitetônicas dos projetos do Convênio

Escolar. Ou seja, esses edifícios se caracterizam por serem compostos por blocos, separados segundo suas funções, ligados por corredores de passagem, geralmente cobertos. Um exemplo disso é a EE Gustavo Fernando Kuhlmann, em Batatais, de Eduardo Corona, inclusive este um arquiteto que também é autor de obras do Convênio.

Já o terceiro agrupamento (número 3) identifica as escolas em pavilhões que sugerem um uso linear de suas funções, sejam eles em forma de “L”, “U”, “O”, “H” ou “T”, entre outras variantes. Nota-se aqui que a diferença entre esses projetos e algum do segundo agrupamento que possa vir a ter essas formas citadas acima é a existência de uma função definida do elemento de ligação. Enquanto que nos projetos de características mais aproximadas das escolas do Convênio Escolar essa ligação era feita por um corredor sem uma função definida além de passagem, aqui esses elementos que conectam partes do projeto possuem outras funções, como pátios ou acesso a algum ambiente. Apesar disso, é importante apontar que também existem escolas com esse padrão linear de construção entre os projetos do período do Convênio Escolar. Como um exemplo desse tipo entre as obras do PAGE está a EE Senhora Aparecida, de Jon Vergareche Maitrejean, em Jaboticabal.

Existe ainda um quarto agrupamento (número 4 na tabela) destinado às escolas cuja solução projetual apresenta alguma peculiaridade ou arrojo espacial, não repetido em qualquer outro projeto do Plano de Ação. Como exemplo, tem-se a EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior, de João Claudiomiro de Abreu, em Santos. Essa obra se constitui em um volume circular cujo centro é ocupado pelo pátio. Sua cobertura, sustentada por pórticos, mantém esse centro descoberto, dando ao conjunto a aparência de um estádio de futebol. De fato, com a visita ao local, descobriu-se que seu apelido entre os moradores da cidade é Maracanãzinho, devido à semelhança do volume externo da escola com o famoso estádio da cidade do Rio de Janeiro.

Depois desse processo foi feita a mesma divisão e agrupamento dos projetos pertencentes ao Convênio Escolar e presentes no livro *Arquitetura Escolar Paulista*, utilizando-se dos mesmos critérios presentes nos parágrafos acima. Notou-se que, em primeiro lugar, existe de fato uma incidência mínima (2 em um universo de 65 escolas) de projetos com características que os colocariam no grupo das obras brutalistas, liderado por Vilanova Artigas. Além disso, observa-se, conforme também colocado por Guilherme Wisnik (WISNIK, 2006, pág.65) que as obras do PAGE apresentam um conjunto muito menos homogêneo que as pertencentes ao Convênio. Mesmo agrupados, esses projetos possuem entre si particularidades muito específicas de cada um. Já entre as obras anteriores, do Convênio, as similaridades são mais presentes ocorrendo, inclusive, semelhanças gritantes, como entre as EE Comendador Mario Reys e EE Professor Ascânio de Azevedo Castilho,

de Roberto Goulart Tibau e as EE Domingos Faustino Sarmiento, EE República do Chile, EE Professora Isabel Vieira de Serpa e Paiva e EMEF General Antônio de Sampaio, de Ernest Robert Carvalho Mange. Todas essas obras se localizando na cidade de São Paulo exceto a última, da cidade de Osasco.

A análise descrita nos parágrafos anteriores resultou, dessa forma, nas tabelas a seguir:

ESCOLA	ARQUITETO	DATA	CIDADE	GRUPO
EE Alfredo Marcondes Cabral	Abelardo de Souza	1960	Presidente Venceslau	3
EE Ângelo Franzin	Abelardo de Souza	1961	Águas de São Pedro	3
EE Doutor Morato de Oliveira	Abelardo de Souza	1961	Suzano	3
EE Joaquim Rodrigues Madureira	Abelardo de Souza	1962	Bauru	4
EMEB Pedro de Oliveira	Abelardo de Souza	1962	Jundiaí	1
EMEF Erminio Firmino Pollon	Abelardo Gomes de Abreu	1959	Lucélia	2
EE Professor Nestor Martins Lino	Abelardo Gomes de Abreu	1960	Limeira	2
EE Monsenhor Jeronymo Gallo	Abelardo Gomes de Abreu	1961	Piracicaba	1
EE Dona Luiza Macuco	Abrahão Sanovicz	1962	Santos	1
EE Saturnino Antônio Rosa/ EMEF Miguel Padula	Abrahão Sanovicz e Julio Roberto Katinsky	1961	Embaúba	4
EE Professor Yukie Takemoto Scaff	Abrahão Sanovicz e Julio Roberto Katinsky	1960	Flórida Paulista	3
EE Professor Milton de Tolosa	Adolpho Rúbio Morales	1961	Campinas	4 (variação 1)
EE Professora Amália Pimentel	Adolpho Rúbio Morales	1961	Franca	4 (variação 1)
EE Professora Eugênia Vilhena de Moraes	Adolpho Rúbio Morales	1962	Ribeirão Preto	4 (variação 1)
EE David Carneiro Ewbank	Alberto Andrade e Marcos Tomanik	1961	Franca	2
EE Doutor Epaminondas Ferreira Lobo	Alberto Andrade	1962	Itararé	4 (variação 1)
EE Severino Moreira Barbosa	Alberto Andrade	s/d	Cachoeira Paulista	4 (variação 1)
EE Coronel Silvestre de Lima	Alberto Rubens Botti e Marc Rubin	1960	Barretos	1
EE João Climaco de Camargo Pires	Alberto Rubens Botti	1961	Sorocaba	2
EE Professora Laurinda Vieira Pinto	Alfredo S. Paesani	1961	Ibiúna	4 (variação 1)
EMEF Índio Poti	Alfredo S. Paesani	1961	Araçatuba	3
EE Dom Barreto	Alfredo S. Paesani	1962	Campinas	1
EE Professor Sebastião Teixeira Pinto	Arnoldo Grostein	1960	Tupã	4 (variação 1)
EE Professor Hildebrando Martins Sodero	Arthur F. Netto, Dacio Ottoni e Eduardo de Almeida	1960	Silveiras	4
EE/ EMEF Professor Lourenço Luciano Carneiro	Ary de Queiroz Barros	s/d	Maracá	2
EE Professora Olívia Bianco	Autuori, Roberto Monteiro e Mauro Zuccon	s/d	Piracicaba	4 (variação 1)
EE Padre João Batista de Aquino	Cândido Malta Campos Filho	1961	Agudos	4 (variação 1)
antiga EE Professor Ângelo Vaqueiro	Cândido Malta Campos Filho	1963	São Caetano do Sul	3
EE Professor Bruno Pieroni	Carlo Benvenuto Fongaro	s/d	Sertãozinho	3
EE Padre Fidelis	Carlo Benvenuto Fongaro	s/d	Tanabi	4
antiga EE Professor Raymundo Pismel	Carlo Benvenuto Fongaro	s/d	Santo Anastácio	3
EMEF Professor Lauro Rocha	Carlos Alberto Cerqueira Lemos	s/d	Mirassol	3
EE Santo Antônio	Carlos Barjas Millan e Galiano Ciampaglia	1959	Santo Antônio de Posse	2
EMEF Prefeito Francisco Xavier Santiago	Carlos Barjas Millan e Galiano Ciampaglia	1959	Jaguariúna	2
EE Doutor Washington Luiz Pereira de Souza	David Araújo Benedito Ottoni	1961	Arujá	4 (variação 1)
EE Professor Wladimir Rodrigues de Arruda	David Araújo Benedito Ottoni	1962	Barretos	3
EE Arnolfo Azevedo	David Araújo Benedito Ottoni	s/d	Lorena	3
EE Professor Antônio de Mello Cotrim	Djalma de Macedo Soares e Júlio Ferraz Braga Jr	1961	Piracicaba	4
EE Thomaz Ribeiro de Lima	Eduardo Corona	1959	Caraguatatuba	3
EE Gustavo Fernando Kuhlmann	Eduardo Corona	1960	Bebedouro	2
EMEF Professor Victor Padilha	Eduardo Corona	1961	Sud Menucci	3
EE Professor Aggeo Pereira do Amaral	Eduardo Corona	s/d	Sorocaba	1
EMEF Dona Sinhazinha	Eduardo Kneese de Mello	1959	Mogi Mirim	1
EMEF Professora Regina Olinda Martins Ferro	Eduardo Kneese de Mello	1959	Reginópolis	3
antiga EE Holambra II	Elisário da Cunha Bahiana	s/d	Paranapanema	3
antiga EE Expedicionário Diogo Garcia Martins	Fábio M. Penteado	1959	Alto Alegre	2
EE Oswaldo Samuel Massei	Fábio M. Penteado	1962	São Caetano do Sul	4 (variação 1)
EMEF Dona Miloca	Fernando Arantes	1960	Rancharia	3
antiga EE Padre Francisco de Sales Colturato	Fernando Arantes	1961	Araraquara	4

Tabela 3: Levantamento de tipologias escolares – IPESP (parte 1)
Fonte: Angélica Costa, 2014

EMEF Dona Izaura da Silva Vieira	Fernando Arantes, Mário A. Reginato e Salvador Cândia	1959	Itapira	3
EE Eliseu Alves Teixeira	Gastão Rachou Júnior	1959	Pedregulho	3
EE Antônio Fontana	Heitor Ferreira de Souza	1961	Cândido Mota	1
EE Professora Leonor Guimarães	Helio Penteado	1962	Piquete	3
EMEF Professora Ana Maria Segura	Helio Penteado	s/d	Cosmorama	4
EE Professor Fenício Marchini	Helio Penteado, Joaquim Guedes e J. Caetano de Mello	1959	Itapira	3
EE Abel Augusto Fragata	Hernani Russo	s/d	Marília	3
EE Professora Elisa dos Santos	Hernani Russo	s/d	Apiai	3
EE/ EMEF José Antônio de Castilho	Hernani Russo	s/d	Nova Castilho	3
EE Orminda Guimarães Cotrim	Hirohiko Sawao, José Pinto e Renato Nunes	s/d	Pitangueiras	3 (variação - cruz)
EE Padre Cesare Toppino	Hiroko Kawauchi	1960	Lavinia	2
EE General Porphyrio da Paz	Hoover Américo Sampaio	s/d	Paulínia	2
EE Cardeal Leme	Ícaro de Castro Mello	1961	São José do Rio Preto	1
EE Aprigio de Oliveira	Ícaro de Castro Mello	1961	Mogi das Cruzes	4
EE Professora Annita Magrini Guedes	Ícaro de Castro Mello	1961	São Bernardo do Campo	3
EE José Ambrosio dos Santos/ EMEF Nilce D. D.	Israel Galman	1960	Oscar Bressane	3 (variação)
EE Bairro Santo Antônio da Estiva	Israel Galman	s/d	Pirajul	3
EE Professor Carlos Augusto de Camargo	Israel Sencovski	1962	Piedade	1
EMEF Farid Salomão	Ivan de Freitas Cavalcanti	1962	Ribeirão Corrente	4 (variação 1)
EE João Bernardi	Jerônimo Esteves Bonilha	1960	Monte Castelo	3 (variação 2)
EE Professora Marietta Ferraz de Assumpção	João Clodomiro B. de Abreu	1960	Presidente Prudente	3
EE Governador Armando de Salles Oliveira	João Clodomiro B. de Abreu	1961	Sete Barras	3
EE Professor Suetônio Bittencourt Júnior	João Clodomiro B. de Abreu	1962	Santos	4 (variação 3)
EE José Firpo	João Clodomiro B. de Abreu	s/d	Lucélia	2
EMEF Professora Sônia Ibanhes Soares	João Francisco de Andrade	1961	Presidente Bernardes	3 (variação 2)
EE Professora Justina de Oliveira Gonçalves	João Francisco de Andrade	1962	Ourinhos	3
EMEF Amador Franco da Silveira	João Francisco e Hiroko Kawauchi	1961	Dracena	3 (variação T)
EMEF Azílio Antônio do Prado	João Walter Toscano	1960	General Salgado	3
EMEF João Veiga Martins	João Xavier	1960	Juquá	2
EE Antônio Marin Cruz	João Xavier	s/d	Marinópolis	3
EE Vereador Elisário Pinto de Moraes	João Xavier	s/d	Salesópolis	3 (variação - cruz)
EE Professora Maria do Carmo Barbosa	João Xavier, Plínio Croce e Roberto Afalio	s/d	Atibaia	3
EE Professor Bernardino Querido	Joaquim Guedes	1962	Taubaté	4
antiga EE Professor Reynaldo Galvão	Jon Vergareche Maitrejean	s/d	Paraguçu Paulista	3
EE Senhora Aparecida	Jon Vergareche Maitrejean	s/d	Jaboticabal	3
EE Anacleto Campanella	Jorge Wilhelm	s/d	São Caetano do Sul	3
EE Professor Antônio Gomes de Oliveira	Jorge Wilhelm	s/d	Marília	2
EE Guido Segalho	Jorge Zalsupin	1961	Campinas	2 (variação)
EE Francisco Marques Pinto	Jorge Zalsupin	1960	Nova Granada	2
EE Professor Amadeu Oliverio	Jorge Zalsupin	1961	São Bernardo do Campo	3
EE Professor Rene Rodrigues de Moraes	Jorge Zalsupin	s/d	Guarujá	4
EE Gilberto Giraldi	José Alfredo C. Galvão e Júlio José Franco Neves	1959	Vargem Grande do Sul	3
EMEF Professor Arnaldo Rossi	José Maria Gandolfi	1961	Pedreira	1
EE Professor Celso Antônio	José Pinto	s/d	Cajati	4 (variações 2 e 3)
EE Carlos Bernardes Staut	José Silvestre V. Egreja	s/d	Ribeirão dos Índios	2
EE Professora Helena Pavanelli Porto	Júlio José Franco Neves	1961	Tupã	3
antiga EE Professora Lydia Yvone Gomes Marques	Júlio Roberto Katinsky e Abrahão Sanovitz	1962	Garça	2
EE Professor Antônio Adolfo Lobbe	Kurt Hollander	s/d	São Carlos	4 (variação 1)
EE Professora Maria Conceição Pires do Rio	Kurt Hollander	s/d	Aparecida	3
EE Professor Pedro Fernandes de Camargo	Luiz Fernando de Moraes Rêgo	s/d	Porto Feliz	3 (variação 2)

Tabela 4: Levantamento de tipologias escolares – IPESP (parte 2)
Fonte: Angélica Costa, 2014

EE Professora Ignês Alves de Rezende Silva	Luis Pessoa Ostiz	1961	Ocaçu	3
EE Professor Renato Angelini	Luis Pessoa Ostiz	1961	Torre de Pedra	1
EE Doutor Carlos Garcia	Majer Botkowski	1962	Santo André	2
EMEF Barão Jacarei	Majer Botkowski	s/d	Jacarei	2
EE Professora Maria do Carmo Lelis	Majer Botkowski	s/d	Araçatuba	2
EMEF Professora Dalila da Silva Afonso	Majer Botkowski	s/d	Bocaina	2
EE Professor Anísio Carneiro	Majer Botkowski	s/d	Tupã	2
EE Major Hermógenes	Marcelo de Breynne Silveira	s/d	Cruzeiro	1
EE Professora Anésia Martins Mattos	Mario Giraldes Zocchio	s/d	São João da Boa Vista	3 (variação)
EE Professora Therezinha Sartori	Maurício Tuck Schneider	1960	Mauá	1
EE Professora Philomena Cardoso de Oliveira	Maurício Tuck Schneider	1961	Guarujá	1
EMEF Professora Julietta Trindade Evangelista	Maurício Tuck Schneider	1961	Taquarítuba	3
EE Antônio Alves Cavaliheiro	Maurício Tuck Schneider	1959	Engenheiro Coelho	3 (variação T)
DER Diretoria de Ensino - Região de Barretos	Nestor Lindemberg e Paulo B. Magalhães	s/d	Barretos	3
EE Cassiano Ricardo	Nestor Lindemberg	1960	Rio Grande da Serra	3
EE Professor Fernando Gomes de Castro	Nestor Lindemberg	1961	Araçatuba	3
EE Professor Genésio de Assis	Nestor Lindemberg	1961	Araçatuba	2
EE Quinzinho de Barros	Ney Marcondes	1961	Sorocaba	3
EE Professor Walter Scheppis	Oswaldo Corrêa Gonçalves	1960	Guarujá	1
EE Comendador Brasília Machado Neto	Oswaldo Corrêa Gonçalves	1962	Suzano	1
EE Professora Suelly Antunes de Mello	Paulo Mendes da Rocha e João Eduardo de Gennaro	1961	São José dos Campos	1
EE Professor Antônio Vilela Junior	Paulo Mendes da Rocha e João Eduardo de Gennaro	1960	Campinas	4 (variação 1)
EE 17 de setembro	Plínio Croce e Roberto Affalo	1961	Pompéia	3
EE Professor Manoel da Costa Neves	Plínio Croce e Roberto Affalo	1959	Rio das Pedras	3 (variação T)
EE Cultura e Liberdade	Plínio Croce e Roberto Affalo	1960	Pompéia	3 (variação)
EE Professora Benedita Arruda	Plínio Croce e Roberto Affalo	1961	Jundiaí	3 (variação)
EMEF Capitão Neves	R M Arquitetos	1961	Neves Paulista	3
EMEF Doutor Nehif Antônio	R M Arquitetos	1961	Guará	3
EMEF Prefeito Waldomiro Sampaio de Souza	R M Arquitetos	1961	Sagres	2
EMEF Professora Maria do Carmo de Mendes Mendonça	R M Arquitetos	s/d	Lucélia	3 (variação)
EMEF Professor Oscar Arantes Pires	R. Ortemblad Filho	1960	São José do Rio Preto	2 (variação)
EE Victor Britto Bastos	R. Ortemblad Filho	1961	São José do Rio Preto	2
EMEF Barão Piratininga	R. Ortemblad Filho	1961	São Roque	2
EMEF Professora Coral de Souza Freire	R. Ortemblad Filho	1961	Salto Grande	2
EE Humberto Turner	Robert G. M. Gontier	s/d	Cruzeiro	2
EMEIF Professora Maria Pires de Moura	Roberto Goulart Tibau	1961	Óleo	2
EMEF Professora Anna Maria Marinho Nunes	Roger Henri Weiler	1961	Andradina	2
EE Professora Uzenir Coelho Zeitune	Roger Henri Weiler	s/d	Votuporanga	3 (variação)
EE Doutor Felício Laurito	Roger Henri Weiler	s/d	Ribeirão Pires	4
EE Dona Marcelina Maria da Silva Oliveira	Roger Henri Weiler	s/d	Mauá	3
EE Professora Carlina Caçapava de Mello	Romeu Thomé da Silva e Ronaldo Masotti Gontijo	1962	Santo André	3 (variação)
EE Doutor José Manoel Lobo	Romeu Thomé da Silva e Ronaldo Mosatti	1961	Votuporanga	2
EE Professor Epaminondas de Oliveira	Rosa Grena Klüss	1962	São Roque	4 (variação 3)
EE Antônio Caio	Rubens de Camargo de Monteiro	1961	Itapira	3
EMEF Professora Ana da Cunha Viana	Rubens Gouvêa Carneiro Viana	1961	Boa Esperança do Sul	3 (variação T)
EE Monsenhor Bicudo	Salvador Cândia	1961	Marília	2
EE Professora Esmeralda Soares Ferraz	Salvador Cândia	1961	Ourinhos	2
EE João Portugal	Salvador Cândia e Fernando Arantes	s/d	Tanabi	2
EMEF Carlos Bueno de Toledo	Siloma Selter	1961	Rancharia	2 (variação)
EMEF Professor Tibério Justo da Silva	Siloma Selter	1962	São Roque	3

Tabela 5: Levantamento de tipologias escolares – IPESP (parte 3)
Fonte: Angélica Costa, 2014

EE Professora Amália Valentina Marsiglia Rino	Telesforo Giorgio Cristofani	s/d	Rinópolis	1
CEFAM Santa Fé do Sul	Ubirajara Ribeiro e Zenon Lotufo	1960	Santa Fé do Sul	3
antigo Grupo Escolar José Bonifácio de Couto	Ubirajara Gonçalves Giglioli	1961	Alvinlândia	3
EMEI Gália	Ubirajara Gonçalves Giglioli	s/d	Gália	3
EE Paulo Mendes Silva	Vasco Antônio Venchiaruth	1958	Jundiaí	2
EE Monsenhor Martins	Victor Reif	1961	Rio Claro	3
EE Francisco da Silveira Franco	Victor Reif	s/d	Amparo	4
EE Professor Jon Teodoro	Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi	1959	Itanhaém	1
EE Conselheiro Crispiniano	Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi	1960	Guarulhos	1
EE Professor Adamastor de Carvalho	Zila Tambasco	1962/ 1	Santo André	1
EMEF Antônio Giovanni Lanzi	autoria não identificada	s/d	Mogi Guaçu	3 (variação)
EE Professor Henrique Unger	autoria não identificada (Maurício Nogueira Lima)	1962	Guaíçara	3
EE Tupi Paulista	autoria não identificada	s/d	Tupi Paulista	2
EE Professor Abigail de Azevedo Grillo	autoria não identificada	s/d	Piracicaba	3

Tabela 6: Levantamento de tipologias escolares – IPESP (parte 4)
Fonte: Angélica Costa, 2014

OBRAS DO CONVÊNIO ESCOLAR - (comparação)				
EE Regente Feijó	Aluísio da Rocha Leão	1952	São Paulo	2 (variação 3)
EE Albino César	Antônio Carlos de Moraes Pitombo	1953	São Paulo	2 (variação 3)
EE Frei Paulo Luigi	Antônio Carlos de Moraes Pitombo	1954	São Paulo	2
EE Professor Antônio Lisboa	Antônio Carlos de Moraes Pitombo	1954	São Paulo	2 (variação 3)
EE Dom Pedro I	Antônio C. Pitombo, José A. B. Arruda e Roberto Tibau	1955	São Paulo	2
EE Enaimo Braga	Eduardo Corona	1950	São Paulo	3
EE Doutor Reinaldo Ribeiro da Silva	Eduardo Corona	1950	São Paulo	2
EE Pedro Alexandrino	Eduardo Corona	1950	São Paulo	2 (variação 3)
EE Nossa Senhora da Penha	Eduardo Corona	1951	São Paulo	2 (variação 3)
DER Diretoria de Ensino - Região Centro Oeste	Eduardo Corona	1951	São Paulo	3
EE Gabriela Mistral	Eduardo Corona	1952	São Paulo	2
EE Domingos Faustino Sarmiento	Ernest Robert Carvalho Mange	1950	São Paulo	2 (projetos quase iguais)
EMEF General Antônio de Sampaio	Ernest Robert Carvalho Mange	1950	Osasco	2 (projetos quase iguais)
EE República do Chile	Ernest Robert Carvalho Mange	1950	São Paulo	2 (projetos quase iguais)
EE Professora Isabel Vieira de Serpa e Paiva	Ernest Robert Carvalho Mange	1951	São Paulo	2 (projetos quase iguais)
EE Doutor Octávio Mendes	Ernest Robert Carvalho Mange	1951	São Paulo	2 (variação 3)
EE Professor Pedro Voss	Ernest Robert Carvalho Mange	1951	São Paulo	2 (projetos quase iguais - esse com uma pequena variação)
EE Almirante Barroso	Hélio de Queiroz Duarte	1949	São Paulo	2
EE Orville Derby	Hélio de Queiroz Duarte	1949	São Paulo	3
EE Pandiá Calógeras	Hélio de Queiroz Duarte	1949	São Paulo	3
EE Visconde de Taunay	Hélio de Queiroz Duarte	1949	São Paulo	2 (projetos quase iguais)
EE Professor José Carlos Dias	Hélio de Queiroz Duarte	1949	São Paulo	2 (projetos quase iguais)
EE Basílio Machado	Hélio de Queiroz Duarte	1950	São Paulo	3
EE Doutor Murinho Nobre	Hélio de Queiroz Duarte	1950	São Paulo	2
EE César Martinez	Hélio de Queiroz Duarte	1950	São Paulo	3 (projetos iguais)
EE Professor José Monteiro Boanovia	Hélio de Queiroz Duarte	1951	São Paulo	3 (projetos iguais)
EE Prudente de Moraes	Hélio de Queiroz Duarte	s/d	São Paulo	2
EE Thomas Gullardo	Jornal Waetge Junior	1952	São Paulo	2
EE Canuto do Val	Oswaldo Corrêa Gonçalves	1950	São Paulo	2
EE Pedro Taques	Oswaldo Corrêa Gonçalves	1950	São Paulo	3
EE Romão de Moraes	Oswaldo Corrêa Gonçalves	1950	São Paulo	2
EE Carlos Escobar	Oswaldo Corrêa Gonçalves	1950	São Paulo	1 (variação 3)
EE República do Paraguai	Oswaldo Corrêa Gonçalves	1951	São Paulo	2 (variação 3)
EE Coronel Domingos Quirino Ferreira	Paulo José Rodrigues Rosa	1953	São Paulo	2

Tabela 7: Levantamento de tipologias escolares – CONVÊNIO ESCOLAR (parte 1)
Fonte: Angélica Costa, 2014

EE André Ohl	Paulo José Rodrigues Rosa	1954	São Paulo	2
EE Clóvis Bevilacqua	Roberto Goulart Tibau	1950	São Paulo	1
EE Doutor Edmundo de Carvalho	Roberto Goulart Tibau	1950	São Paulo	4 (variação 2)
EE Alberto Torres	Roberto Goulart Tibau	1951	São Paulo	2 (variação 3)
EE Comendador Mario Reys	Roberto Goulart Tibau	1951	São Paulo	3 (variação - projetos quase iguais)
EE Professor Ascânio de Azevedo Castilho	Roberto Goulart Tibau	1951	São Paulo	3 (variação - projetos quase iguais)
EE Artur Sabóia	Roberto Goulart Tibau	1952	São Paulo	2
EE Dona Suzana de Campos	Roberto Goulart Tibau	1953	São Paulo	1
EE Professor Alberto Conte	Roberto Goulart Tibau	1953	São Paulo	2 (variação 3)
EE Júlio Ribeiro	Roberto Goulart Tibau	1954	São Paulo	2
EE São Paulo	Rubens C. M. Cardieri e Rubens Freitas Azevedo	1955	São Paulo	2 (variação 3)
EE Júlio Maia	Rubens Freitas Azevedo	1954	São Paulo	2
EE Professor Linneu Prestes	Rubens Freitas Azevedo	1958	São Paulo	2
EE Professor Isaltino de Mello	autoria não identificada	1949	São Paulo	2
EE Toledo Barbosa	autoria não identificada	1949	São Paulo	1 (variação 3)
EE Alfredo Bresser	autoria não identificada	1950	São Paulo	2
DER Diretoria de Ensino - região Leste 4	autoria não identificada	1950	São Paulo	2
EMEF Frei Gaspar da Madre de Deus	autoria não identificada	1950	Osasco	2
EE Professor Colombo de Almeida	autoria não identificada	1950	São Paulo	2
EE Aristides de Castro	autoria não identificada	1951	São Paulo	4 (variação 2)
EE Dona Zelina Rolim	autoria não identificada	1951	São Paulo	2
EE Basílio Machado	autoria não identificada	1951	São Paulo	3 (variação H)
EE Doutor José Pereira de Queiroz	autoria não identificada	1951	São Paulo	3
EE Deputado Pedro Costa	autoria não identificada	1952	São Paulo	3
EE Júlio Pestana	autoria não identificada	1952	São Paulo	2
EE Paulo Setúbal	autoria não identificada	1952	São Paulo	2
EE Manuela Lacerda Vergueiro	autoria não identificada	1952	São Paulo	3
EE República do Uruguai	autoria não identificada	1953	São Paulo	2
EE Almirante Visconde Inhaúma	autoria não identificada	s/d	São Paulo	3
EE Professor Octávio Monteiro de Castro	autoria não identificada	s/d	São Paulo	2 (variação 3)
EE Júlio de Mesquita Filho	autoria não identificada	s/d	São Paulo	2
EE Barão Homem de Mello	autoria não identificada	s/d	São Paulo	2

Tabela 8: Levantamento de tipologias escolares – CONVÊNIO ESCOLAR (parte 1)
Fonte: Angélica Costa, 2014

Essas diferenças são produto direto dos preceitos em que foram baseados e da forma que foram implantados ambos os conjuntos de projetos escolares, Convênio Escolar e Plano de Ação. Como já visto nesse trabalho, as discussões em torno da implantação do Convênio

sofreram uma influência incisiva dos debates políticos e pedagógicos que nortearam o movimento Escola Nova décadas antes.

Como já discutido, grosso modo, o movimento Escola Nova acreditava que a educação deveria ser a responsável pela reconstrução da sociedade. Assim, ela teria que estar capacitada para preparar a criança para viver em uma nova sociedade que, em virtude de sua evolução técnica, se encontrava em transformação permanente. Segundo SILVA (2006), Anísio Teixeira, principal representante do movimento, acreditava que a escola deveria ser o instrumento para o desenvolvimento na criança de uma consciência crítica a respeito dos problemas cotidianos, a fim de compreendê-los e solucioná-los em conjunto, em coletividade. Ou seja, para Teixeira essa escola deveria ser o modelo de funcionamento da sociedade.

E foi essa a base das ideias incorporadas pelas escolas construídas no Convênio Escolar, cujo arquiteto-chefe de sua Comissão Executiva era Hélio Duarte que, em uma temporada em Salvador em 1944, teve contato com Anísio Teixeira e suas ideias.

Para servir a essa nova sociedade, a escola deveria, então, agrupar novos espaços e, além disso, mudar os já existentes. Esse dinamismo da educação pensada por Teixeira e seguida por Duarte pedia a incorporação de espaços como palcos, salas de música e artes e galpões de esporte. Apesar disso, esses espaços seguiam separados ou, ainda, setorizados, como era na escola do início da república: o lazer e as aulas propriamente ditas, tradicionais, não se misturavam no espaço. O mesmo, ainda segundo SILVA (2006), ocorria com a inserção da escola no espaço urbano: apesar da intenção de promover a integração com a comunidade, as escolas do Convênio mantinham a separação do interno com o externo em seus projetos. Ou seja, essa nova escola cumpria sim sua revolução, mas ainda não era capaz de desconstruir o espaço escolar. De acordo com a autora:

Essa escola, embora pudesse incorporar espaços flexíveis, como sugeria Hélio Duarte, não expressa uma crítica radical da sociedade nem permite, pela sua forma arquitetônica, a desconstrução da própria ideia de escola, embora possa ser construída a partir de referências da arquitetura moderna. A sua inserção no bairro não leva a comunidade a questionar o seu significado (muitas vezes periférico) dentro da cidade. (SILVA, 2006, pág. 55)

Agora, para seguir com o raciocínio, convém lembrar que tanto os arquitetos do Convênio Escolar quanto os do PAGE trabalharam de maneira desvinculada dos educadores e pedagogos atuantes em suas épocas. (SILVA, 2006)

Nesse sentido, as obras do Plano de Ação tiveram um elemento a mais que as fizeram se distanciar da discussão pedagógica do momento de sua concepção: seu próprio processo de implantação.

Como dito antes, a execução do Plano de Ação, no que diz respeito à educação, contou com a criação do Fundo Estadual de Construções Escolares (Fece) em 1960, responsável por fazer um diagnóstico sobre a educação no Estado e o déficit de vagas, entre outras funções. Para a construção desses edifícios escolares o PAGE (e no caso o Fece) buscou o auxílio de outros órgãos além do Departamento de Obras Públicas, o DOP, já responsável por essa função. Como visto, foi através do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, o Ipesp, que foram contratados vários escritórios paulistanos para atuar na construção dessas escolas, retirando, parcialmente, a responsabilidade do funcionalismo público, o usual nesses casos. Assim, cada arquiteto envolvido nesse processo trouxe consigo, além de suas experiências profissionais prévias, o seu idealismo político. Esse fator, além da já citada falta de diálogo, ajudou a afastar ainda mais os arquitetos envolvidos no PAGE dos profissionais da educação do período.

Como pode ser visto na divisão e agrupamento de projetos listada acima, alguns desses edifícios construídos pelos escritórios paulistanos seguiram a linha projetual das obras do Convênio Escolar: edifícios caracterizados por sua divisão por blocos, separados segundo suas funções ou ainda aqueles em forma de pavilhões, sugerindo um uso linear do mesmo. Entretanto, muitos outros, através do uso de novas tecnologias, resultaram em novas formas, caracterizados por terem suas funções agrupadas em um único bloco, de um ou mais níveis, cujo espaço central é tomado pelo elemento agregador e distribuidor, do pátio. Esse modelo, por diversas razões, desconstruiu o modelo existente da escola, afastando-o do ideal de educação da maioria dos educadores e pedagogos. Enquanto que no Convênio Escolar, apesar das inovações, o espaço escolar em si continuava seguindo os preceitos comuns ao entendimento do que seria um bom funcionamento de uma escola (com o bloco de lazer separado do bloco de salas de aula, por exemplo) no PAGE essa desconstrução se dava ao se misturarem as funções em um mesmo espaço, ou ainda na locação não usual das mesmas (com os banheiros longe das salas de aula, por exemplo, o que poderia significar problemas de disciplina dos alunos). Ou seja, segundo SILVA (2006) essa escola moderna passou a ser o campo apropriado para se levantar questões sobre um espaço escolar pré-concebido e aceito, anteriormente, de forma acrítica. Indo além, é possível afirmar que esses arquitetos modernos, através de suas escolas, não pretenderam discutir apenas o espaço escolar, mas sim toda a sociedade, educando o homem para viver nessa coletividade idealizada por eles. Ou seja, foi depositada no próprio edifício a

responsabilidade de ensinar aos homens noções sobre sociedade e comunidade, numa pedagogia do moderno.

A chamada Escola Paulista, caracterizada pelo volume único de concreto, a abrigar o conjunto do programa, foi o resultado marcante do PAGE. Não foi o único tipo arquitetônico, nem o mais presente, mas foi aquele que conseguiu dar sustentação a noção que a pedagogia arquitetônica possui uma autonomia, em certo sentido superior à própria pedagogia curricular do ensino, porque a formação que propicia tem uma dimensão social, próxima àquela pleiteada pela vanguarda construtivista com os condensadores sociais, passíveis de influenciar os homens e sua percepção a favor de uma autonomia frente à sociedade tradicional, possibilitando uma educação plena.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, H. M. de P. (2008). Escola e Currículo - A Discussão Necessária. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008.
- ALVES, A. A. de A. (2003). **Arquitetura e sociedade em São Paulo 1956-1968 projetos de Brasil moderno**. 311p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ALVES, A. A. de A. (2008). **Arquitetura escolar em São Paulo 1959-1962 o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas**. 378p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ALVES, C. E. R. (2010). Fernando de Azevedo e o esboço de uma teoria pedagógica para as condições da educação brasileira. **Educação em Revista**, Marília, v.11, n.1, p.37-52, Jan.-Jun. 2010
- ALVES, Nilda. (1998). **O espaço escolar e suas marcas: o espaço como dimensão material do currículo**. Rio de Janeiro: RJ DP&A.
- ARGAN, Giulio Carlo (1984). **Walter Gropius e a Bauhaus**. Lisboa: Ed. Presença.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova.(1985) Sobre Escolas. In: **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Nobel, 1985.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. (1978). **O Desenho**. Encontros GFAU, São Paulo, n.75.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. (1997). **Vilanova Artigas**. São Paulo: Instituto Bardi; Fundação Vilanova Artigas.
- BERDINI, Paolo (1986). **Walter Gropius**. Barcelona: Gustavo Gili.
- BORTOLOTTI, Karen F. da S. (2003). O Ratio Studiorum e a missão no Brasil. **Revista História Hoje**, São Paulo, n. 2, 2003.
- BOTEY, Josep M. (1996). **Oscar Niemeyer**. Barcelona: Gustavo Gili.
- BRAZIL, Álvaro V. (1986). **50 anos de arquitetura**. São Paulo: Nobel.
- BUENO, B. O.; PINCINATO, D. A. V.; SANTOS, M. M. B. (2008). Currículo e Histórias de Vida. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008.
- BUFFA, E. (1979). **Ideologias em Conflito: Escola Pública, Escola Privada**. São Paulo: Cortez & Moraes.
- BUFFA, E; PINTO, G. de A. (2002). **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas 1893-1971**. São Carlos, SP; Brasília, DF: Edufscar: INEP.
- BUZZAR, M.A. (1996). **João Batista Vilanova Artigas, elementos para compreensão de um caminho da arquitetura brasileira (1938 – 1967)**. 337p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BUZZAR, M.A. (2001). **Rodrigo Brotero Lefèvre e a idéia de vanguarda**. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BUZZAR, M. A. (2007). **Difusão da Arquitetura Moderna Brasileira o caso do Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (1959-1963)**. In: VII Seminário DOCOMOMO BRASIL, 2007, Porto Alegre, RS. Anais do VII Seminário DOCOMOMO BRASIL, 2007, Porto Alegre.

COMAS, C. E. D. (2005). **Brazil Builds e a Bossa Barroca: notas sobre a singularização da arquitetura moderna brasileira**. In: 6º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2005, Niterói, RJ. 6º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2005, Niterói.

COUTINHO, C. N. (1994). Cidadania, democracia e educação. **Série Idéias**, São Paulo, n.24, 1994.

DENIS, R.C. (1998). A Academia Imperial de Belas Artes e o ensino técnico. In: SANTOS, A.C.M. (Coord.). **180 anos da Escola de Belas Artes**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

FERNANDES, V. N. (1991). Escola Fundamental: autoritarismo e poder. In: CARDOSO, Maria H. F.; VEIGA, Ilma P. A. (orgs) (1991). **Escola Fundamental: currículo e ensino**. Campinas: Papirus.

FERREIRA, A.F; MELLO, M.G. (2006). Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960. In: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G. orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

FERREIRA, A.F; MELLO, M.G; CORRÊA, M.E. (1999). **Arquitetura escolar paulista: restauro**. São Paulo: FDE.

FICHER, S. (2005). **Os Arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo**. São Paulo: EDUSP.

FOUCAULT, M (1999). **Em defesa da sociedade: curso no collège de France (1975 – 1976)**. São Paulo: Martins Fontes.

FRAGO, V. A.; ESCOLANO, A. (2001). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: RJ DP&A

FRAMPTON, Kenneth (1997). **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes.

GOODWIN, Philip L. (1943). **Brazil builds; architecture new and old, 1652-1942**. New York: The Museum of Modern Art.

GUIRALDELLI JR, P. (1990). **História da Educação**. São Paulo: Cortez.

HORTA, J. S. B. (1982). **Liberalismo, Tecnocracia e Planejamento Educacional no Brasil (uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970)**. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

JACOMELI, M. R. M. (2008). Políticas para o Currículo Escolar: Significados e Implicações para a Escola. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008.

JOLY, Pierre (1995). **L'architecte André Lurçat**. Paris: Picard.

KAMITA, J.M. (1997). Artigas, a política das formas poéticas. In: ARTIGAS, V. **Vilanova Artigas**. São Paulo: Instituto Bardi; Fundação Vilanova Artigas.

KATINSKY, J.R (2006). A Escola Republicana em São Paulo. In: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G. orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

KOPP, Anatole (1990). Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Nobel.

LEVI, Rino. (2001). **Rino Levi: arquitetura e cidade** - pesquisa e textos por Renato Anelli; coordenação por Abilio Guerra; ensaios fotográficos por Nelson Kon. São Paulo: Romano Guerra.

MARTINS, A.F. (1998). Construir a escola, construir a cidade. In: **V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 1998, Campinas, SP. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1998, Campinas.

MARTINS, A.F. M. (1987). **Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil - a obra de Lucio Costa (1924-1952)**. 225p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MARTINS, A.F. M; CERÁVOLO, A. L; SEIXAS, A.R. (1998). Concepções pedagógicas e arquitetura no Convênio Escolar. In: **I Seminário Docomomo do Vale do Paraíba**, 1998, São José dos Campos, SP. I Seminário Docomomo do Vale do Paraíba, 1998, São José dos Campos.

MINDLIN, H. (1956). **Modern architecture in Brazil**. Amsterdam: Braziler.

MINTO, Lalo W. (2008). Reforma do Estado e política educacional: o contexto para a reforma curricular em tempos neoliberais. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008.

MONTANER, Josep Maria (2007). **Arquitetura e crítica**. Barcelona: Gustavo Gili.

NOSELLA, P. (2002). Ao leitor. In: BUFFA, E; PINTO, G. de A. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas 1893-1971**. São Carlos, SP; Brasília, DF: Edufscar: INEP.

OLIVEIRA, Elaine R. (2000). **A contribuição de Oswaldo Corrêa Gonçalves para a arquitetura moderna brasileira**. 343p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.

PAIVA, E. V.; PAIXÃO, L. P. (2008). Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE): a influência americana no ensino primário brasileiro. **Educação Revista**. Belo Horizonte, jul. 1985.

PEDROSA, Mario (2003). A arquitetura moderna no Brasil. In: XAVIER, Alberto F. M. (org) (2003). **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify.

PINTO, Carvalho. (1959) **Plano de Ação do Governo 1959-1963**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

PINTO, Carvalho. (1960) **Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1960**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

PINTO, Carvalho. (1961) **Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

PINTO, Carvalho. (1962a) **Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1962**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

PINTO, Carvalho. (1962b) **Segundo Plano de Ação do Governo 1963-1966**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

PEVSNER, Nikolaus (1980). **Pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius**. São Paulo: Martins Fontes.

REIS FILHO, N.G. (1997). **Regionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras**. São Paulo: FBSP.

_____. (2005). **Victor Dubugras: precursor da arquitetura moderna na América Latina**. São Paulo: EDUSP.

RIBEIRO, D. (1960). Anísio Teixeira: pensador e homem de ação. In: TEIXEIRA, A.S. **Anísio Teixeira: pensamento e ação - por um grupo de professores e educadores brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RIBEIRO, M. L. S. (1979). **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. São Paulo: Cortez & Moraes.

_____. (1978). **Introdução à História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes.

ROMANELLI, O. de O. (1989). **Historia da educação no Brasil: 1930/1973**. Petrópolis: Vozes.

SANFELICE, José L. (2008). A história da educação e o currículo escolar. **Suplemento Pedagógico Apase**. São Paulo, Ano IX n. 24, 2008.

SANTOS, E. F. dos; AZEVEDO, M. L. N. (2003) O ensino superior no Brasil e os acordos MEC/USAID: uma contribuição ao estudo do intervencionismo norte-americano na educação brasileira. In: **Seminário de Pesquisa do PPE**, 2003, Maringá. Seminário de Pesquisa do PPE. Maringá, 2003. v. 1. p. 1-1.

SEGAWA, H. (1998). **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP.

SEIXAS, A.R. (2003). **Arquitetura Escolar de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi (1959-1962)**. 117p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, J.T (2006). A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960. In: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G. orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

SIMA, Ingberman (1994). **ABC Internacional Constructivist Architecture, 1922-1939**. Cambridge, Mass: MIT Press.

TAFURI, Manfredo (1979). **Teorias e história da arquitetura**. Lisboa: Editorial Presença.

TEIXEIRA, A. (2003). Um Presságio de progresso. In: XAVIER, A. (Org.). **Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração**. São Paulo: Cosac & Naify.

VEIGA, Ilma P. A. (1991). Escola, Currículo e Ensino. In: CARDOSO, Maria H. F.; VEIGA, Ilma P. A. (orgs) (1991). **Escola Fundamental: currículo e ensino**. Campinas: Papirus.

VIDOTTO, Marco (1997). **Alison + Peter Smithson**. Barcelona: Gustavo Gili

XAVIER, Alberto F. M. (org) (2003). **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify.

WISNIK, Guilherme. (2006). O programa escolar e a formação da “Escola Paulista”. In: FERREIRA, A.F; MELLO, M.G. orgs. **Arquitetura escolar paulista: anos 1950 a 1960**. São Paulo: FDE/DOS.

ZEVI, Bruno (1996). **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes.

Sites

Arquitetônico. Disponível em: <<http://www.arquitetonico.ufsc.br/cidade-e-utopia-%E2%80%93-novos-modelos-sociais-e-espaciais>> Acesso em: out. 2012.

CORBIOLI, Nanci. Oscar Niemeyer: Superquadras, Brasília. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/oscar-niemeyer-superquadras-brasilia-08-02-2008.html>> Acesso em: out. 2012.

EE Prof. Antônio Adolfo Lobbe. Disponível em <<http://escolaantonioadolfolobbe.blogspot.com.br/>> Acesso em: out. 2012.

FENSKE, E. K. Anísio Teixeira - e a escola pública brasileira (Projeto de educação integral). Disponível em: < <http://www.elfikurten.com.br/2011/02/anisio-teixeira-o-inventor-da-escola.html>> Acesso em: out. 2012.

Histórico Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Disponível em: < http://www.faced.ufba.br/escola_parque/historico_do_cecr.htm> Acesso em: out. 2012.

LUCCHESI, Cecilia. A arquitetura de Buffalo – USA. Disponível em: <<http://theurbanearth.wordpress.com/tag/eliel-saarinen/>> Acesso em: out. 2012

MELLENDEZ, Adilson. Oscar Niemeyer: Escola pública, Diamantina, MG. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/oscar-niemeyer-escola-publica-08-01-2008.html>> Acesso em: out. 2012.

PEREIRA, Eva; ROCHA, Lúcia. Escola parque de Brasília: uma experiência de educação integral. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/457EvaWaisros_LuciaRocha.pdf> Acesso em: out. 2012.

RODRIGUES, Clay. Super Quadra Brasília – 107, 108, 307 e 308 Sul. Disponível em: <<http://debaixodobloco.wordpress.com/2010/08/31/super-quadra-brasilia-107-108-307-e-308-sul/>> Acesso em: out. 2012.

SOMEONE HAS BUILT IT BEFORE. Disponível em: <<http://archidialog.com/>> Acesso em: out. 2012.

The life and work of Frank Lloyd Wright. Disponível em: <http://www.pbs.org/flw/buildings/buildings_intro.html> Acesso em: out. 2012.

Bancos de Dados

Acervo O GLOBO. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>

Acervo FOLHA DE SÃO PAULO: Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>